

BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

A MORADA DA VIDA

**Trabalho familiar de pequenos
produtores no Nordeste do Brasil**

Beatriz Maria Alásia de Heredia



centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Beatriz Maria Alásia de Heredia

A MORADA DA VIDA

Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil

Rio de Janeiro
2013



centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org

Copyright © 2013, Beatriz Maria Alásia de Heredia.
Copyright © 2013 desta edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
Ano da última edição: 1979, Editora Paz e Terra.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação para uso comercial sem a permissão escrita dos proprietários dos direitos autorais. A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida.

ISBN: 978-85-7982-076-2

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais

www.centroedelstein.org.br

Rua Visconde de Pirajá, 330/1205

Ipanema – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22410-000. Brasil

Contato: bvce@centroedelstein.org.br

“A terra é a morada da vida, tudo se acaba, mas a terra não. Toda a herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos, para os bisnetos.

Toda a riqueza sai da terra. Ninguém deve nunca usar a sua terrinha pequena por medo de fazer outras coisas, ele deve fazer mas assegurando a sua terrinha, porque quando ele se vê desmantelado, então ele vai para a terra, sem a terra ele perde tudo; a terra pode-se dizer que é o maior tesouro do mundo, ninguém deve sair dela para fazer outras coisas, porque todas essas coisas é que nem a gente que vive até morrer. Do mesmo jeito é um negócio né? A senhora entra num negócio de dois, três milhões, e depois a senhora está sem nada né, a terra não é assim.

A terra luta, luta, mas tem que estar em cima dela, ali a gente tira para comer, tira para vestir, então é da terra mesmo. Não pode haver fortuna sem haver terra. A maldição do mundo é o problema da terra... porque, sabe, a terra não foi ninguém que fez, a terra foi Deus quem criou, e então deixou para todos nós... mas tomaram conta da terra, fazem o que querem. Os homens aqui, quando têm uma terrinha, pronto, nem vendem mais ao pobre, e o pobre só não tem nada porque não tem onde trabalhar e a terra quem tem não dá...

Os homens têm muito, um mundo de terra e se obrigam a criar boi e plantar cana, e o pobre sofrendo que só é pra sofrer, é assim, o sofrimento da gente aqui é parada.

A terra é de muito valor, da terra o homem arruma o pão de cada dia e todo mundo tem que viver dela.”

(um pequeno produtor)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOSIV

INTRODUÇÃO VII

CAPITULO I

BOA VISTA ATÉ 1972 1

1 – Sua formação 2

2 – A vida cotidiana 8

CAPÍTULO II

O ROÇADO 21

1 – Classificação dos produtos e momentos do processo produtivo..... 22

2 – Ano agrícola: inverno e verão. atividades desenvolvidas 26

3 – Descrição dos ciclos agrícolas 32

3.1 – Ciclo da mandioca 32

3.2 – Ciclo do feijão..... 37

3.3 – Ciclo do milho 39

3.4 – Ciclo do cará 39

3.5 – Verduras..... 41

4 – Formas de utilização da terra e técnicas adotadas 42

CAPÍTULO III

CASA – ROÇADO..... 48

CAPITULO IV

ROÇADO – ROÇADINHO 75

CAPITULO V

| | |
|--|-----------|
| PRODUÇÃO – CONSUMO A <i>Feira Semanal</i> | 90 |
|--|-----------|

CAPITULO VI

| | |
|---|------------|
| A TERRA | 104 |
| 1 – O gado como meio de se ter acesso a terra | 104 |
| 2 – O acesso a terra..... | 106 |
| 3 – Transmissão da terra..... | 110 |
| CONCLUSÃO | 116 |
| BIBLIOGRAFIA | 122 |
| ANEXO | 127 |

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi apresentado como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ)

O estudo está baseado nos dados recolhidos durante o trabalho de campo que realizamos na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, entre os meses de janeiro e abril de 1972. O trabalho fazia parte do Projeto “Estudo Comparativo de Desenvolvimento Regional”, dirigido pelos professores Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury Lewis, dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Desde então, numerosas pessoas e instituições estiveram ligadas, em maior ou menor grau, à elaboração deste trabalho. Quero ressaltar, em primeiro lugar, o apoio fornecido pelo mencionado Programa, a quem agradeço nas pessoas dos seus sucessivos diretores, professores Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto A. da Matta e do seu diretor atual, professor Otávio Guilherme Alves Velho, assim como nas dos professores Francisca Isabel Schurig Vieira Keller, Luiz de Castro Faria, Lygia M. Sigaud, Moacir Palmeira, Gilberto Alves Velho e Neuma Aguiar, que através dos seus cursos ou dos seus trabalhos, contribuíram para a minha formação. Desejo também agradecer de forma especial ao professor Richard N. Adams, cujos conselhos tiveram grande importância na minha decisão de ingressar no referido Programa.

À Fundação Ford, que me concedeu uma bolsa através da qual pude assistir aos referidos cursos, subvencionando igualmente o meu trabalho de campo estende-se, por conseguinte, meu reconhecimento.

Parte do trabalho aqui apresentado foi escrita entre abril e novembro de 1972. No entanto, diversas razões me impediram de dedicar-me a ele de forma contínua, de modo que só pude retomá-lo em março de 1976, data em que me incorporei ao Projeto “Emprego e Mudança Socioeconômica no

Nordeste”, do já citado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, em convênio com o IPEA, FINEP e IBGE.

Ao professor Moacir Palmeira, orientador desta tese e diretor do Projeto do qual atualmente faço parte, dirijo minha gratidão especial, não apenas pela amizade com que me distinguiu, mas, sobretudo, porque desde o início colocou à minha disposição, generosamente, sua imensa bagagem de conhecimento e experiências. Foi ele quem me orientou, primeiro através dos seus seminários e depois em discussões, para a escolha do tema que é hoje motivo desta tese, parte integrante da problemática por ele colocada. Além disso, o professor Moacir Palmeira orientou permanentemente as diferentes etapas dessa pesquisa tendo sido seu estímulo decisivo para a sua conclusão.

A leitura do trabalho da professora Lygia M. Sigaud, bem como a transmissão da sua experiência prévia na região, também foram de inestimável importância, razão pela qual considero justo ressaltá-las aqui.

Juntamente com os professores Moacir Palmeira e Lygia M. Sigaud, os colegas Marie France Garcia, Afrânio Garcia Jr., Rosilene Alvim, José Sergio Leite Lopes, Vera Echenique, Luís M. Gatti e Roberto Ringuélet realizaram seus trabalhos de campo simultaneamente ao meu na Zona da Mata. Tanto durante o transcorrer dos referidos trabalhos, quanto na etapa posterior de análise dos dados, a troca de ideias com eles foi fundamental. Posteriormente, uma vez efetivada minha incorporação ao novo Projeto de investigação, estas discussões foram retomadas com os professores Palmeira e Sigaud e os quatro primeiros colegas citados. Que esta menção sirva como reconhecimento pela incalculável ajuda prestada por todos eles.

Não obstante, a investigação desenvolvida por Afrânio Garcia Jr. que, da mesma forma que a minha, referia-se aos pequenos produtores, só que da Zona da Mata sul, passou a desempenhar um papel essencial nas diferentes fases de elaboração desta tese. Do confronto de informações que ambos estávamos obtendo no trabalho de campo, surgiram pistas importantes que serviram para orientar nossos respectivos trabalhos. Posteriormente, elaboramos alguns artigos a quatro mãos, que foram discutidos nos

seminários dirigidos pelo professor Palmeira, sobre o conjunto de investigações da zona da Mata. Um desses trabalhos foi logo publicado¹. Por isso considero necessário destacar a importância que as discussões que mantivemos com Afrânio Garcia Jr. tiveram na realização deste trabalho.

Meu reconhecimento deve se estender ainda à Banca constituída para a Defesa de Tese (Professores Roberto Cardoso de Oliveira, Otávio Alves Velho e Moacir Palmeira) pela importância das críticas recebidas.

Durante o trabalho de campo, a ajuda prestada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais me foi de grande importância, facilitando o acesso a numerosas fontes de informação e solucionando inúmeros problemas. Por esta razão, eles são merecedores do meu reconhecimento.

Meus agradecimentos finais aos quais, entretanto, quero dar particular ênfase, são dirigidos a todos os habitantes de Boa Vista – meus amigos desde 1972. Foram eles que, com sua espontânea generosidade em me receber em suas casas e se disporem ao diálogo, me permitiram obter as informações que aqui exponho e sem as quais esta pesquisa não se poderia ter concretizado. Acima de tudo, eles me ensinaram, às vezes com apenas um gesto ou uma simples palavra, a ver, viver e compreender uma parte muito sofrida da nossa América Latina. A eles, o meu mais profundo reconhecimento e gratidão.

Agradeço também a Márcia Lamarão e Sérgio Tadeu de Niemaeyer Lamarão que efetuaram a tradução para o português assim como a Maria José Silveira e Felipe José Lindoso pela revisão final do texto.

Quero dedicar este trabalho a Osvaldo, meu marido e a Ana Inês e Diego meus filhos, cujo apoio emocional foi fundamental em cada momento de sua elaboração.

¹ Do conjunto de investigações realizadas na Zona da Mata de Pernambuco, resultaram os seguintes trabalhos: Palmeira (1971 a e b; 1976 e 1977); Sigaud (1971, 1972, 1973, 1975 a e b, 1976); Echenique e Gatti (1971); Heredia e Garcia Jr. (1971); Garcia Jr. (1975); Leite Lopes (1976); Garcia (1977).

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é a análise da organização interna de unidades de produção camponesas. Os resultados que expomos aqui são consequência do estudo realizado com o campesinato marginal à *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco.

O estudo da *plantation* e das mudanças por ela sofrida, no que diz respeito à sua estrutura interna em épocas recentes, é objeto de pesquisas que o professor Moacir Palmeira mantém na área desde 1969². Foi através delas que tomamos conhecimento da existência de um campesinato de formação recente na área e cujo surgimento estava ligado às transformações ocorridas na própria *plantation*.

Aos trabalhos já mencionados soma-se o que Lygia Sigaud realizou com *moradores* ligados à *plantation* (Sigaud, 1971), todos eles constituindo-se nos marcos fundamentais que orientaram nosso interesse para o estudo do campesinato dessa área.

Ao mesmo tempo nos foi concedida a possibilidade de incluir nossa própria pesquisa dentro do estudo global. Na mesma época em que realizamos nosso trabalho de campo, os professores mencionados e outros colegas abordavam o estudo de outras categorias sociais e problemas que faziam parte do mesmo projeto de pesquisa.

Este campesinato estava adquirindo um papel importante dentro do processo de transformações sofridas pela *plantation*, importância que se colocava não apenas em termos econômicos como também políticos. A ruptura das relações sociais, tradicionalmente existentes na *plantation*, entre os trabalhadores – *moradores* – e os proprietários implicava para os primeiros na perda da casa e das parcelas de terra que ocupavam dentro dessas grandes propriedades, e com isso a possibilidade de suprir as necessidades de sua própria família. A partir de então, transformados em

² Palmeira, 1971: a e b. Destes trabalhos foram extraídas as ideias que apresentamos aqui.

trabalhadores assalariados (cf. Sigaud, 1971 e 1972), passaram a depender das feiras locais para obter os produtos que antes lhes eram proporcionados pelas terras em que trabalhavam. Esses produtos lhes são fornecidos agora exatamente por esse campesinato (cf. Palmeira, 1971, b).

Com relação à propriedade da terra este campesinato é composto por *foreiros* e pequenos proprietários. São chamados *foreiros* os pequenos produtores que arrendam parcelas de terras pertencentes aos *engenhos ou fazendas*, dentro dos quais vivem, pagando por elas uma renda anual denominada *foro*. Os *foreiros* desempenharam um papel central nos conflitos sociais ocorridos na região desde os anos 50 e que se estenderam até o início da década de 60. Ameaçados de expulsão das terras que ocupavam, foram os principais atores das Ligas Camponesas, que se constituíram em uma organização de luta contra a expulsão (cf. Julião, 1962).

Acreditávamos que as condições históricas em que se estabeleceu esse campesinato, e que determinaram o acesso à terra por parte dos mesmos, refletiriam-se em sua organização interna. Desta forma, a articulação interna desse campesinato assim constituído deveria assumir formas específicas. Por outro lado, esta especificidade evidenciaria-se uma vez mais com relação a outros campesinatos mais estáveis e moldados em diferentes circunstâncias históricas.

A literatura especializada destacou o caráter específico que a unidade camponesa possui. Essa especificidade provém do fato de que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, visto que os membros que a compõem estão relacionados *a priori* ao processo produtivo e mediante laços de parentesco.

Alguns autores analisaram o caráter específico deste tipo de unidades econômicas em termos de modo de produção secundário nas formações sociais em que se desenvolve (Tepicht, 1973)³. Por outro lado, esse caráter

³ Chayanov (1966), quando se refere ao sistema econômico, o faz numa acepção muito próxima do conceito de Modo de Produção.

de especificidade se impõe quando se trata de realizar, como é o nosso caso, um estudo baseado na situação econômica de um campesinato específico.

Os autores especializados em sociedades camponesas em geral, preocupados em assinalar o caráter específico das mesmas frente às formas de organização capitalista, onde a unidade de produção e unidade de consumo apresentam-se totalmente dissociadas, foram levados a destacar que tal especificidade se deve ao fato de que a unidade de produção é ao mesmo tempo unidade de consumo, chegando inclusive a associá-las como se constituíssem um fato único. Este tipo de abordagem dificultou a análise das relações entre as duas unidades e suas formas de articulação.

No entanto, no transcorrer do nosso trabalho de campo, foi se tornando cada vez mais evidente a oposição entre unidade de produção e unidade de consumo, e essa relação impôs-se de tal maneira que orientou nosso trabalho. Esta oposição, longe de violentar os próprios marcos que acionam a economia camponesa, apresentava-se, pelo contrário, como a forma através da qual pudemos chegar a analisar sua especificidade.

Nesse sentido, a leitura de Chayanov (1966), que realizamos após nosso trabalho de campo, foi fundamental. Este autor assinala como uma das categorias fundamentais para a compreensão da economia camponesa o caráter familiar da unidade de trabalho, destacando que a especificidade do cálculo econômico deste tipo de unidades tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer.

Com relação ao nosso trabalho de campo, surgiu uma série de problemas práticos como, por exemplo, o da escolha da área em que realizaríamos a pesquisa, visto que pretendíamos efetuar nosso estudo numa região em que coexistissem pequenos proprietários e *foreiros* ligados à *plantation* açucareira. Entretanto, na época em que planejávamos nosso trabalho, no final do ano de 1971, os *foreiros* constituíam uma categoria social que praticamente havia desaparecido na Zona da Mata Sul de Pernambuco, ao mesmo tempo em que, devido a um processo diferente,

ainda existiam na Zona da Mata Norte desse Estado. Essa circunstância constituiu-se por si mesma numa primeira opção que, desde o início, condicionou a área a ser escolhida, o que foi feito antes de emprendermos o trabalho.

Outra dificuldade que teríamos que enfrentar era a do acesso a estes grupos, devido à situação de tensão social existente na área. Esta preocupação inicial tornou-se ainda mais presente nas circunstâncias da nossa chegada na área. Desta forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais, ambos com sede na cidade de Riacho Doce, tornaram-se elementos de incalculável valor, facilitando nosso contato com o campesinato na área. Os contatos previamente estabelecidos com os dirigentes das duas entidades, estabelecidos anteriormente pelo professor Palmeira que trabalhou na região, facilitaram nosso acesso a eles, que muito contribuíram para a concretização do nosso objetivo. Nestas circunstâncias, o contato, através da mediação do Sindicato e da Cooperativa, não só foi bastante aconselhável, como também se constituiu na via de acesso fundamental, tendo se revelado altamente positivo para o relacionamento com as pessoas.

Com as autoridades do Sindicato, percorremos várias zonas que correspondiam à sua área de influência, optando finalmente por centralizar nosso trabalho em Boa Vista. Considerávamos que esta região reunia uma série de características que, desde o início, julgamos importantes para o problema que tínhamos levantado. De um lado, *foreiros* e pequenos proprietários trabalhavam em terras próximas umas das outras, o que favorecia o contato mútuo. Por outro lado, tratava-se de um grupo que apoiava a ação do sindicato na área de onde significativamente se originaram vários dos seus atuais dirigentes, o que possibilitava a coesão entre as diferentes famílias.

Ainda assim pensávamos que, para um melhor estudo da divisão de trabalho familiar e da análise e observação das relações sociais em que se baseiam, seria importante conviver com alguma família camponesa durante o tempo que durasse nossa pesquisa. Exatamente por causa dos conflitos sociais

existentes na área, Boa Vista apresentava condições comparativamente mais favoráveis para a nossa permanência. De qualquer forma, para lograr essa convivência era necessário obter certas condições prévias no relacionamento que, obviamente, não se apresentariam no primeiro momento.

Durante os primeiros quinze dias de estadia na área, permaneci na cidade de Riacho Doce, distante uns 5 km de Boa Vista⁴. Durante este período estava acompanhada do meu marido e da minha filha e viajava à Boa Vista diariamente. Esta circunstância foi um elemento que, no transcorrer da pesquisa, evidenciou-se como muito positivo na relação que estabelecemos com as famílias. O fato mais ou menos estranho da minha condição de estrangeira⁵ e mulher foi minimizado ao observarem que o pesquisador também tinha uma família constituída que eles puderam conhecer, elemento relevante dada à importância que possui a família para o campesinato da área.

Foi exatamente a partida de minha família que determinou o convite por parte de alguns vizinhos de Boa Vista para viver em suas casas, significando com isso que me dariam a proteção que perderia com a partida da minha família. Foi uma decisão conjunta da nossa parte e dos pequenos produtores, considerando-se que seria conveniente residir na casa de um proprietário.

Minha condição de mulher e estrangeira não constituiu um empecilho na relação com as pessoas, pelo contrário, em certas oportunidades essa circunstância tornou-se positiva, porque podia fazer perguntas sobre fatos considerados pelo grupo como óbvios, como, por exemplo, sobre costumes da vida cotidiana, processo produtivo, tarefas diárias etc.

Após alguns dias no lugar, pudemos constatar que não havia diferença entre os pequenos proprietários e *foreiros*. Além de não existir

⁴ Riacho Doce e Boa Vista são nomes fictícios que adotamos para os objetivos do presente trabalho.

⁵ Com o correr do tempo, pudemos observar que éramos considerados quase tão estrangeiros quanto os próprios brasileiros residentes no “sul”.

separação física, também não havia uma distância social que os separasse como grupos. Por outro lado, tampouco apareciam diferenças no seu relacionamento diário, e os problemas que enfrentavam eram comuns. As diferenças só surgiam quando, levados pela nossa preocupação inicial, interrogávamos as pessoas sobre o problema.

Os pequenos proprietários e os *foreiros* estão ligados entre si não apenas por laços de vizinhança como também por laços de parentesco. É comum que o filho de um pequeno proprietário seja *foreiro* ou vice-versa. Um grupo de parentes geralmente é composto pelas duas categorias.

As diferenças, se existiram no passado, no presente não adquirem relevância. Por outro lado, o desenvolvimento do nosso próprio trabalho possibilitou-nos reunir ainda mais elementos sobre esse aspecto. Durante a pesquisa, não apareceram diferenças com relação à forma de organização interna das unidades familiares; elas também não foram observadas, por exemplo, na divisão do trabalho familiar, nem sequer em outros aspectos nos quais, formalmente, pensávamos que deveriam surgir, como nos casos de herança.

Este fato, entretanto, requer uma explicação. Embora o *foreiro* mantenha, formalmente, sua ligação com a terra que trabalha apenas durante a vida da pessoa à que foi designada a parcela de terra, na verdade essa posse foi transmitida de pais para filhos. Nas circunstâncias atuais, quando o acesso à terra torna-se cada vez mais difícil tanto para *foreiros* quanto para os pequenos proprietários, ambos ainda constroem casas nos limites da terra que *aforam* para os filhos que vão se casando. É necessário assinalar que este fato é uma situação particular que ocorre nessa região e isto se deve à força que o Sindicato tem na área, visto que o mesmo não acontece nas outras áreas da Zona da Mata de Pernambuco (Garcia Jr., 1975). Um procedimento utilizado pelos grandes proprietários para por fim à existência de *moradores* dentro das suas propriedades, é o de se negarem a continuar permitindo a passagem de parcelas de terras de antigos *moradores* para os seus filhos, fato que ocorria na *plantation* tradicional (cf. Sigaud, 1972; Palmeira, 1976).

Em resumo, apesar de em alguns casos a origem social ter sido distinta e, conseqüentemente, terem sido submetidos à relações formais também distintas com os grandes proprietários, atualmente não existem essas diferenças entre estes pequenos produtores⁶.

Quando compreendemos que era essa a realidade que se nos apresentava, deixamos de lado nossa preocupação inicial em tratar os *foreiros* e os pequenos proprietários como grupos sociais que apresentariam problemas diferentes e, em consequência, não nos preocupamos mais com a análise diferenciada de ambos. Efetuamos uma modificação no nosso projeto inicial. Entretanto, mantivemos a nossa preocupação de reconstituir a origem histórica e social de ambos os grupos, ou seja, sua constituição como campesinato na área.

A convivência na casa de uma família durante o tempo da realização do trabalho possibilitou-nos estudar, com um certo nível de profundidade, o desenvolvimento da vida camponesa.

Embora tivéssemos realizado algumas entrevistas formais, que ocorreram principalmente durante o primeiro período da nossa estadia no lugar, a maior parte dos dados recolhidos se originaram de informações provenientes de situações informais e também, em grande parte, das observações realizadas.

Ainda que algumas entrevistas tenham sido feitas no Sindicato e na Cooperativa, quase todas elas foram efetuadas nas casas dos próprios camponeses. Realizaram-se no âmbito da casa, muitas vezes durante diferentes tarefas domésticas e, eventualmente, durante o trabalho agrícola, oportunidade em que se obtinha explicação da forma de trabalho ali

⁶ No passado, os *foreiros* além de *foro* pagavam *cambão*; este consistia em dar ao proprietário um determinado número de dias de trabalho gratuito por ano. A exigência com relação ao número de dias de trabalho variava não apenas de região para região, como também segundo cada proprietário. No entanto, em linhas gerais, na região onde se encontra Boa Vista, a exigência girava em torno de 20 dias de trabalho anual. Como corolário dos conflitos mencionados, o *cambão* foi eliminado e a imposição para os *foreiros* restringiu-se ao *pago do foro*.

efetuado. Algumas entrevistas ocorreram na *casa de farinha*, lugar em que só reuniam numerosas pessoas para conversas informais.

Durante a realização do trabalho de campo tivemos contato com aproximadamente vinte famílias, embora o grosso do material provenha de apenas três delas, inclusive a casa em que residimos.

Em suma, reunimos aproximadamente 40 entrevistas gravadas, cujo tempo de duração variava bastante de um caso para o outro. No entanto, nem todas as entrevistas foram gravadas e isto se deveu, em grande parte, à frequência com que as conversas prolongavam-se durante várias horas, particularmente quando havia reunião de pessoas. Nestes casos, preferíamos não gravar para não violentar a situação informal que estava se desenvolvendo. Esse material foi registrado no caderno de apontamentos do nosso trabalho de campo.

As entrevistas foram realizadas segundo um roteiro, e sua flexibilidade permitiu-nos introduzir variações de acordo com cada informante. A esse material acrescentou-se o obtido através da observação direta. Tudo o que observávamos diariamente era informação e a pertinência do seu registro diário evidenciou-se de forma mais clara na hora da análise do material, tornando-se então um elemento fundamental.

Nas primeiras entrevistas, fomos acompanhados pela filha de um dirigente do Sindicato residente no local e que gozava de grande respeito em Boa Vista. Esta circunstância, aliada às relações de parentesco existentes entre os habitantes, possibilitou o estabelecimento de excelentes vinculações.

O fato de que o pesquisador, embora membro de outra classe, viesse compartilhar da vida do grupo, das suas comidas e da vida cotidiana e inclusive realizar caminhadas sob o sol para escutar longos relatos sobre problemas que geralmente os membros da outra classe não estavam dispostos a ouvir, foi um elemento que contribuiu sensivelmente para o estabelecimento de relações cordiais. Uma manifestação disso eram os convites diários para fazer visitas e para participar de refeições; algumas

censuras recebidas evidenciavam ciúmes por estar fazendo mais visitas à uma família do que à outra⁷.

Sempre nos apresentávamos como professora do Rio de Janeiro e explicávamos que nossa estadia no lugar tinha como objetivo escrever um livro sobre a vida dos pequenos produtores. Isto foi rapidamente compreendido⁸, mesmo quando às vezes se abrigasse uma não manifestada esperança de que nossa presença pudesse trazer algumas soluções para os problemas que viviam, ainda que sempre tivéssemos esclarecido que nosso estudo não tinha como objetivo trazer nenhuma solução, destacando que, ao contrário, era o pesquisador que estava aprendendo com as informações que eles forneciam. Não obstante, o fato de saber que escrevíamos sobre eles sempre foi um elemento que facilitou o diálogo. Ainda que fossem poucas as ocasiões em que isso aconteceu, algumas pessoas mostraram, no início, certa desconfiança diante da nossa presença, desconfiança que em pouco tempo era dissipada pelos próprios informantes⁹.

Apesar de termos realizado algumas entrevistas com proprietários de engenhos¹⁰, o nosso trabalho foi efetuado com pequenos produtores, e o

⁷ Assim disse um informante com quem passamos um longo tempo: “Eu gosto de palestrar com a senhora, eu aprendi que o que eu faço é importante, então eu vou falar do que eu sei... Agora se mandassem para eu falar com um doutor, um coronel, eu vou acanhado porque eu não sei falar para ele, com a senhora eu não me sinto acanhado, com a senhora é diferente, a senhora escuta o que eu falo e do jeito que eu falo. A senhora pode perguntar o que quiser, não fique com vergonha nenhuma, não vou falar o que não sei, eu não vou mentir à senhora...”

⁸ Numa ocasião em que nos encontrávamos na casa de um informante, chegou uma visita. O dono da casa explicou com toda a clareza o motivo de nossa presença no lugar e inclusive começou a “entrevistar” o recém-chegado, fazendo perguntas com total pertinência.

⁹ Um informante falou assim a um vizinho que ao nos ver na casa pensou que pertencíamos ao pessoal que realiza os censos: “pode falar tranquilo, ela não é do censo não, ela é pessoal da gente, está aqui morando com a gente e aprendendo com a gente da vida e do sofrimento da gente”.

¹⁰ Era interesse do Projeto do qual fazíamos parte o levantamento de todas as categorias sociais da área. Desta forma. Palmeira havia realizado entrevistas com comerciantes e também com vendedores da feira de Riacho Doce; Sigaud, por sua vez, havia trabalhado com trabalhadores rurais e Echenique e Gatti haviam realizado um cadastro na feira local. Cf. Sigaud, 1971; Palmeira, 1971; Echenique e Gani, 1971.

material que aqui apresentamos foi elaborado a partir de suas próprias manifestações.

O nosso trabalho aproximou-se bastante dos estudos de comunidade. Desta forma, obtivemos uma quantidade considerável de informações referentes ao sistema social global, embora para os objetivos do presente trabalho tenhamos destacado um certo tipo de informação que se refere especialmente às atividades da família na produção, centralizando, conseqüentemente a análise das relações sociais nesse aspecto.

Nossa permanência no lugar restringiu-se a apenas uma época do ano. Como há alterações no trabalho familiar de acordo com os diferentes momentos do ano agrícola, não pudemos observar diretamente o ano no seu conjunto, apesar de termos acumulado informações sobre isso. Mesmo com esta deficiência, contamos com a vantagem de que o tempo em que permanecemos no lugar correspondia ao período mais crítico do ano e, em conseqüência, pudemos observar os mecanismos usados para suprir o consumo familiar durante esse período.

Devido à nossa preocupação inicial ser o estudo da família como unidade de produção e de consumo, a divisão de trabalho entre os membros aparecia como o caminho através do qual procuraríamos compreender as regras que davam fundamento às relações familiares. Como é mais ou menos evidente, essas relações não surgiam explicitamente das informações, razão pela qual foi necessário articular as informações fragmentadas, o que juntamente com a observação direta, possibilitou a compreensão dessa problemática. As situações cotidianas – comportamentos e atividades – foram elementos fundamentais que permitiram-nos construir nossos dados e, nesse sentido, nosso próprio contato com as famílias com as quais estabelecemos relações possibilitou a obtenção de indicadores importantes para o estudo que pretendíamos realizar.

As primeiras entrevistas realizadas com cada grupo doméstico foram sempre efetuadas com o pai de família, e geralmente apenas ele estava presente, e se, na ocasião de nossa chegada, a esposa eventualmente se

encontrasse no recinto, retirava-se quando se tratava de nossa primeira visita, mas nas seguintes permanecia, intervindo apenas para responder a alguma pergunta dirigida a ela. Nas primeiras vezes, os filhos nunca estavam presentes. Com o tempo esta situação foi se modificando, de acordo com o número de entrevistas e com o contato mais profundo adquirido com cada família. Assim, a permanência no lugar foi alterando essa relação inicial, e conseguindo, paulatinamente, o acesso às mulheres e aos filhos. Assim se obteve uma visão da família como um todo.

A forma com que fomos recebidos na ocasião de nossa chegada, os convites posteriores para residir no lugar, aliados às primeiras entrevistas formais, foram valiosos elementos de informação, pois possibilitaram-nos detectar alguns dados referentes ao esquema de autoridade, assim como algumas das circunstâncias em que essa autoridade era acionada. Estávamos ingressando, desse modo, no problema das relações sociais. Sendo assim, conseguimos perceber, em primeiro lugar, a autoridade do pai, que apareceu desde o início como o chefe da família. Não obstante, era necessário saber sobre que bases exercia sua autoridade, bem como em que esferas a mesma era exercida.

Ao mesmo tempo, começamos a perceber outros fatos. Nessas primeiras entrevistas éramos recebidos na sala de visitas, que parecia ser o lugar em que o pai permanecia na casa, enquanto as mulheres passavam a maior parte do tempo na cozinha com as crianças, utilizando inclusive a porta dos fundos para entrar na habitação. Somente pudemos chegar à estas dependências depois que estabelecemos uma relação mais próxima. Observamos assim que haviam espaços diferenciados dentro da casa, e que nem todos os membros da família realizavam tarefas nela. Essas tarefas se diferenciavam, como já vimos, de acordo com a idade e com o sexo. O problema que se apresentava era saber se havia relação ente os fatos descritos; e se era possível estabelecer o porquê dessa relação.

Como pareceria óbvio a membros do grupo social a que pertence o pesquisador, deveria existir nos grupos camponeses uma divisão de trabalho de acordo com o sexo: a mulher ligada à casa e os homens ao trabalho

agrícola e isso num certo nível, parecia dar-se ali também. No entanto, o problema era mais complexo.

Levados por essa preocupação, observamos que todos os membros da família desenvolviam tarefas no campo, apresentando, no entanto, diferenças segundo o sexo e idade. Entretanto, diante de nossas perguntas sobre se todos os membros trabalhavam, a resposta variava segundo o contexto, mas geralmente diziam que mulheres e crianças não trabalhavam. Desta forma, notamos que o que estava em jogo era a própria categoria *trabalho*. Esta assume na área um significado diferente do que nós estávamos acostumados a lhe atribuir. Nem todas as atividades aparecem caracterizadas como *trabalho*, visto que esta categoria refere-se a um tipo específico de atividades.

A concepção do que se define como *trabalho* permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é *casa-roçado*. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é *trabalho* e do que não é *trabalho*. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados.

A essa oposição masculino-feminino somou-se uma outra, a do maior-menor. Ao analisá-la, estávamos novamente preocupados com o problema da autoridade e com a forma em que se manifestavam esses mecanismos de autoridade paterna no que diz respeito aos filhos. Se todos os filhos trabalham no roçado familiar, poderia ser colocado, sem dúvida, o problema da redistribuição que ameaçaria colocar em xeque a autoridade paterna, pois acreditávamos que era exatamente nesses momentos da redistribuição que poderia surgir conflitos de forma mais evidente. Aprofundando essa relação, conseguimos ver que, além do *roçado* familiar, existem outros *roçados* chamados *roçadinhos*, que são de usufruto

individual. A existência dos *roçadinhos* é um dos mecanismos, através dos quais os membros do grupo doméstico são socializados e, ao mesmo tempo, são elementos que acentuam o caráter de individualidade desses membros. Estabelecer sua existência foi fundamental, pois possibilitou-nos articular a vida econômica da unidade familiar camponesa.

A partir dessa oposição *casa-roçado* e da relação *roçado-roçadinho* nos foi possível analisar as mediações e, conseqüentemente, a não correspondência existente entre a unidade de produção e a unidade de consumo. Desta forma, conseguimos entender o problema que desde o início nos havíamos colocado.

Partindo dessas oposições é que logramos estudar o cálculo econômico próprio dessa unidade de produção e, desse modo, as estratégias que fazem a reprodução da mesma.

O nosso estudo foi centralizado na família como unidade de produção e consumo; a reprodução no seu sentido mais amplo foi analisada apenas superficialmente. No entanto, compreendemos que este último enfoque é parte importante para a compreensão da problemática destas unidades econômicas, mas julgamos que sua análise ultrapassa os limites por nós fixados. Partindo do presente estudo, pretendemos aprofundar esse aspecto em trabalhos posteriores.

CAPITULO I

BOA VISTA ATÉ 1972

O trabalho de campo que constitui a base do presente estudo centrou-se em um pequeno núcleo de população conhecido como Boa Vista, localizado a uns 5 km da cidade de Riacho Doce, sede do município do mesmo nome, situado na Zona da Mata Norte, Estado de Pernambuco¹.

A área que os pequenos produtores identificam como Boa Vista não corresponde, quanto aos seus limites, à divisão efetuada pela municipalidade nem à do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por esses registros, Boa Vista, segundo a classificação dos moradores, é formada por diferentes seções, cada uma das quais, registrada sob uma denominação diferente.

Seguimos, para efeito do nosso trabalho, a classificação dada pelos próprios habitantes.

A denominação de Boa Vista, na realidade, corresponde a uma grande propriedade existente nas proximidades, mas os habitantes estendem o uso desse nome ao núcleo das pequenas propriedades localizadas ao seu redor. Esse problema de denominação oferece menos dificuldades quando são os *foreiros* quem se identificam como habitantes de Boa vista, já que trabalham e vivem em terras que pertencem à propriedade que leva esse nome. Por outro lado, alguns dos proprietários atuais foram, no passado, *foreiros* da mesma fazenda, razão pela qual se poderia esperar que recusariam essa denominação como uma forma de se distanciar de sua situação anterior. No entanto, eles

¹ Em termos administrativos, cada Estado brasileiro é constituído por diversos municípios que, por sua vez, dividem-se em distritos. O distrito é a menor unidade administrativa e às vezes é integrado por diversos povoados.

O município de Riacho Doce é formado por dois distritos: um tem o nome de Riacho Doce e o outro se chama Lagoa Verde, com sede na Vila do mesmo nome. Boa Vista pertence ao distrito de Riacho Doce.

mantêm esse nome. Essa situação provavelmente está relacionada com a atividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais, cuja ação se estende a todos os habitantes, tanto pequenos proprietários como *foreiros*, englobando-os sob essa única denominação. Em resumo, Boa Vista consiste, para os objetivos desse estudo, no setor compreendido pela área de influência da grande propriedade já mencionada, que abrange tanto a região ocupada pelos *foreiros* da fazenda Boa Vista, como também a que se encontra fora dos seus limites e que é ocupada pelos pequenos proprietários.

1 – Sua formação

Embora desde o início de sua ocupação toda a área dos arredores tenha tido como cultura dominante a cana-de-açúcar, a ponto de até hoje Boa Vista ter um engenho de açúcar nas suas proximidades, separado deste apenas por uma estrada, no setor específico em que se encontram estabelecidos os pequenos produtores por nós estudados nunca foi praticado aquele cultivo². No entanto, o acesso a terra por parte desse campesinato está ligado às imposições da *plantation*.

O sistema *plantation*, especialmente o de velho tipo (Wolf e Mintz, 1957), caracterizou-se pela imobilização de recursos como terra e mão de obra. Quando a *plantation* se desenvolveu em regiões nas quais a expansão territorial era possível, como é o caso que estudamos, essa necessidade de monopolizar recursos foi fundamental como uma forma de impossibilitar o desenvolvimento de outras alternativas econômicas (Prado Jr., 1969).

Entretanto, nas zonas marginais à *plantation*, dentro dos seus limites ou em suas imediações, nas zonas consideradas impróprias à cultura dominante, constitui-se um campesinato “livre”. Na verdade, este campesinato, desde seu nascimento e como condição necessária para seu estabelecimento, esteve subordinado à *plantation*. Cabia aos camponeses abastecer a *plantation* tanto no que se referia aos produtos para consumo interno dos trabalhadores a ela

² Para uma história do processo da cana-de-açúcar e sua expansão na região, ver Correia de Andrade, 1964; Furtado, 1964.

ligados, como constituir a reserva de mão de obra disponível, de acordo com suas exigências. Nesse sentido a existência desses pequenos proprietários era de grande interesse para a própria *plantation*³.

Provavelmente foi esta a origem de alguns pequenos proprietários que encontramos atualmente em Boa Vista. Seus antepassados se achavam instalados no local desde o final do século XIX. Na verdade, estes proprietários receberam as terras através de heranças que datam, em alguns casos, de duas ou três gerações. De acordo com o que pudemos reconstituir, trata-se, desde a sua origem, de propriedades de pequena extensão que hoje estão reduzidas em tamanho devido às sucessivas transferências⁴.

No início do século XX, além das pequenas propriedades já mencionadas, a forma de propriedade dominante no que é hoje Boa Vista e suas vizinhanças era a grande propriedade. Tratava-se de fazendas dedicadas à criação de gado e algumas delas pertenciam a proprietários dos engenhos próximos. Grande parte dos atuais pequenos produtores encontra-se estabelecidos em terras que, no começo do século XX, correspondiam a duas dessas propriedades.

Parte de uma delas foi vendida no ano de 1928, e comprada de uma só vez, pelos antepassados do atual proprietário da fazenda Boa Vista, constituindo-se assim no núcleo originário da mesma. O resto da propriedade foi vendido em 1939. Essa venda foi efetuada em parcelas, com extensões que variavam entre 5 e 10 hectares. Desta forma, cerca de cinco dos até então *moradores* da fazenda Boa Vista tornaram-se proprietários.

³ A existência desse campesinato “marginal” à *plantation* é assinalada por Steward (1959). Riegelhaupt e Forman se referem a esse problema quando estudam o caso da *plantation* do Nordeste brasileiro.

⁴ Realizamos um levantamento no cartório da cidade de Riacho Doce com o objetivo de registrar o processo de fragmentação e concentração dos engenhos e fazendas que circundam Boa Vista, ao mesmo tempo em que reconstituímos o processo de formação das pequenas propriedades de Boa Vista e arredores. Alguns dos pequenos proprietários atuais que receberam sua parcela de terra através de herança facilitaram-nos o acesso às escrituras originais e, a partir desse material e da memória social dos habitantes mais antigos, reconstituímos no cartório a história da ocupação no caso de algumas propriedades de fona específica.

O fato de se tornarem proprietários significou para eles o início dos conflitos com o dono da fazenda, que não só tentou evitar que os moradores saíssem de sua propriedade como também procurou, através de diversos mecanismos, apropriar-se dessas pequenas propriedades e das que foram se formando posteriormente⁵.

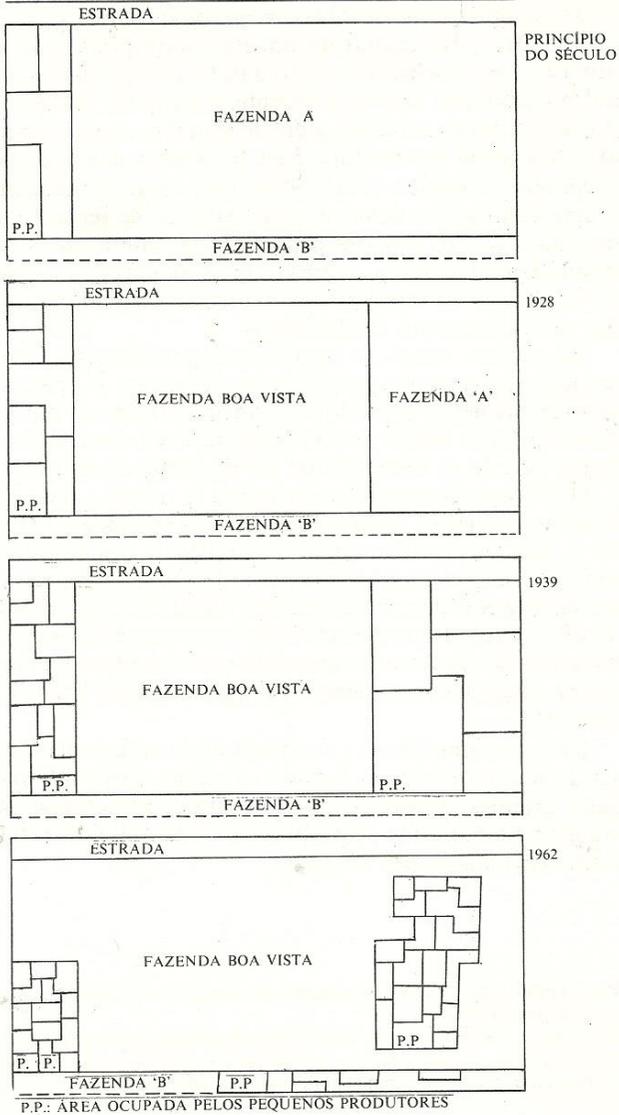
Hoje, as pequenas propriedades encontram-se totalmente cercadas pela fazenda que foi se ampliando às suas custas e assim essas pequenas propriedades formam uma ilha encravada dentro dos limites daquela propriedade (Figura 1, página a seguir).

Por outro lado, no final da década de 40, introduziu-se uma série de melhorias na infraestrutura da região, como a implantação de redes de luz elétrica e construção de melhores estradas. Este fato, aliado a fatores como o clima e a proximidade da capital do Estado, incentivaram uma procura de pequenas parcelas de terras na região, para formação de granjas (cf. Marinho da Costa, 1960). Assim, alguns grandes proprietários resolveram parcelar parte de suas propriedades, principalmente aquelas impróprias para o cultivo e situadas à beira das estradas. Os compradores, em geral profissionais liberais residentes na capital, utilizam-nas como casas de veraneio, além de aí desenvolverem criação de aves e/ou horticultura. Esse fenômeno, chamado de “*granjismo*”, estendeu-se até 1950 e teve como consequência uma valorização constante das parcelas de terra. Essa demanda levou os grandes proprietários, interessados na rentabilidade das terras, a venderem essas parcelas e para isso foi necessário expulsar os *foreiros e os moradores* que nelas se encontravam estabelecidos.

⁵ O proprietário da fazenda comprou e continua comprando terras, inclusive de pequenos proprietários que não possuem escritura. Algumas parcelas de terras transmitidas por herança não têm registradas as sucessivas fragmentações por que passaram; em consequência, alguns pequenos proprietários apenas mantêm os títulos originais e outros nem sequer puderam conservá-los. Mesmo assim, o fazendeiro mostra-se interessado na aquisição dessas parcelas.

Figura 1

FIG. 1: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE BOA VISTA



Ao mesmo tempo, e como contrapartida, essa fragmentação das grandes propriedades favoreceu o aparecimento de pequenos produtores, principalmente nas parcelas consideradas menos produtivas para serem destinadas a granjas ou que se encontravam muito longe da estrada.

O processo de expulsão, que estava se dando a nível local, acentuou-se e se aliou ao que estava se produzindo em toda a região canavieira como consequência dos conflitos sociais que caracterizaram este período e que se expressaram nas Ligas Camponesas (Julião, 1962; Callado, 1964). O conflito que antes era centralizado em torno dos *foreiros*, ameaçados de perderem as terras em que trabalhavam, ampliou-se, englobando as demais categorias sociais ligadas à *plantation*⁶.

De forma simultânea e se constituindo ambas em duas fases do mesmo processo, frente à existência dos conflitos, alguns grandes proprietários resolveram adiantar-se às conquistas trabalhistas pelas quais se vinha lutando e que seriam sancionadas em 1963⁷.

Nessas circunstâncias, alguns grandes proprietários da região venderam parte de suas terras, livrando-se assim dos encargos que tais leis lhes iriam acarretar.

Foi dentro desse contexto que, no ano de 1962, a outra grande propriedade da região que hoje constitui Boa Vista foi vendida em parcelas. As terras em questão pertenciam a um antigo engenho e, como no caso da outra propriedade fragmentada, tratava-se de terrenos não cultivados e destinados à criação de gado. Alguns *foreiros* da fazenda Boa Vista, bem como *foreiros* e *moradores* de alguns engenhos do município, se beneficiaram com esta fragmentação⁸.

⁶ Para o estudo do processo de expulsão de moradores cf. Sigaud, 1971-1972 Palmeira, 1977.

⁷ Referimo-nos ao Estatuto do Trabalhador Rural, que confere direito a férias, décimo terceiro salário e aposentadoria. Em 1962 já havia sido estabelecido o salário mínimo para o trabalhador rural.

⁸ Também nessa época, mais precisamente em 1961, foi dividida e vendida outra grande propriedade, que faz limite com Boa Vista, da qual está separada por uma estrada. Ali também se formaram outras pequenas propriedades.

No que se refere ao engenho que se limita com Boa Vista, nele se concentrou grande parte dos conflitos e ainda que muitos dos antigos *moradores e foreiros* tenham sido expulsos, um número considerável conseguiu manter-se e permanecem atualmente dentro da propriedade. No caso dos *foreiros*, continuam como pequenos produtores, da mesma forma que os *foreiros* da fazenda Boa Vista.

É importante assinalar que essa liberação de terras, que permitiu o estabelecimento de um “neocampesinato” na área foi um fenômeno limitado a um certo período e ocorreu como consequência de situações conjunturais, razão pela qual não se firmou.

Desde então, o acesso à terra se deu, principalmente, através do arrendamento. Estes arrendamentos, ao contrário dos antigos *aforamentos*, realizam-se mediante contratos e por prazos curtos previamente estabelecidos, não dando ao beneficiário, na maioria dos casos, a possibilidade de residência dentro da terra arrendada.

Esta situação foi vivida pelos pequenos produtores como uma ameaça à sua própria reprodução enquanto grupo social na área. Esta ameaça – que não é recente – é vivida hoje com outras dimensões.

A cana de açúcar estende paulatinamente seus domínios na região, incorporando terras que até pouco tempo eram consideradas impróprias a essa cultura, provocando inclusive a retratação das granjas⁹.

Por último, embora não menos importante, existe a ameaça que os pequenos proprietários estudados por nós estão sofrendo desde o momento em que tiveram acesso à terra, ou seja, a própria expansão da fazenda Boa Vista. Seus donos foram ampliando os limites da propriedade através da compra das terras dos pequenos proprietários que, por diversos motivos, não conseguiram manter-se como tais. Constantemente, e através de

⁹ As terras em que estão estabelecidos estes pequenos proprietários são terras de lombadas, *tabuleiros* ou *chã*, nos termos da denominação local. O cultivo da cana de açúcar realizou-se tradicionalmente nos vales e somente em períodos mais recentes foi que se estendeu, incorporando terras de *tabuleiro* (cf. Furtado, 1964; Palmeira, 1977).

diferentes mecanismos, os donos da fazenda Boa Vista procuraram obter para si as terras trabalhadas por esses pequenos produtores. No caso dos *foreiros*, embora a expulsão esteja sendo sustada pela ação do Sindicato, a ameaça continua presente e alguns deles, ainda que em pequeno número, não conseguindo resistir às pressões, abandonaram a propriedade.

2 – A vida cotidiana

Quem chega a Boa Vista pode divisar da estrada as casas cercadas e separadas umas das outras pelas parcelas cultivadas. As habitações, cerca de 60, localizam-se nas partes mais elevadas das suaves lombadas que caracterizam a região. Essas partes altas são chamadas de *chã*.

As casas se encontram dispersas e embora a distância que as separe não ultrapasse 300 metros, não há nenhuma ordem na sua disposição. A falta de centros em torno dos quais possam se agrupar é consequência do processo de constituição de Boa Vista.

Os pequenos produtores designam a área ocupada por eles de “Sítio Boa Vista”. A categoria *sítio* define a pequena produção em oposição à *fazenda*, *engenho* e *granja*. Ao mesmo tempo, os pequenos produtores também utilizam a categoria *sítio* para delimitar a extensão total englobada por cada uma das famílias produtoras, incluindo nessa denominação a casa e a parcela de terra que se dispõe para o cultivo, o *roçado*.

Os pequenos produtores, juntamente com os membros da sua família, trabalham no *roçado*. Apesar do termo *roçado* designar o conjunto de cultivos, dentro do *roçado* predominam a mandioca, o milho e o feijão, culturas que nós costumamos caracterizar como de “subsistência”, pois se trata de produtos que são consumidos pelos próprios produtores. Estes produtos provenientes do *roçado*, ou porque são consumidos diretamente ou pelo dinheiro obtido com a sua venda, são os responsáveis pela subsistência familiar, isto é, pela provisão dos bens necessários à reprodução física e social das famílias desses pequenos produtores.

Cada uma das casas é habitada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai-mãe e filhos solteiros e, excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou a mãe de um dos cônjuges. São estes indivíduos que compõem o grupo doméstico. Entende-se, pois, por grupo doméstico o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum (cf. Tepicht, 1973; Galeski, 1972). O grupo doméstico é a unidade de residência e é dentro dele que tem lugar a reprodução física e, em grande parte, a reprodução social de seus membros (cf. Fortes, 1958). Os filhos quando casam passam a residir em outra casa e constituem unidades de trabalho separadas. Por conseguinte, é através do casamento que se forma um novo grupo doméstico.

Os membros de um grupo doméstico residem numa mesma casa e executam tarefas no *roçado*.

Cada grupo doméstico possui uma extensão de terra que pode variar entre 1 e 5 hectares. A casa e o *roçado* correspondente constituem geralmente uma única unidade espacial, não existindo normalmente nenhuma separação evidente entre eles. Mesmo nos casos em que o trabalho é realizado em terras mais distantes, há sempre um pequeno *roçado* nos terrenos situados atrás da casa. Em geral, o *roçado* encontra-se sempre nesse mesmo lugar; no entanto, e como consequência da crescente escassez de terras, algumas casas já estão sendo cercadas pelo *roçado*.

As casas compreendem o espaço físico ocupado pela construção e pelo espaço livre em sua volta, denominado *terreiro*. A parte coberta geralmente inclui uma sala, sala de jantar, cozinha e um ou dois quartos de dormir.

As casas têm as portas de acesso localizadas nos extremos opostos, uma na frente e a outra nos fundos. Considera-se como frente o lugar onde se encontra a porta pela qual se entra na sala, local onde são recebidas as visitas. Essa é também a porta que os homens da família normalmente utilizam. Em geral, além da porta da frente, há também uma ou duas janelas, elementos que nunca se encontram na parte posterior da casa. O setor exterior imediato a essa porta de acesso ajuda a definir a frente da

casa, já que nele se encontram concentradas a maior parte das árvores frutíferas que cercam a moradia. Há um cuidado especial em manter esse *terreiro* limpo, varrendo-o com maior frequência que ao resto porque este é o espaço “público” da casa. É nesse *terreiro* da frente da casa que os homens da família se reúnem quando regressam das tarefas agrícolas, e nas épocas de calor, descansam à sombra das árvores durante os intervalos do trabalho diário. O *terreiro* da frente também serve de local de reunião com os vizinhos quando estes vêm à casa para conversar.

Do *terreiro* situado na parte posterior, tem-se acesso à cozinha, setor da habitação por onde não entram as pessoas estranhas à família, com exceção de parentes e de algumas mulheres vizinhas de grande amizade e confiança da dona da casa. As mulheres e as crianças que moram na casa utilizam habitualmente esta porta, ao passo que os homens a usam esporadicamente. O *terreiro* dos fundos da casa está destinado fundamentalmente às aves domésticas e ao chiqueiro dos porcos; é também ali que as cabras passam a maior parte do dia. Em algum setor desse espaço, as mulheres lavam a louça e fazem a higiene das crianças. Muitas vezes encontram-se neste local algumas árvores frutíferas, mas de tipo diferente das plantadas na frente da casa. Nos fundos, frequentemente, estão os mamoeiros e bananeiras, enquanto na frente são plantadas mangueiras e jaqueiras, árvores que propiciam abundante sombra e possuem um ciclo de vida maior.

Com relação às atividades cotidianas dos membros do grupo doméstico, é necessário, antes de tudo, considerar que elas sofrem constantes variações, de acordo com o calendário agrícola. Durante o inverno, que corresponde, em termos gerais, ao período compreendido entre os meses de março-abril e agosto-setembro, com seu começo e final determinados pelo início ou término das chuvas, realiza-se o plantio de quase todos os produtos. O verão compreende os meses restantes e é marcado pela escassez ou ausência de chuvas; é, normalmente, a época das colheitas.

O inverno é o período de maior atividade agrícola, quando homens, mulheres e crianças vão trabalhar no *roçado*. Existe uma divisão de tarefas que corresponde à separação por sexos e por idade dos diferentes membros.

Por outro lado, nem todos os membros do grupo doméstico participam das tarefas desenvolvidas no *roçado*. São excluídos os velhos, os doentes e as crianças até uma determinada idade. As crianças começam a trabalhar no *roçado* geralmente a partir dos 10 anos de idade. Dos 6 ou 7 anos até os 10 anos participam apenas das tarefas ligadas à casa.

O pai é quem organiza as atividades a serem feitas no *roçado*, enquanto a mãe é a encarregada da organização das tarefas que se relacionam com a casa.

Um dia de atividade cotidiana de uma família não se diferencia essencialmente de qualquer outro dia, com exceção dos sábados e domingos. Deste modo, o dia de trabalho comum começa às cinco e meia da manhã, hora em que todos os membros da família se levantam. Aqueles que estão ligados aos trabalhos agrícolas se dirigem logo ao *roçado*, para cumprir suas tarefas dirigidos pelo pai. A mãe, ou alguma das filhas designada para essa tarefa, permanece em casa acendendo o fogo e preparando a primeira refeição do dia para todos os membros da família.

Também nessas primeiras horas da manhã, geralmente como primeira tarefa a ser feita, as mulheres vão buscar no cacimbão a água a ser bebida durante o dia. O cacimbão é um depósito construído para esse fim que, embora seja da propriedade do dono da fazenda próxima, é utilizado por todos os vizinhos para se abastecerem de água, sem que aparentemente haja conflitos pelo seu uso.

Desde muito cedo se começa a ver o movimento das pessoas, especialmente de crianças carregando recipientes com os quais vão buscar, nas cacimbas próximas, a água necessária para o consumo da casa. Cabe às crianças trazer a água destinada à preparação de comidas e limpeza da casa. Estas cacimbas são depósitos naturais pouco profundos que se enchem com a água da chuva. O abastecimento de água se torna um problema sério em Boa Vista durante os meses em que não chove. No final do verão, o problema agrava-se sensivelmente, porque nessa época começam a se esgotar as reservas depositadas pelas chuvas do período anterior; é quando, também

desde cedo, se formam filas de mulheres que esperam encher seus recipientes no cacimbão situado a uma grande distância das casas. Assim, é comum que as mulheres se reúnam em grupos para fazer grandes caminhadas nas primeiras horas da manhã, quando é mais fácil obter a água.

Por volta de sete e meia todos os membros do grupo familiar fazem a primeira refeição do dia, servidos pelas mulheres; os homens comem na sala de jantar e as mulheres e crianças na cozinha. Essa refeição compõe-se de café, torta de farinha de milho (cuscuz) e um pedaço de carne-seca. Depois disso, as pessoas ocupadas com as tarefas agrícolas voltam ao campo, só retornando novamente à casa na hora do almoço. Durante os meses do verão, o trabalho no roçado é interrompido às 10 horas da manhã e só é retomado aproximadamente às três horas da tarde, quando o sol começa a diminuir de intensidade. Isso se deve não apenas ao forte calor como também ao fato de que, nessa época do ano, as tarefas agrícolas diminuem. Durante o inverno, a atividade matinal só é interrompida à hora do almoço.

Após a refeição, a mulher encarregada das tarefas da cozinha seleciona manualmente o feijão e o coloca para cozinhar. No caso de haver crianças em idade escolar, sua preparação para ir à escola também faz parte das tarefas femininas diárias. O resto da manhã é aproveitado para arrumar a casa, fazer vassouras com folhas quando é necessário e dar de comer às aves e aos porcos do terreiro. As aves são alimentadas com milho uma vez ao dia, enquanto os porcos necessitam alimentar-se três vezes ao dia; as cabras são levadas para o pasto e logo depois trazidas para a sombra. Em todas essas tarefas as mulheres são ajudadas pelas crianças. As meninas ajudam na limpeza da casa, buscando folhas para fazer vassouras enquanto os meninos se ocupam do gado bovino, quando é o caso.

O gado bovino requer cuidados especiais: de manhã, antes da primeira refeição, é necessário ordenhá-lo, tarefa realizada geralmente pela mãe. Logo depois, os meninos o levam para pastar, permanecendo durante esse período de tempo cuidando dos animais. Às dez horas o gado é levado

para a sombra do mato, onde lhe são dadas água e a sua ração de comida, que consiste em pasto (*capim*)¹⁰.

No verão, o *capim* é mais escasso, sendo a alimentação do gado complementada com a jaca, fruta abundante na região. O gado leiteiro é alimentado com a casca da mandioca misturada com sal para aumentar sua produção. Por volta de três horas da tarde o gado é levado novamente para o pasto, sendo trazido para lugares mais próximos da casa apenas ao entardecer, quando recebe uma nova ração de comida.

Ao meio-dia, suspendem-se as atividades no campo para o almoço. Esta refeição é composta de carne, que pode variar entre carne seca de vaca, pescado seco ou galinha, sempre usados como complemento do prato central: feijão e farinha de mandioca. Estes alimentos constituem a alimentação básica e nunca estão ausentes da mesa, embora o tipo de feijão possa variar de acordo com a colheita deste vegetal nas diferentes épocas do ano. O almoço é sempre acompanhado de água e café. Às vezes, especialmente quando se tem visitas, serve-se refresco como acompanhamento da comida ou na hora do lanche.

Após o descanso, nas primeiras horas da tarde, volta-se ao trabalho no *roçado* de onde só se regressa às cinco horas. Ao entardecer, toda a família se encontra novamente reunida em casa, descansando e preparando-se para o jantar que é servido por volta de seis horas. O jantar compõe-se de cuscuz e café e, eventualmente, de algum tubérculo como cará ou macaxeira. Depois do jantar todos os membros da família reúnem-se para conversar, ocasião em que se “palestra”. Os vizinhos frequentemente tomam parte da palestra que se prolonga até às nove da noite aproximadamente, hora em que todos se retiram para dormir¹¹.

¹⁰ Não pudemos verificar se o *capim* fornecido pelos granjeiros das proximidades era comprado ou se, em determinados casos, era semeado de “meia” com os granjeiros.

¹¹ Em geral utiliza-se a expressão “palestrar” para referir-se a este tipo de reuniões, nas quais as conversas sobre diversos temas são mais demoradas que as conversas ligeiras que se registram nos encontros cotidianos.

É necessário esclarecer que algumas das tarefas da casa que descrevemos acima são realizadas diariamente, enquanto outras são efetuadas em intervalos mais espaçados, como, por exemplo, a provisão de lenha, a lavagem de roupa e a limpeza geral do *terreiro*. Esses trabalhos são feitos em um dia da semana que varia de acordo com a época do ano e conseqüentemente estão subordinados ao ritmo de trabalho imposto pelo ciclo agrícola. Sendo assim, durante o período de mais trabalho, o inverno, algumas tarefas relacionadas com a manutenção da casa que não precisam ser realizadas diariamente são feitas só no sábado, enquanto durante os períodos de menos trabalho no campo a escolha do dia para cumpri-las é mais flexível. Em resumo, nos períodos de menor atividade no *roçado*, as mulheres dedicam maior atenção às atividades domésticas¹².

Durante o verão, é comum que alguns membros masculinos da família, principalmente os filhos rapazes, trabalhem em diferentes fazendas da região ou cortem cana nos engenhos, deixando o trabalho no *roçado*, agora reduzido, para os que permanecem em casa. Também durante esse período aumenta o número de *farinhadas*, isto é, a transformação da mandioca em farinha. Essa atividade constitui a única forma de se obter dinheiro suficiente para comprar mercadorias destinadas ao consumo familiar. Desta forma, os homens que permanecem no *sítio* passam a maior parte do dia ligados a essas tarefas, cortando a mandioca, procurando a lenha destinada a alimentar o forno onde se torra a farinha ou dedicados à sua preparação.

As mulheres e os meninos também participam ativamente destas tarefas, sendo que as mulheres frequentemente oferecem ajuda para raspar a mandioca de vizinhos e algumas levam a casca para alimentar seu próprio gado.

¹² Dona Luiza, referindo-se às atividades das filhas, disse: “No inverno só carregam lenha nos dias de sábado. Esse dia uma vai lavar roupa e outra vai carregar lenha; os dias da semana são para trabalhar no *roçado*, se deixar de trabalhar para tirar lenha não vai. Agora, no verão carregam mais lenha para o inverno estar mais descansado, a chuva faz que a gente chegue com a lenha toda molhada”.

Tratar-se-ia nesse caso de armazenamento de um produto para uso em um futuro próximo. Bourdieu (1963) caracteriza este tipo de previsão como *prévoyance*.

O grupo doméstico, normalmente disperso no verão, se reúne para realizar a *farinhada*. Os membros que se encontram temporariamente trabalhando fora regressam periodicamente para contribuir nessa tarefa. As *farinhadas* deste período constituem uma forma de articular o grupo familiar.

O dia de sábado tem um caráter especial. Durante os meses de inverno nos quais, como já dissemos, o trabalho no *roçado* é mais intenso, trabalha-se no campo até meio-dia. À tarde, as mulheres distribuem o tempo entre as tarefas ligadas à casa, o transporte de lenha, a limpeza do *terreiro*, a lavagem de roupa, costuras e cuidados pessoais, como o asseio e a arrumação das roupas que vão ser usadas no domingo. Enquanto isso, os homens dedicam-se à preparação dos produtos que levarão para a feira no dia seguinte. Esses produtos são levados à beira da estrada nas últimas horas da tarde de sábado e ali esperam até a madrugada de domingo para serem transportados em caminhões até a feira da cidade. Estes caminhões são de propriedade de pessoas que geralmente residem na cidade e que se dedicam especialmente ao transporte. Alguns pequenos produtores que levam pouca carga também utilizam o ônibus interurbano como meio de transporte, embora mais esporadicamente. O transporte, desde a casa até a estrada, realiza-se a pé, carregando-se os volumes nos ombros ou utilizando animais de carga, como burros ou cavalos. Quando não se possui nenhum desses animais, pede-se emprestado aos vizinhos mais próximos ou a parentes.

O domingo é o único dia, durante todo o ano, em que não se realizam tarefas agrícolas. É exatamente nesse dia que se faz feira na cidade próxima e os vizinhos se dirigem a ela tanto para comprar (*fazer feira*) quanto para vender produtos (*feirar*), como também simplesmente para encontrar-se com amigos ou parentes. A expressão *fazer feira* indica parcialmente o lugar físico onde se realizam efetivamente as compras; na realidade, apenas uma parte dos produtos é adquirida na própria feira, visto que parte importante das compras é feita na Cooperativa dos Trabalhadores **Rurais**, com sede em uma rua próxima ao lugar onde é instalada a feira. Grande

número dos produtores de Boa Vista são sócios da Cooperativa¹³. No entanto, *fazer feira* inclui genericamente os dois tipos de compras e refere-se à massa de mercadorias necessárias durante a semana.

A venda dos produtos realiza-se basicamente na feira, embora, de acordo com as circunstâncias, também possa ser efetuada na própria casa do produtor. Neste caso, os produtos são entregues a intermediários residentes na cidade, que percorrem o campo comprando gado, aves e frutas.

Quando, durante a semana, há necessidade de alguma mercadoria de armazém, recorre-se às vendas existentes no lugar. Em Boa Vista existem apenas duas onde, geralmente, compra-se, entre outras coisas, o querosene, elemento fundamental para a iluminação. Os meninos são habitualmente encarregados desta tarefa. No entanto, a compra semanal nunca é feita nessas vendas, preferindo-se fazê-la na feira ou na Cooperativa, pois, segundo os vizinhos, lá os preços dos produtos são mais baratos. Por outro lado, os habitantes de Boa Vista afirmam que não gostam de fazer compras nessas vendas para não disporem da facilidade do fiado, evitando criar uma relação de dependência com seus proprietários.

A feira é, além de um lugar para comprar e vender, um ponto de reunião social¹⁴. A feira é um local de encontro. Nela tem lugar uma troca de informações e opiniões sobre diversos problemas entre os indivíduos dos diferentes grupos que ali se reúnem. Se todo o espaço da feira é um local de encontro, dentro dela os *bancos de café* são o lugar específico (cf. Garcia, 1977). Por outro lado, a Cooperativa e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais desempenham um papel muito importante como locais de concentração de trabalhadores rurais e camponeses. No dia da feira, as atividades da Cooperativa e do Sindicato são intensificadas pela afluência

¹³ Na Cooperativa, compram-se produtos de armazém, ferramentas e fundamentalmente *farelo*, um alimento balanceado de trigo destinado aos porcos. Um dos programas de assistência ao produtor da Cooperativa está orientado justamente para a criação desses animais. A Cooperativa financia tanto a compra dos porcos como a do alimento, sendo descontados seus custos quando se realiza a venda. A importância que assume a possibilidade de adquirir este tipo de gado é um dos atrativos que leva o camponês a se associar à Cooperativa.

¹⁴ Piault (1971) analisa a feira como mecanismo de articulação social.

de um grande número de pessoas que acorrem às suas sedes. Também nesse dia realizam-se as assembleias correspondentes¹⁵.

Quando se vai à feira, além de se fazer compras, aproveita-se para dar um passeio ou para se assistir à missa na igreja da cidade.

Por volta das dez da manhã, a circulação de pessoas é mais intensa, não apenas na feira mas também nas vizinhanças, pois é a partir dessa hora que todos que vieram à feira iniciam o regresso às suas casas, movimento que se prolongará até cerca de uma hora da tarde. Durante todo esse tempo podem ver-se mulheres, homens e crianças levando sacos carregados com os produtos comprados para suprir as necessidades domésticas da semana.

Depois de voltarem às suas casas e de terem almoçado, os adultos geralmente destinam a tarde de domingo para fazer visitas aos vizinhos. Os jovens, vestidos com roupas próprias de dias festivos, reúnem-se no terreiro de alguma das casas ou, normalmente, dirigem-se a pé para assistir à missa vespertina numa vila próxima. Essa caminhada, de aproximadamente um quilômetro, já constitui em si mesma um passeio.

A troca de bens e serviços entre vizinhos é constante. Diariamente, crianças, mandadas pelos pais, vão à casa de um vizinho pedir emprestado algum utensílio de cozinha, frutas ou qualquer objeto necessário naquele momento em sua casa, entre os quais se incluem também ferramentas. É preferível solicitar algo emprestado ao vizinho que retribui pedindo alguma coisa em troca. Esta reciprocidade é que permite a manutenção deste tipo de relação. Observa-se também com frequência que, quando uma mulher tem um filho, uma vizinha se encarrega de cuidar de sua roupa, tipo de ajuda mais comum entre parentes próximos, isto é, entre irmãs, mãe-filhas ou entre tias e sobrinhas. Entretanto, nas relações cotidianas recorre-se mais aos vizinhos próximos do que aos parentes que residem em lugares mais distantes. Deste modo, é comum a assistência nos casos de doença ou de situações

¹⁵ Com a troca do dia da feira ocorreu também a troca do dia das assembleias. A troca do dia da feira foi um fato posterior à nossa saída do lugar e a informação nos foi transmitida por Leilah Assumpção.

econômicas críticas. Um caso extremo, mas que serve como exemplo nesse sentido, nos foi relatado quando se comentava sobre os anos de má colheita. Um habitante de Boa Vista viu-se sem condições de sustentar sua família, o que levou os vizinhos a juntarem dinheiro para comprar remédios para seus filhos doentes e comida durante um certo tempo.

Durante a nossa estadia pudemos documentar um caso de trabalho solidário, quando homens, mulheres e crianças participaram da construção de um prédio de um único compartimento destinado à escola. Tratava-se da primeira “tarefa comunitária”, patrocinada pelo Sindicato e Cooperativa locais, através da qual reforçavam-se os laços existentes entre seus membros.

A prática da ajuda recíproca ocorre também por ocasião da venda dos produtos da feira. Os vizinhos e parentes que vendem os mesmos produtos instalam-se próximos uns dos outros, sendo o caso da venda da farinha o mais comum. O fato de serem pessoas conhecidas permite que uns confiem a mercadoria aos cuidados dos outros quando precisam se ausentar momentaneamente do local de venda. Praticamente não existem relações comerciais entre vizinhos ou parentes, exceto quando se trata de farinha de mandioca. O fato de um pequeno produtor precisar comprar farinha é motivo de vergonha, pois a mandioca é o principal produto do *roçado*. No entanto, e por tratar-se de um elemento que exige abundante mão de obra no seu processo de transformação, as famílias compostas basicamente por pessoas mais velhas, e que por essa razão não podem produzi-la, procuram comprar a farinha dos vizinhos que a fabricam com o objetivo de venda. Aparentemente, poderia parecer um caso de relação de reciprocidade negativa (Sahlins, 1969), mas, na verdade, os vizinhos escondem a “vergonha” da compra fora do local, vendendo para os vizinhos que precisam.

Podemos afirmar, com pequena margem de erro, que quase todas as famílias são aparentadas entre si, embora em alguns casos se trate de um parentesco distante. Uma família sempre está ligada à outra, pelo menos através de um parente comum. Desta forma, os laços de vizinhança reforçam-se com os laços de parentesco e muitas vezes com relações de

compadrio. Neste último caso, os laços de vizinhança e de parentesco são ainda mais fortalecidos. O compadrio adquire grande importância devido à grande quantidade de filhos em cada família, razão pela qual, frequentemente, pode-se ser compadre da mesma pessoa várias vezes. Aqui, como em outras áreas camponesas, é hábito dar um afilhado para receber outro em troca (cf. Mintz & Wolf, 1967; Arantes, 1971). Normalmente, os velhos são escolhidos para compadre por serem considerados, entre outros motivos, as pessoas mais respeitadas do lugar. Os compadres, mesmo sendo parentes, passam a ser denominados como tais no trato diário, porque a relação entre compadres é uma relação formalizada. Como em toda a relação de vizinhança, ocorrem conflitos na vida cotidiana que, no entanto, são logo superados, não chegando a prejudicar os laços existentes.

Finalmente, devemos mencionar as *casas de farinha*, como locais em que se reforçam as relações sociais, sendo um dos principais pontos de encontro. As *casas de farinha* funcionam durante todo o ano, embora o número de *farinhadas* aumente na época do verão. Apesar do estabelecimento ser de propriedade privada, é um local mais público do que as próprias casas. Ali não apenas se reúnem os membros da família proprietária do produto como também outros parentes e vizinhos, que conversam enquanto se realiza o processo de fabricação da farinha. A própria localização espacial da *casa de farinha* contribui para reforçar seu caráter de centro de reunião. Situada em um lugar de passagem, ali chegam e acabam ficando todas as pessoas que passam pelo local. Nela se conversa sobre os assuntos mais variados, comenta-se o preço de diferentes produtos, fala-se do tempo ou se discutem problemas ligados ao trabalho agrícola. Quando a *farinhada* se estende até a noite, costuma-se contar histórias e lendas sobre diversos personagens que vivem na escuridão. Todas as pessoas presentes participam destas conversas através das quais a informação se socializa, tornando-se um importante centro de trocas de ideias sobre a vida e os problemas de todo o grupo. A casa em que vivemos durante a realização do nosso

trabalho de campo estava situada ao lado da *casa de farinha* e pudemos observar que nela sempre se reuniam os homens das redondezas para conversar nas horas de descanso.

Outra ocasião importante de reunião de pessoas é quando se festeja algum acontecimento, como casamentos ou batizados. Além disso, algumas datas do calendário também são motivos para festas especiais, oportunidade em que se realizam bailes no terreiro de uma das casas. No entanto, os moradores preferem se reunir na escola, depois que seu prédio foi construído.

Realizaram-se ali, pela primeira vez, os bailes de carnaval. Uma das comemorações mais respeitadas pelo grupo é a festa de São João, também denominada “*festa do milho*”, porque marca o início da colheita do milho, e para a qual se preparam comidas com base nesse vegetal. Nesta festa, as relações entre os membros do grupo são solidificadas quando os habitantes estabelecem relações de compadrio denominadas “*de brincadeira*”. As pessoas mais próximas tornam-se compadres de São João apenas nesse dia, efetivando a relação frente à fogueira que se acende como parte das celebrações. Apesar de não serem chamados de compadres na vida diária, nesta ocasião manifestam-se e tornam-se explícitas as relações de afinidade já existentes entre as pessoas.

Outra festa muito respeitada é a do Natal, também chamada de “*festa da carne*”, para a qual se preparam comidas usando evidentemente carne de vaca e especialmente de porco.

CAPÍTULO II

O ROÇADO

O cultivo dos produtos agrícolas é fundamental para o consumo familiar mesmo quando este é mediatizado através da venda. No capítulo V, analisaremos como se aciona essa combinação. Por enquanto, nos preocuparemos com a descrição do calendário agrícola, o processo de trabalho dos diferentes cultivos e a forma como eles se articulam. Os cultivos fundamentais do *roçado* são: a mandioca; o feijão nas suas diversas variedades: *preto*, *mulatinho*, *pardo* e *fava*¹; o milho. A esses cultivos, citados invariavelmente como integrantes do *roçado*, são acrescentados o cará e o abacaxi², pimentão, alface, jerimum, tomate, repolho, cenoura, cebola, melancia e melão, entre outros. Os cultivos mencionados podem não ser os únicos e, com exceção da mandioca, do feijão e do milho, nem sempre estão presentes, ainda que todos sejam reconhecidos como integrantes do *roçado*.

Embora todos os produtos enumerados façam parte do *roçado*, nem todos têm a mesma importância. A mandioca, o milho e o feijão são os cultivos que definem com a sua presença a existência do *roçado*. Desta forma, sua ausência implicaria na não existência do mesmo. Por outro lado, isso não acontece com os demais cultivos, que podem estar ou não presentes sem que por isso não se deixe de possuir um *roçado*.

¹ A *fava* é uma variedade de feijão. No entanto, os pequenos produtores a mencionam como uma variedade diferente das demais.

² O abacaxi praticamente não é mais cultivado. No entanto, por ter feito parte, alguma vez, do *roçado*, quando se numera os cultivos que o compõem se inclui também o abacaxi. Foi justamente por essa razão que não incluímos seu ciclo agrícola como faremos com os dos outros cultivos.

1 – Classificação dos produtos e momentos do processo produtivo

Os pequenos produtores classificam os produtos sob diversas formas. Uma forma de se agrupar os produtos é como cultivos, isto é, quando estão *no pé*, cumprindo seu ciclo de crescimento; outra forma é quando são considerados como produtos em condições de serem consumidos.

Os critérios utilizados para classificá-los mudam de acordo com os diferentes momentos que compõem o processo produtivo (isto é, no *roçado*, na feira e no momento de consumo).

Os produtos em geral, dependendo da modalidade de consumo, são classificados de *verdes* ou secos, sendo esta a classificação dominante que marca todos os momentos do processo. A partir dessa classificação, os produtos são designados como verduras ou legumes. O conjunto de cultivos que são considerados como verduras ou legumes no *roçado* não fazem mais parte do mesmo grupo quando se encontram na feira ou no momento de consumo. Desta forma, a dificuldade maior se apresenta quando se tenta realizar a passagem de um mesmo produto de um contexto para outro. No entanto, as diferentes formas de agrupamento não são acionadas como partes separadas, ocorrendo interferências de uma sobre a outra.

Temos um interesse específico, neste momento, pelos critérios de classificação dos cultivos no *roçado* e dos produtos no momento do consumo (cf. esquema na página seguinte).

Quando os produtos ainda se encontram no *roçado*, os pequenos produtores fazem distinção entre *verduras* e *legumes*, levando em conta suas condições de conservação³. Por um lado as *verduras*, uma vez maduras, devem ser colhidas e seu consumo e/ou venda deve ser imediata, enquanto que os cultivos classificados como *legumes* são deixados no *roçado* para secar e posteriormente armazenados para serem consumidos

³ O *cará* foge a essa classificação.

e/ou vendidos num outro momento do processo. Sendo assim, são considerados como *verduras* o tomate, a alface, o repolho etc., aos quais se somam o milho *verde*, o feijão *verde* e algumas frutas com o ciclo produtivo semelhante ao das *verduras*, como a melancia e o melão.

Os *legumes* possuem um ciclo agrícola maior que o das *verduras*, sendo a mandioca a única que ultrapassa o ano agrícola, já que seu ciclo chega a dois ou mais anos agrícolas.

O milho e o feijão podem ser consumidos e/ou vendidos como *verduras* enquanto estão *verdes*, ou então podem ser armazenados para serem, posteriormente, utilizados *secos*, sendo nesse caso considerados *legumes*. Quanto ao milho, pode inclusive ser “armazenado” por um tempo no próprio *roçado*, quebrando-lhe o talo, tarefa que se denomina *virar o milho*, de forma que seque ali mesmo, utilizando-o depois como *legume*. Deixa-se secar o feijão durante um tempo no *roçado*, mas o armazenamento se realiza após sua colheita. O feijão *pardo* constitui uma exceção pois, na falta de meios para armazená-lo, é sempre aproveitado como *verdura*.

A flexibilidade de alguns produtos possibilita ao pequeno produtor optar entre seu consumo direto e sua venda, nos diferentes momentos do ano agrícola. Dentre todos os produtos, a mandioca é a que dispõe de maior flexibilidade já que pode ser conservada no *roçado* durante um período de tempo maior do que os demais cultivos. Outros produtos também podem ser armazenados depois de colhidos, embora esse armazenamento seja limitado pelas condições em que é realizado. Outros podem ser consumidos como *verduras* e/ou *legumes*. Por outro lado, alguns produtos não oferecem tal flexibilidade; o *cará* e as *verduras* não são passíveis de ser armazenados, e devem ser consumidos e/ou vendidos logo após a colheita. Entretanto, seus preços altos geralmente fazem com que seus cultivos sejam rentáveis.

Esquema de Classificação dos Produtos

| ROÇADO | | | CONSUMO | | | | | | | |
|------------------|-------|---|-------------------|--|-------------------|--|-----|--|--------------------------------------|--|
| Ciclo agrícola | | Resistência dos produtos quanto à conservação depois de maduros | | Possibilidade de armazenamento dos produtos depois de colhidos | | Formas em que os produtos são consumidos | | Classificação dos produtos no momento do consumo | | |
| | | Menor resistência | Maior resistência | Menor resistência | Maior resistência | Cozidos | Cru | Produtos considerados fundamentais | Produtos considerados complementares | Produtos que não integram as refeições principais ¹ |
| Curto | Longo | | | | | | | | | |
| Melão | V | V | | V | | | FR | | | FR |
| Melancia | V | V | | V | | | FR | | | FR |
| Cenoura | V | V | | V | | V | | | V | |
| Jerimum | V | V | | V | | V | | | V | |
| Alface | V | V | | V | | V | | | V | |
| Tomate | V | V | | V | | V | | | V | |
| Repolho | V | V | | V | | V | | | V | |
| Milho verde | V | V | | V | | MV | | CM | V | |
| Feijão pardo | V | V | | V | | FP | | CM | | |
| Milho seco | | L | | L | | L | | CM | | |
| Feijão preto | | L | | L | | L | | CM | | |
| Feijão mulatinho | | L | | L | | L | | CM | | |
| Fava | | L | | L | | L | | CM | | |
| Cará | | C | | C | | C | | CM | | |
| Mandioca | | L ¹ | | L | | MF | | CM | | |
| Carne | | | | | | | | CM | | |
| Café | | | | | | | | CM | | |
| Açúcar | | | | | | | | CM | | |
| Óleo | | | | | | | | CM | | |

| Legenda | | Observações |
|------------------|----|--|
| Verdura | V | (1) O ciclo da mandioca ultrapassa o ano agrícola. (2) Consideramos como refeições principais o café da manhã, o almoço e o jantar. |
| Legume | L | |
| Cará | C | |
| Mandioca-farinha | MF | |
| Milho verde | MV | |
| Feijão pardo | FP | |
| Fruta | FR | |
| Farinha | FA | |
| Comida | CM | |

A título de exemplo, podemos relatar como alguns produtos são reagrupados na feira: o milho *verde* é vendido no setor das frutas (*feira da fruta*), junto com a melancia, o melão e alguns tubérculos como o *cará*, enquanto o milho *seco* é encontrado no setor dos cereais (*feira dos cereais*) (cf. Garcia, 1977).

Os produtos são reagrupados finalmente no momento do consumo, sendo separados de acordo com sua participação ou não nas refeições principais. Integram as refeições os produtos que se consomem cozidos, de modo que as *frutas*, que no *roçado* eram consideradas *verduras*, agora são separadas do resto dos produtos do *roçado*. No entanto, ainda entre os produtos que compõem as refeições principais, são estabelecidas diferenças entre os produtos classificados como *comida*, isto é, aqueles produtos reconhecidos socialmente como fundamentais para a dieta alimentar, para distingui-los das *verduras*. Estas últimas são consideradas apenas como um complemento da *comida*. O milho *verde* e o feijão *verde* já não são mais considerados, neste momento, como *verdura* e sim como *comida*. Neste contexto, são consideradas como *comida* inclusive os produtos que não são produzidos no *roçado*, como, por exemplo, o café, a carne, o sal e o açúcar, entre outros.

A possibilidade de consumo e/ou venda dos diferentes produtos, aliada à possibilidade de armazenamento para aproveitamento nos diferentes momentos do ano agrícola, são elementos de grande relevância na hora da escolha dos cultivos a serem realizados, determinando, em consequência, a associação e a sucessão que se estabelecerão entre eles. Por

outro lado, o conjunto desses produtos permitirá ao pequeno produtor atender ao consumo familiar durante o ano agrícola.

2 – Ano agrícola: inverno e verão. Atividades desenvolvidas

O ano agrícola está associado a dois grandes períodos, sendo o primeiro marcado pela estação úmida com chuvas que ocorrem entre março-abril e agosto-setembro. O segundo período, ou estação seca, compreende os meses restantes. Ambos os períodos correspondem ao que os pequenos produtores denominam inverno e verão, respectivamente. O início do inverno determina a duração do ano agrícola.

Há uma correspondência entre certos momentos do calendário agrícola e algumas festividades do calendário religioso, principalmente aquelas que comemoram determinados santos. Geralmente, espera-se que o começo do inverno ocorra na semana de São José (19 de março) para que na festa de São João (24 de junho) possa ser iniciada a colheita de alguns produtos que já estão maduros nessa época.

Na verdade, as duas celebrações apresentam um caráter diferente. A festa dedicada a São José possui um caráter de prece e durante sua preparação há nove dias de rezas (novena), que culminam com os festejos de 19 de março, dia em que se realiza uma missa e posteriormente uma procissão. O caráter que assume a comemoração sugere que estes festejos estejam ligados à necessidade de assegurar um bom ano agrícola e que o santo ajude dando início ao inverno. Por outro lado, a festa dedicada a São João reveste-se de um caráter jubiloso. Nesse dia, acendem-se fogueiras em volta das quais realizam-se danças e brincadeiras, agradecendo-se através do outro santo o sucesso do ano agrícola. Além disso, São João é a festa do milho e as comidas principais que a caracterizam são feitas com base nesse vegetal (milho *verde*). Apesar de ser o milho que a caracteriza, nesse dia devem estar maduros e prontos para serem colhidos diferentes produtos que também são consumidos durante a festa, como é o caso do feijão *pardo*. A festa de São João (junho) é marcada pelo início das colheitas, e a de

Santana, como também se denomina o mês de julho, assinala o momento culminante do inverno, cujo declínio começa a partir de então⁴.

A mandioca, apesar de ser um produto fundamental, não está ligada a nenhuma festividade religiosa, e julgamos que isto se deve às características que esse cultivo possui com relação aos demais. Por um lado, o ciclo agrícola da mandioca ultrapassa o ano agrícola, e por outro, necessita de um período maior para ser plantada do que os outros produtos. Além disso, pode ser colhida em qualquer época dos dois ou três anos agrícolas seguintes, razão pela qual se diz que “ela é a única que espera pelas necessidades da gente”. Significativamente, os pequenos produtores dizem que plantam mandioca todo o ano, e mesmo quando isso não corresponde à realidade, essa é a imagem que dela se tem. Os outros cultivos, ao contrário da mandioca, possuem um tempo mais limitado para serem plantados e devem ser colhidos logo que se completa seu ciclo respectivo.

A época em que começa o inverno, isto é, quando “o inverno pegar”, é de grande importância, pois dela depende o plantio dos diferentes cultivos e a possibilidade de maior êxito na colheita. O início do inverno é precedido por chuvas associadas a raios e trovões e quando começam, os produtores dizem “pegou a chover”, indicando com isso que se trata de chuvas que anunciam a proximidade dessa estação. Embora seja certo que o inverno se caracterize por chuvas, não é menos certo que no verão também caíam chuvas, apesar de esparsas. O inverno constitui-se uma categoria social e o momento exato do seu início é motivo de controvérsias entre os pequenos produtores⁵.

Existem diferenças entre o que se planta no período das chuvas que precedem o inverno e o que é plantado no inverno propriamente dito, quando as chuvas são quase constantes. Desta forma, alguns plantios se

⁴ Em outras regiões rurais do Brasil, certas festividades ligadas a determinados santos são também associadas a momentos definidos do calendário agrícola. Cf. Guimarães, 19/4.

⁵ Na época em que estávamos no lugar, observamos que os pequenos produtores que haviam plantado nos primeiros dias do mês de março, logo após algumas chuvas, eram alvo de brincadeiras por parte dos vizinhos que consideravam que o inverno não havia ainda começado, razão pela qual os que haviam semeado corriam o risco de perderem suas colheitas.

realizam no final do verão (janeiro-fevereiro), mas sempre depois de uma chuva (*chuvada*). Esses cultivos são os que naturalmente demoram mais tempo para estarem prontos para a colheita, de forma que, plantando-os antes, podem beneficiar-se de todas as chuvas do inverno. A manutenção das famílias produtoras durante o verão depende dos produtos que foram cultivados no inverno, embora se realizem alguns cultivos também no final do verão. O que é produzido durante o inverno depende, em grande parte, de fatores externos ao próprio produtor, tanto das chuvas que caem como do momento em que estas se iniciam, ainda que, obviamente, dependa também do esforço que ele realize para obter uma maior produção. Embora haja produtos que são colhidos durante o inverno e outros no verão, ambos os períodos são percebidos pelos momentos dominantes, o do plantio no inverno e o da colheita no verão.

... quando chega o inverno, está todo mundo trabalhando... e no verão não, porque o sujeito está comendo o que no inverno passado criou, está comendo feijão, comendo milho, comendo batata, e o inverno é para lutar para comer aquilo no verão. (Seu Pedro)

O trabalho no *roçado* possui um caráter familiar já que quem desenvolve as atividades ligadas a ele são os membros do grupo doméstico. O caráter familiar é mantido ainda que, em determinadas circunstâncias, haja necessidade de contratar um trabalhador. De qualquer forma, este é um fato esporádico que está associado a uma necessidade de maiores recursos com relação ao número de membros de que se dispõe para alcançá-los. Essa contratação pode estar ligada a determinados momentos do ciclo de vida do grupo doméstico como, por exemplo, quando os filhos são pequenos, ou também quando os pequenos produtores estão impossibilitados de realizar as tarefas e não dispõem de membros dentro do grupo doméstico, em condições de realizá-las.

As atividades do *roçado* são desenvolvidas sob a direção do pai de família. É ele quem controla as tarefas e decide desde o tipo de cultivos e a disposição e combinação destes até o momento em que os produtos serão colhidos. Também é o responsável pela aquisição de terra para alugar

quando julga necessário; decide igualmente sobre a necessidade de contratar um trabalhador.

Antes do plantio, são necessárias certas tarefas chamadas de “preparação da terra”. Em termos gerais, o ciclo agrícola começa com a extração do mato que cresceu desde a ocupação da terra no ano anterior, tarefa que se denomina *roçar o mato*, e que se realiza com a foice ou com a foice de dois gumes (estrovenga). Uma vez realizada essa limpeza, junta-se o mato cortado, operação chamada de *coivara*, e logo após procede-se à queima do terreno. Somente depois, retira-se o mato menor que ainda restou, tarefa denominada *limpar o mato*, que se efetua com a enxada. Finalmente revolve-se a terra com a enxada.

Habitualmente, todo o trabalho de preparação da terra que antecede ao plantio é tarefa realizada pelos homens. Quando se faz o plantio são os homens que abrem as covas, enquanto as mulheres vêm logo atrás jogando as sementes e cobrindo imediatamente as covas com terra, o que geralmente é feito com os pés. Os buracos são cavados normalmente com enxada, com exceção dos destinados à sementeira do *cará* que, por requerer maior profundidade, é aberto com o enxadão. As covas são cavadas de modo que formem *carreiras* e a distância existente entre os buracos e as *carreiras* *variam* de acordo com o tipo de cultivo, dependendo da forma de expansão das diferentes plantas e de como se semeiam um ou mais cultivos, na mesma parcela de terra e no mesmo buraco.

O procedimento de plantio que mencionamos é válido para alguns cultivos, já que a maior parte das *verduras* precisam de um trabalho adicional como o do transplante. O mais comum é que as *verduras* que necessitam ser transplantadas sejam cultivadas nos terrenos que cercam a casa e, geralmente, todo o processo de trabalho que nela se realiza é feito por mulheres do grupo doméstico.

Depois de plantados, todos os cultivos necessitam de limpezas periódicas do mato que cresce ao redor, operação que se denomina *limpar as lavouras*. O número de limpezas que se realiza em cada cultivo varia de acordo

com a quantidade de chuva, que favorece o crescimento de ervas daninhas em torno da planta, e com o ciclo de cada produto. Essas limpezas são feitas por homens, mulheres e crianças e a ferramenta utilizada é a enxada.

Finalmente, efetua-se a colheita. É feita manualmente, embora, dependendo do produto, possa ser ajudada com a picareta, como é o caso da mandioca e de algumas variedades de feijão (que são colhidas arrancando-se toda a planta), ou com o enxadeco para o cará, cujas raízes são mais profundas.

As tarefas agrícolas nem sempre terminam com as colheitas, pois alguns produtos precisam de uma série de outras tarefas até se encontrarem em condições de serem consumidos ou vendidos, o que analisaremos mais adiante de forma mais específica.

As sementes utilizadas podem ser compradas ou estar guardadas desde a colheita anterior. O armazenamento constitui um problema porque não se dispõe de depósitos apropriados, razão pela qual algumas sementes apodrecem ao serem atacadas por insetos. Desta forma, na medida do possível, guarda-se apenas as sementes mais resistentes como, por exemplo, os grãos de milho e de feijão *preto*, *mulatinho*, e *fava* e de algumas *verduras*, como o pimentão. Nesses casos, as sementes são cuidadosamente selecionadas, separando-se as de melhor qualidade. Em geral, os pequenos produtores preferem utilizar as sementes provenientes da própria colheita, não apenas pela economia que isto implica, mas também porque dessa forma têm certeza de haver realizado uma seleção cuidadosa das melhores. A semente comprada sempre oferece dúvidas sobre a sua qualidade e sobre a forma como foi selecionada e, por consequência, sobre o rendimento a ser obtido.

As sementes destinadas ao consumo, tais como as dos legumes, são guardadas e separadas das destinadas ao plantio, ocupando inclusive lugares diferentes dentro da casa. As sementes destinadas ao plantio são guardadas geralmente na sala, enquanto as que vão ser consumidas são colocadas na sala de jantar e/ou cozinha. Quando estas últimas acabam, prefere-se comprar outras, ao invés de usar para consumo as destinadas para sementes para o próximo plantio. De qualquer forma, quando não se dispõe de

sementes guardadas, quer porque apodreceram, quer porque não puderam ser armazenadas devido à sua má qualidade, ou ainda porque excepcionalmente foram consumidas, recorre-se à compra. Porém, o fato de não tê-las em casa não é motivo para que deixem de ser cultivadas. Isto é essencial para assegurar os próximos ciclos agrícolas dos cultivos fundamentais à subsistência desses pequenos produtores⁶.

O pai de família, como responsável por tudo que se refere ao trabalho agrícola, é encarregado também da provisão e da manutenção das ferramentas. Além da enxada e do enxadeco já mencionados, são usados frequentemente o machado e a foice pequena de dois gumes, denominada estrovenga, que serve tanto para destocar (*roçar mato*) como para limpar o terreno (*limpar capoeira*). O ferro de cova é usado para fazer buracos destinados a cercas e a serra serve para cortar o pasto. A picareta é utilizada para cavar aberturas de maiores dimensões e o facão e a faca são instrumentos comuns, usados como auxiliares em diversas tarefas. Além disso, todas as unidades possuem outro tipo de ferramentas como o martelo ou alicate⁷.

Nem todas as famílias possuem a variedade das ferramentas mencionadas, embora todas disponham de enxadas em quantidade pelo menos igual ao número de membros da família que desenvolvem habitualmente tarefas agrícolas. As crianças começam a aprendizagem no *roçado* utilizando suas próprias enxadas, que neste caso são de menores dimensões. Além das enxadas, todas as unidades domésticas possuem

⁶ Durante nossa estadia no lugar nos foi contado um caso que ilustra muito bem o que estamos descrevendo. O que se usa como semente para a mandioca é o tronco (*maniva*) da própria planta. A mandioca é um cultivo essencial que sempre se encontra no *roçado*. No entanto, num determinado ano houve uma grande carência de *maniva* por causa de grandes secas, o que motivou o “roubo” noturno, por parte dos que *precisavam plantar*, dos vizinhos que tinham plantas de mandioca no *roçado*. Esta situação foi definida como de extrema necessidade e por consequência não foi considerado roubo e sim um fato justificado.

⁷ A lista de ferramentas que enumeramos inclui não apenas as que vimos como também as que foram mencionadas pelos informantes como necessárias para cumprir o conjunto de tarefas agrícolas. Nesse sentido, a lista é exaustiva. De qualquer forma, isto não significa que todas as unidades produtoras possuam a lista completa de ferramentas, visto que algumas delas não são usadas durante todo o ano, mas apenas em determinados momentos.

alguma das outras ferramentas citadas, especialmente as que podem ser utilizadas para cortar lenha. Desta forma, é normal as ferramentas serem emprestadas entre vizinhos, com exceção da enxada, que geralmente não se pede emprestada porque é um instrumento de uso quase permanente e, sendo assim, não se dispor dela implicaria na suspensão das tarefas no *roçado* por parte de quem a empresta.

Cabe aqui ressaltar o caráter peculiar que reveste a enxada. Ela é a ferramenta que simboliza o trabalho no *roçado*. Frequentemente, utiliza-se a expressão “trabalho na enxada” para indicar que quem trabalha com ela desenvolve tarefas agrícolas. Por isso, a enxada se diferencia de qualquer outro tipo de objetos que podem ser emprestados, visto que resume o caráter familiar do *roçado*. Cada grupo doméstico geralmente possui apenas um exemplar de cada tipo das ferramentas já mencionadas, que não é atribuído a um membro determinado; mas embora cada um dos membros do grupo possua sua própria enxada.

Todas as ferramentas são compradas na Cooperativa da cidade vizinha, na própria feira ou nas casas de comércio. O que geralmente se compra é a parte de metal, os cabos são colocados pelos próprios produtores.

3 – Descrição dos ciclos agrícolas

Como durante o ano agrícola, se desenvolvem diferentes ciclos, de acordo com a modalidade de cultivo de cada planta (em alguns casos inclusive vários ciclos agrícolas se superpõem), optamos pela descrição de cada um deles em particular, procurando desta forma oferecer uma melhor visão do problema.

3.1 – Ciclo da mandioca

Na região que estudamos cultiva-se a mandioca (*Euphorbiaceae*) em duas variedades: a *macaxeira* (mandioca mansa) e a mandioca amarga. Ambas são semelhantes tanto no seu aspecto como por possuírem um mesmo ciclo agrícola. A diferença consiste em que a mandioca amarga deve passar por um processo que extrai dela a substância tóxica, sendo consumida como

farinha depois de moída, enquanto a macaxeira pode ser aproveitada sem que seja necessária essa transformação. Em termos gerais, a mandioca é consumida pelos pequenos produtores, principalmente como farinha.

Normalmente, a mandioca é plantada logo após alguma chuva, no período compreendido entre janeiro-fevereiro e julho. Depois de julho, diminuem as chuvas, razão pela qual o crescimento da planta é mais problemático. No entanto, e ainda dentro desses limites, os meses de inverno são considerados como os melhores para o plantio.

Os produtores afirmam que, ao contrário dos outros cultivos, a mandioca não tem um “tempo marcado”. Na verdade, ainda que realmente existam momentos determinados para o seu plantio, essa avaliação está ligada ao prazo maior que se dispõe para ser plantada, pois a mandioca é o único cultivo plantado nas parcelas que ficam liberadas depois de realizada a colheita de outros produtos.

O ciclo da mandioca vai de 12 a 18 meses, variação que depende de vários fatores inter-relacionados, como o tipo de solo, os adubos utilizados, os cuidados dispensados, a frequência de chuvas e os cultivos a ela associados.

Durante seu crescimento, são necessárias quatro ou cinco limpezas, que são feitas logo após cada chuva. A partir de sua maturação, a mandioca já está em condições de ser colhida, embora apresente a particularidade de poder ser mantida enterrada até três anos agrícolas. Se a mandioca não vai ser colhida quando madura, logo após alguma chuva arranca-se o talo (*maniva*), deixando o bulbo enterrado; esta operação é chamada de “esgotar a mandioca”. Neste caso, o *esgotamento* favorece o crescimento da raiz enquanto os talos cortados são utilizados como sementes para novas plantas. Quando se retira o talo, o tubérculo que estava maduro fica mole e por consequência não serve para ser colhido nesse momento, dizendo-se então que a mandioca “não rende”⁸. Realmente, após algumas limpezas,

⁸ No período imediatamente posterior ao corte do talo, os novos brotos nascem graças ao amido armazenado pela raiz: por essa razão é que o tubérculo se amolece. CT. Schmidt, 1958.

dentro de quatro ou cinco meses, a planta já apresenta novas folhas e então o tubérculo estará novamente em condições de ser colhido.

O corte do talo é realizado durante o inverno. A primeira maturação da planta, e conseqüentemente o primeiro *esgotamento*, se efetua no inverno do ano agrícola seguinte ao que foi plantado. A semente da mandioca é um pedaço de talo que foi arrancado (*maniva*) e existem duas maneiras de obtê-las. Uma delas é quando, ao ser feita a colheita de mandioca, arranca-se toda a planta e separam-se os talos que são guardados para serem plantados, conservando-os durante três ou quatro meses no máximo, com a condição de que estejam mantidos em lugares frescos: por isso são geralmente colocados à sombra de alguma árvore. A outra forma consiste em cortar os talos das plantas que estão no *roçado*, deixando o tubérculo enterrado. A *maniva* obtida desta maneira é considerada a melhor pelos produtores já que, por ser mais tenra, assegura um maior rendimento da nova planta.

Quando chove a gente esgota a mandioca, tira a maniva e deixa a mandioca enterrada. Ao esgotá-la ela fica mole, não esta rendendo. Aí a gente dá uma limpa, duas e então de agosto por diante ela começa a render novamente. E aí vai-se arrancar e tratar da roça nova que foi plantada com a *maniva* de lá. Assim fica, três, quatro anos enterrada na terra. (Seu Pedro)

A colheita da mandioca, que se realiza arrancando-se toda a planta, é feita manualmente ou, às vezes, utilizando-se picareta. Uma vez colhida, deve ser processada imediatamente, porque depois de um ou dois dias fora da terra torna-se ácida. Por isso é que o momento da colheita se regula de acordo com as necessidades que se apresentam. A colheita é sempre feita pelos homens.

Um número reduzido de pequenos produtores possui *casas de farinha*, que, no entanto, são utilizadas por todos os vizinhos em troca de um pagamento. Este pagamento pode ser efetuado em produtos (farinha de mandioca) ou em dinheiro, segundo a imposição do dono. Em geral, o preço estabelecido é uma cuia⁹ de farinha para cada dez cuias que se produzam

⁹ Cuia corresponde a uma medida de 5 quilos.

ou, se é pago em dinheiro, corresponde a um cruzeiro para cada dez cuias. Em algumas *casas de farinha* exige-se, além disso, também o pagamento de uma *conga* destinada à manutenção das instalações das mesmas (por exemplo, óleo para motor etc.). Esta *conga* corresponde a uma cuia a mais de farinha, sem que se leve em conta a quantidade de farinha produzida. Esse pagamento, apesar de obrigatório, nem sempre é materializado, pois “muitos se esquecem”, como se diz frequentemente.

O Processo de trabalho que se realiza nas *casas de farinha*, descrito pelos informantes, apresenta diferentes etapas. Assim, em primeiro lugar, raspa-se a mandioca, tarefa feita com facas pequenas destinadas quase exclusivamente para esse fim. A seguir, a mandioca é moída, operação efetuada com a ajuda de uma trituradora acionada manualmente ou por um motor¹⁰. Quando é feita manualmente, requer esforço físico muito maior e, por consequência, também será maior o número de pessoas dedicadas a essa tarefa. Desta forma, mobiliza-se uma ou duas pessoas (dependendo das circunstâncias) para fazer girar a roda, e outra para colocar a mandioca na trituradora, operação que se denomina *cevar*. Uma vez moída, a mandioca é colocada numa *prensa*. A *prensa* é uma estrutura de madeira (de paus grossos), bastante rudimentar, onde se coloca a massa envolta por folhas de palmeira com um peso grande em cima para facilitar a saída da *manipuera*, substância da mandioca que é venenosa. Depois de espremida, a massa de mandioca passa por uma peneira de palha, sendo amassada para dissolver os grânulos; essa farinha já peneirada cai sobre uma bandeja de madeira, operação chamada de *peneirar* e que é realizada por apenas uma pessoa. Por último, a massa é colocada no forno construído com ladrilhos, onde é cozida. Esse cozimento deve ser feito lentamente, porque embora a qualidade da farinha dependa do cuidado com que se realiza cada uma das operações mencionadas anteriormente, o bom cozimento tem uma importância ainda maior. Nesse sentido, é necessário mexer a farinha (*mexer no forno*) constantemente, e manter o fogo a uma temperatura

¹⁰ A existência de motor determina que a *casa de farinha* seja denominada “casa de farinha a motor”.

constante para não acelerar o cozimento. Não agir dessa forma pode determinar que a farinha saia mais torrada ou mais branca do que o que é considerado um ponto ótimo e isso influenciará no preço em que pode ser vendida. A espessura (que é obtida no peneirado) também acarreta diferentes tipos de farinha, que variam de acordo com o gosto individual. No entanto, é comum ouvir conversas sobre algumas pessoas que fazem a farinha melhor que outras e que isso depende do cuidado com que é realizado o cozimento e todo o processo prévio.

Todos os membros da família possíveis participam da *farinhada*, embora se observem diferenças por sexo, de acordo com as diferentes tarefas desempenhadas. O trabalho de raspar a mandioca cabe geralmente às mulheres (esposas ou filhas), que são não apenas membros da família dona da mandioca a ser processada como também de outras famílias vizinhas ou parentes, que vêm ajudar. Muitas destas últimas, através desse trabalho, têm o direito de levar parte das cascas para alimentar seus animais. As meninas também estão ligadas à tarefa de raspar a mandioca; daí ser frequente ver meninas de quatro ou cinco anos com sua faca na mão, raspando a mandioca, sentadas na roda que se forma para esse fim.

Outra tarefa realizada pelas mulheres é o cevar, e são as crianças, especialmente os meninos, que passam a mandioca raspada para as mãos da mulher que a coloca na trituradora, enquanto os homens e rapazes fazem girar a roda, quando se trata de uma *casa de farinha* manual. Os homens também são responsáveis pela colocação da massa de mandioca na *prensa* e pelo seu controle; enquanto a mulher é a encarregada de peneirar; frequentemente as crianças vão desfazendo a massa com a mão, para facilitar o peneirado. O cozimento da farinha no forno é trabalho realizado por homens. Tudo o que diz respeito ao forno, inclusive trazer e pôr lenha para manter o fogo aceso, faz parte das tarefas masculinas. As crianças ajudam nessa operação, embora nunca no cozimento da farinha, visto ser esta operação, como já dissemos, a responsável pela qualidade da farinha.

3.2 – Ciclo do feijão

Na região de Boa Vista cultivam-se diferentes variedades de feijão (Leguminosae), como o *macaça ou macáçar*, denominado em termos locais de *pardo*; *o preto*; *o mulatinho*; e a *fava*. Todos eles são semeados no começo do inverno, isto é, em março ou em abril, mas variam quanto ao ciclo produtivo.

O feijão *pardo* é também conhecido *como feijão de corda*, pela forma de sua vagem que é bastante comprida e de aspecto semelhante ao de uma corda. Durante seu crescimento são necessárias três limpezas e seu ciclo produtivo é calculado num prazo mínimo de sessenta dias. Sua maturação é parcelada, de modo que a colheita é feita durante dois ou três meses do ciclo agrícola, que pode variar de acordo com a prolongação das chuvas. A colheita é realizada manualmente e as vagens são retiradas uma a uma. Depois de colhido é imediatamente consumido e/ou vendido e, neste caso, se faz sob a forma de feixes chamados “molhos de feijão”. Na região, prefere-se consumi-lo logo após a colheita, e por isso é chamado de feijão *verde*¹¹. Nessa preferência entram em consideração vários elementos. Por um lado, ele é consumido desse modo, por causa do seu sabor, mas também pelas dificuldades que os produtores encontram para armazená-lo, pois se trata de uma variedade pouco resistente às pragas e não se dispõe de depósitos adequados para sua conservação. Por isso, as sementes para o plantio do ciclo seguinte são compradas. Por outro lado, na opção para seu consumo como *verde* leva-se em conta seu preço de venda. Exatamente por ser preferido seu consumo sob essa forma, o preço no momento da colheita é mais alto do que quando é vendido *seco*, pois nesse caso preferem-se outras variedades. Seu preço só aumentará novamente no início do ciclo seguinte, quando será procurado como semente.

¹¹ Na realidade, muitas outras variedades de feijão podem ser consumidas verdes. No entanto, na região estudada, o único consumido como tal é o *pardo* ou de *corda* e por isso é sinônimo de feijão *verde*.

A *fava* tem um ciclo produtivo de noventa dias no máximo, semelhante ao feijão *preto* e ao *mulatinho* e seu amadurecimento é simultâneo, razão pela qual a colheita é realizada de uma só vez. Estas três variedades são guardadas e consumidas *secas*, posteriormente.

O feijão *preto* e o *mulatinho*, que crescem sob a forma de pequenos arbustos, são conhecidos na região como *feijão de pé*. Durante seu crescimento geralmente são necessárias duas limpezas, da mesma forma que a *fava*. Por ter um amadurecimento uniforme, a colheita é feita de uma só vez, arrancando-se para isso toda a planta; daí também sua denominação de *feijão de arranca*. Após ser colhido, fica secando ao ar livre durante dois ou três dias e, posteriormente, é pendurado nas vigas de sustentação do teto da sala da casa e até na sala de jantar, se for necessário, para acabar de secar. Às vezes, esse feijão pendurado só é retirado dali no momento do consumo e/ou venda; outras vezes, é guardado em depósitos de metal ou em sacos.

Para guardá-lo em depósitos, consumi-lo ou vendê-lo é necessário separar a semente da vagem já seca. Em geral, esta tarefa é efetuada manualmente, quando se trata de pequenas quantidades. Do contrário, as vagens são empilhadas e golpeadas com paus para separar a semente, operação que se denomina *bater o feijão*; o vento se encarrega de completar a limpeza.

Quando o feijão é armazenado em sacos, estes são dispostos pelo chão para evitar o calor, que favorece o surgimento de pragas que o inutilizam.

A *fava* requer o mesmo processo que o feijão *preto* e o *mulatinho*.

O feijão verde e o feijão *macaça* que se vende logo verde, o pessoal encontra dificuldade para guardar, porque ele tem um bicho que persegue ele, com muita facilidade que ele apanha aquele bicho, estraga logo, precisa de guardar com muito cuidado, é por isso que é muito trabalhoso. O pessoal acha muito melhor quando ele está maduro, vende-lo verde, mas vender. Quando ele está verde aí o pessoal faz molhos e vende nas feiras. O outro feijão é mais fácil de guardar, é mais forte. O *mulatinho*, o *preto* e a *fava* com facilidade a gente guarda, é em qualquer canto que se pendura ele, sem folhas, e

dura; ai pode chover, mas não tem problema não. O feijão *macaça* tem facilidade de se estragar com a chuva. (Seu José)

3.3 – *Ciclo do milho*

O milho (Gramineae) é plantado no princípio do inverno, isto é, nos meses de março ou abril. A época considerada como mais propícia para o plantio é o mês de março e, nele a melhor semana é aquela que se celebra a festa de São José (19 de março), pois, desta forma, se assegura que a colheita coincida com a comemoração de São João (24 de junho). Nesta ocasião se realiza a festa do milho.

Quando o milho é o único produto plantado numa parcela de terra é chamado *milho de lastro*. Durante o processo de crescimento, a planta do milho precisa geralmente de três limpezas no mínimo e seu ciclo produtivo dura aproximadamente três meses.

A colheita é feita manualmente, espiga por espiga. O milho pode ser consumido imediatamente após a colheita, quer dizer, ainda *verde* ou ao contrário, *seco*. No entanto, na região que estudamos, a maior parte do consumo é feita enquanto *verde*, e tem lugar nos meses de junho e julho. Outra parte das espigas pode ser consumida *seca*. Para que isto aconteça o milho deve ser deixado no roçado durante dois ou três meses, depois de haver sido quebrado o talo de sua planta para evitar que a água da chuva o apodreça. Neste período de tempo pode ser retirado do pé em pequenas quantidades, de acordo com as necessidades de consumo. Após esse período, o milho seco é colhido, e então armazenado em sacos ou em recipientes de metal.

3.4 – *Ciclo do cará*

O *cará* (Dioscoreacea) cultivado na região é também conhecido pelo nome de *inhame*¹².

¹² Em outras regiões *cará* e *inhame* são considerados produtos diferentes.

Normalmente, o *cará* é plantado após as primeiras chuvas. Observamos que, na maioria dos casos, o plantio é feito logo após cair alguma chuva, em janeiro ou fevereiro, isto é, antes do começo do inverno. Isto se deve fundamentalmente ao fato de que se trata de um cultivo cujo ciclo produtivo é comparativamente lento, pois geralmente demora cerca de oito meses para ser colhido. Desta forma, se for plantado antes do inverno seguramente se beneficiará, durante o seu crescimento, de todas as chuvas que caíam nesse período.

Quando mais cedo plantar é melhor. Se janeiro for seco planta em fevereiro, se fevereiro foi seco planta em março, agora quando mais cedo plantar ele, melhor. (Seu Luiz)

Para ser plantado, o *cará* requer um buraco mais profundo que o que se faz para os outros cultivos, utilizando-se nesta operação o enxadeco. Sua semente é chamada de *mama*, raiz tubércula que cresce ao lado do fruto, o *cará*. A produção de sementes é inversamente proporcional à quantidade de produto obtido. Assim, se a colheita do *cará* é boa, as *mamas* produzidas são poucas e pelo contrário, se o *cará* produzido é pouco e de má qualidade, então se produzem muitas *mamas*. As *mamas* para semente também podem ser compradas, embora o preço elevado dificulte sua aquisição, de forma que é fundamental guardá-las. As *mamas* são guardadas empilhadas, geralmente em algum canto de sala; depois de algum tempo, começam a nascer alguns brotos que são cortados periodicamente para a sua posterior utilização.

Quando se planta o *cará*, coloca-se em cada cova um pedaço de *mama* de aproximadamente 20 centímetros, de modo que de cada *mama* obtém-se dois ou três pedaços. É possível que algumas plantas cresçam com mofo e, nesse caso, não servem para o consumo nem para semente, e por isso são jogadas fora. Normalmente, os produtores afirmam que a existência de plantas com mofo é consequência do esgotamento do solo.

O *cará* requer, normalmente, duas limpezas, sendo a primeira em maio e a outra em julho, sempre depois de alguma chuva. O fruto é colhido manualmente pelos homens, arrancando-se a planta, embora às vezes utilizem o enxadeco.

3.5 – *Verduras*

O processo de trabalho que passamos a descrever se aplica a todas as *verduras*, embora no caso do jerimum, da melancia e do melão, consideradas como *verduras*, a diferença consiste no fato de que elas não devem ser transplantadas.

Segundo os produtores, as *verduras* são plantadas em qualquer época do ano, sempre que se disponha de uma fonte de água que possa assegurar seu crescimento. Devido à escassez de água que sofre a região, em algumas épocas do ano prefere-se semear as *verduras* em fevereiro ou março, sempre depois de alguma chuva. São plantadas em *canteiros*, formados por fileiras de sulcos cavados com enxadas; durante a execução dessa tarefa vão se formando montículos de terra entre as fileiras e são nestes montículos que se depositam as sementes. Os sulcos servem para guardar a água com que se rega as sementes que é distribuída ao longo das mesmas. Uns vinte dias após a realização da semeadura nascem várias plantas, a partir de cada semente, de forma desordenada, o que impede sua evolução. É então que se procede ao transplante, operação denominada de *plantar*, que consiste em transferir cada uma das plantas para o canteiro definitivo, espaçando-as entre si.

A gente bota a semente num canto e depois a gente planta as lavouras que a gente semeia. A gente faz um canteiro, aí a gente semeia aquela semente, então pimentão, coentro, alface, cebola, nabo, as sementes das verduras, aí se trata de semear. Aí, depois que nascem, traz ela (planta) para outro canteiro e planta aí cada uma sozinha. Todas as verduras é semeada, botada num canteiro e plantada depois no outro canteiro. (Seu João)

Depois do transplante, a regadura e as limpezas devem ser feitas semanalmente. O ciclo produtivo das *verduras*, inclusive o do jerimum, varia geralmente entre 30 a 45 dias, ainda que algumas possam demorar até 20 dias a mais. O processo de maturação se dá por etapas, de modo que a colheita seja realizada num prazo que pode estender-se até três meses. Por se tratar de um tipo de cultivo que requer água em abundância, as *verduras* são semeadas nas partes mais altas próximas às casas, facilitando-se assim a regadura

permanente. As mulheres são encarregadas da semeadura, do transplante e de todos os cuidados que necessitam as *verduras*, inclusive a regadura.

4 – Formas de utilização da terra e técnicas adotadas

A agricultura baseia-se em dois princípios fundamentais: a associação de cultivos e a sucessão dos mesmos utilizando-se a mesma terra, isto é, alternando os cultivos numa mesma parcela de terra. Esses cultivos podem ser associados de várias formas, de modo que dentro de uma mesma parcela de terra, frequentemente, sejam cultivados produtos distintos, quer semeando-os em fileiras separadas quer colocando vários tipos diferentes de sementes no mesmo buraco. Essas duas formas podem ser combinadas numa mesma parcela de terra. A associação de cultivos denomina-se “misturar” e o seu oposto é chamado de “plantar sozinho” ou “separado”, expressões usadas para indicar que uma parcela é destinada apenas a um tipo de produtos.

Existem certos cultivos que normalmente são plantados separados do resto, como é o caso do *cará* e de algumas *verduras*. O *cará* é um produto que tem um alto preço de venda e por isso, ao ser cultivado, espera-se que produza o máximo em termos de quantidade e qualidade. Daí seu cultivo merecer atenções especiais. No caso das *verduras*, sua necessidade de água em abundância pode chegar a prejudicar os outros cultivos quando são plantados juntos. Além disso, a maior parte das *verduras* é plantada com o objetivo de venda e, conseqüentemente, sua separação dos outros cultivos possibilita a obtenção de um maior e melhor rendimento.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para o caso do milho e do feijão *pardo*. Esses cultivos podem ser plantados numa mesma parcela junto com os demais, como acontece frequentemente embora, quando se destinam a ser vendidos *verdes*, são cultivados separados dos outros, assegurando dessa forma uma maior produção. Às vezes, uma parte pode ser associada a outros cultivos e a outra em separado.

Para referir-se às várias formas de associação que ocorrem entre as diferentes plantas, utilizam-se expressões que ilustram muito bem quais são

os cultivos considerados prioritários. Para demonstrar que dois cultivos são plantados na mesma cova, diz-se: “na cova da...” (mandioca, milho etc.), ou “dentro da cova da” (mandioca, milho etc.), indicando dessa forma que o buraco foi feito para uma determinada planta, especificando-se qual dos cultivos que são plantados juntos é reconhecido como principal. Quando se deseja explicar que dois ou mais cultivos são plantados em uma mesma parcela de terra, embora em buracos diferentes, se diz: “dentro do”. Neste caso, o que se está definindo é o cultivo principal em termos de *roçado*.

Ainda com referência à associação, nem todos os cultivos são plantados arbitrariamente com qualquer outro. O milho pode ser plantado numa mesma parcela com outros cultivos, mas a única que se planta junto com ele na mesma cova é a *fava* (“fava na cova do milho”). Geralmente, os produtores afirmam que o milho não permite sua associação na mesma cova com outros cultivos porque cresce muito rapidamente e, sendo assim, produz muita sombra, o que dificulta o crescimento das outras plantas. A *fava*, por sua vez, sendo do tipo trepadeira e mais resistente que o feijão *pardo*, enrola-se no milho, crescendo ambos sem dificuldades.

As variedades de feijão *preto* e *mulatinho* são plantadas “na cova da mandioca”. O feijão *pardo* também pode ser plantado da mesma forma, embora, como já dissemos, ele geralmente seja plantado separado para que se obtenha uma produção maior. A associação das variedades de feijão com a mandioca é possível, porque esta possui um tipo de crescimento lento. Isto permite o desenvolvimento dos outros cultivos associados que, por terem um ciclo produtivo curto, podem ser colhidos antes que a planta da mandioca comece a dar folhagem, o que demora de três a quatro meses.

Ao se cultivar milho e mandioca na mesma parcela de terra, abrem-se quatro *carreiras* de mandioca para cada fileira de milho. Essa fileira de milho é chamada de “rua de milho” e a expressão que se usa para indicar esta associação é “milho na mandioca”. Além disso, frequentemente, planta-se no buraco da mandioca, feijão *preto* e *mulatinho*, enquanto no de milho se planta a *fava*. Quando, em tempos passados, cultivava-se abacaxi, este geralmente se associava ao milho, cada um ocupando uma fileira intercalada.

Os produtores reconhecem que plantar vários cultivos juntos enfraquece a todos e que seu desenvolvimento é mais lento. No entanto, em razão da reduzida extensão de terras de que dispõem, a parcela ocupada por um cultivo que demora muito tempo para produzir, como é o caso da mandioca, pode ser aproveitada para plantar simultaneamente, quer no mesmo buraco, quer na mesma parcela, outros cultivos de maturação rápida. Desta forma, realizam-se várias colheitas em épocas diferentes, o que permite seu consumo direto – ou indireto através de sua venda – durante a maior parte do ano.

Se eu plantar sozinha, dá mais mandioca, viu. Se eu plantar com outras lavouras, ela dá menos porque as lavouras atrapalham ela, o feijão, o milho, a fava, então a mandioca se acanha. Essa mandioca daí da frente está muito atrasada pelo feijão, o milho, a fava... esse ano devo dar duas limpas nela para no verão ela está boa. Se eu não tivesse botado nada dentro dela, já estava boa: assim atrasa, mas se lucra feijão, logo, se lucra o milho que é lavoura de três meses, e ela não é lavoura que venha logo, então a gente precisa de uma lavoura ligeira. Então planto dentro dela, porque ela é uma lavoura de ano para lá. Ano, ano e meio é que ela está boa. (Seu Pedro)

Há várias maneiras de alternar os cultivos. Depois da colheita das verduras, geralmente se planta mandioca nesta mesma parcela, embora também seja frequente ela ser plantada na terra que antes foi ocupada pelo feijão pardo e às vezes pelo milho, quando este não foi mantido no *roçado*. Desta forma, no verão, parte da terra está sempre ocupada com a mandioca, o que é possível porque, como já observamos, a mandioca é o único cultivo que pode ser plantado em pleno inverno sem ameaça de perda. As terras ocupadas pelos cultivos que são colhidos no final do inverno ou no verão, como é o caso do *cará* ou do milho (quando este continua secando no roçado), permanecem sem cultivos até serem novamente plantados no ciclo agrícola seguinte.

Outra forma de rodízio da terra consiste em plantar a mandioca e, após a sua colheita, plantar o feijão *pardo* nessa mesma terra, para logo depois voltar a ocupá-la com mandioca. Uma outra forma consiste em alternar milho e mandioca, também em ciclos.

Todas essas rotações dependem do ciclo produtivo da mandioca, pois embora ela seja o único produto que pode ser plantado depois da colheita dos outros cultivos, o fato de ocupar toda a terra implica na não utilização desta no ciclo agrícola seguinte. É por isso que existem determinadas parcelas que nem sempre mudam de cultivos, setores onde durante um longo tempo cultiva-se a mesma planta: *cará*, milho ou a própria mandioca. Em resumo, por causa da escassez de terras utilizadas como *roçado*, as parcelas de que se dispõe praticamente não descansam nunca¹³.

Para evitar o esgotamento do solo, especialmente naquelas parcelas de terras que não sofrem rodízio durante vários ciclos agrícolas sucessivos, utilizam-se adubos naturais. Os produtores estabelecem uma diferença entre o que é *adubo* e o que é *estrume*. Denomina-se *adubo* os produtos químicos fertilizantes que conheceram através do contato com técnicos que chegaram à região. Por outro lado, o *estrume* é o adubo natural, como é considerado o esterco de gado bovino, de galinha, de cabra e também as folhas das plantas secas, especialmente as do feijão, e o capim seco. No entanto, quando na linguagem cotidiana se faz referência ao “*estrume*” subentende-se o esterco do gado bovino. Isto acontece porque os outros elementos considerados como fertilizantes de solo são produzidos em pequenas quantidades.

O agricultor conhece a diferença de produtividade entre os dois tipos de fertilizantes, porém não utiliza o *adubo*. Uma razão importante para sua não utilização é o seu alto custo. Comprar *adubo* implica em recorrer a créditos que são difíceis de conseguir, e mesmo quando pode ser obtido, seu pagamento acarreta sempre um grande esforço econômico. Por outro lado, o fato de lidar com prazos longos (que ultrapassam um ano) significa fazer um cálculo preciso sobre as futuras colheitas, o que nem sempre pode ser efetuado¹⁴. A isto se alia o fato de que, com exceção de uns poucos casos

¹³ Em outras situações, em que há terras disponíveis, logo após a colheita a terra é deixada em pousio. (Cf. Kautsky, 1968).

¹⁴ Este fato provavelmente entra em contradição com o cálculo econômico desses pequenos produtores. O cálculo está orientado para assegurar o ano agrícola seguinte, isto é, refere-se a um “tempo futuro” próximo, tangível e que pode ser controlado. (Cf. Bourdieu, 1963).

isolados de pessoas que viveram a experiência, a compra de fertilizantes nunca foi incorporada como uma necessidade. Por isso é que se usa *adubo* natural, pois este embora de forma menos proveitosa, cumpre a mesma função. Dissemos que é menos proveitoso não apenas pela diferença de qualidade entre os dois tipos de *adubos*, mas também porque o uso do *estrume* não é constante e a quantidade de que se dispõe varia segundo o número de animais que se possui.

Com relação a isso, um pequeno produtor disse:

Eu plantei uma bolinha de terra com agronomismo, plantei uma bolinha de roça, deu boa, muito boa mesmo. Mas a Cooperativa não pode financiar o adubo para mim plantar a terra, é muito caro. Se eu pudesse plantar com adubo, a coisa ia melhorar muito, a roça com adubo é outra coisa. Um quadro com adubo rende por três quadros sem adubo... O adubo é muito bom, mas eu acho uma coisa muito sacrificosa. Então para ficar endividado, para pagar no fim do ano, então é melhor a gente seguir no seu caminho. (Seu João)

Devido às limitações mencionadas para se obter um maior rendimento com a utilização do *estrume*, é necessário espalhá-lo fartamente no lugar escolhido. O *estrume* não é guardado em depósitos para ser usado no momento preciso, mas na medida em que for sendo produzido, é aplicado diretamente sobre as parcelas de terra. Desta forma, durante todo o ciclo agrícola, uma grande parte da terra realmente é beneficiada com o *estrume*. Em geral, o esterco produzido exatamente na época do plantio é usado de preferência na terra que será ocupada pela mandioca, milho e, sobretudo, o *cará*. É também prioritária a sua distribuição sobre as parcelas que foram cultivadas durante dois ou três ciclos seguidos com o mesmo produto, isto é, as que não sofreram rodízio, como uma forma de evitar seu esgotamento.

É comum afirmar-se que a rotação de determinados tipos de cultivos não apenas evita o esgotamento da terra como também, ao mesmo tempo, contribui para o seu enriquecimento.

Com relação ao uso de outras técnicas que evitam o enfraquecimento do solo, dois dos produtores entrevistados passaram pela experiência de

cultivar terras de encosta, fazendo sulcos em sentido transversal à vertente para evitar a rápida erosão do solo provocada pela água da chuva que desce do alto. No entanto, logo abandonaram o sistema e continuaram cultivando os sulcos traçados de forma longitudinal à vertente, alegando que este procedimento requeria menos trabalho que o anterior.

CAPÍTULO III

CASA – ROÇADO

A nossa intenção neste capítulo é analisar a relação entre a unidade de produção e a unidade de consumo, o que, no caso estudado, se expressa na oposição *casa-roçado*. Desta forma, pretendemos demonstrar, a partir da exposição de dados, que a relação de oposição entre elas organiza toda a experiência de vida das unidades familiares, incluindo também as instâncias da vida cotidiana. Não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no *roçado* ou na *casa*. Sendo assim, a inserção de cada membro em qualquer um dos dois âmbitos varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo. Este último ponto será motivo de análise no capítulo IV¹.

Os produtos fornecidos pelo *roçado* são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na *casa*. Consequentemente, é o *roçado* que dá condições de existência à *casa* como local de consumo. Além disso, visto que os produtos do *roçado* são o resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico, é justamente no *roçado* onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na *casa* o faz em termos de unidade de consumo.

É importante ressaltar que, quando os pequenos produtores mencionam a *casa* como lugar de consumo, estão se referindo especificamente ao consumo alimentício. É por isso que se diz que o *roçado* possibilita o consumo alimentício (queima) que tem lugar na *casa*.

¹ É necessário destacar que a análise que realizamos neste capítulo foi parcialmente apresentada em trabalho anterior, que realizamos em conjunto com Afrânio Garcia Jr. (Cf. Heredia e Garcia, 1971).

No roçado a gente lucra o milho, lucra a mandioca, e o povo come, então com o trabalho no roçado vai adquirindo uma situação na casa. Mas se a gente estivesse só na casa, varrendo, botando água, vai morrer de fome. A casa só serve para destruir tudo aquilo que a gente trabalha por fora e traz pra dentro dela... e então o principal de tudo é trabalhar no roçado. De que serve uma casa toda ajeitada e passar o dia caçando o que comer e sem achar? Não vale nada.

Quem mora no mato não precisa de casa, não. Não está vendo a minha casa como é? Aqui é somente essa mesa e os bancos, então amanheceu o dia é bater a enxada e ir para o roçado. A mim me interessa ver na minha casa coisas de comer; dez sacos de farinha, dez sacos de feijão; sete, oito sacos de milho. Ai eu fico bem satisfeito, viu, é com isso que eu fico satisfeito... (Seu Pedro)

O pequeno produtor, como pai de família, é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico. E como os bens necessários ao consumo são fornecidos pelo *roçado*, é ele o responsável pelas atividades que se realizam no mesmo. Desta forma, o lugar do homem é no *roçado*, enquanto o da mulher, mãe de família, é a *casa*. Cabe à ela a organização e o controle das atividades vinculadas à *casa* que são as que possibilitam o consumo, ocupando um lugar privilegiado nesta esfera as tarefas ligadas à preparação das comidas. Esta última atividade define a *casa* como local de consumo.

A *casa* é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do *roçado*, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na *casa*, é ele o responsável, em última instância, pela *casa* e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica.

O pai de família é quem deve manobrar tudo, ele é quem sabe como deve fazer, se é para vender, vamos vender, se é para criar, vamos trabalhar. Eu só conheço pai de família assim. Um pai de família que quer uma coisa e a mulher outra, não vai, não. Cria-se uma família toda descabelada, é feio, muito feio. (Seu Manoel)

As atividades no *roçado*, na medida em que possibilitam a produção de bens essenciais para o consumo familiar, são consideradas *trabalho*, em

oposição às ligadas à *casa*, não reconhecidas como tal. As tarefas desenvolvidas no *roçado* são consideradas como portadoras de um caráter determinado e único: é o trabalho ligado à terra. As tarefas relacionadas à *casa*, por outro lado, são reconhecidas como múltiplas e incluem atividades bastante variadas como a limpeza da *casa*, o cuidado com a roupa, e todas aquelas que estejam relacionadas com o cuidado e a alimentação das pessoas e animais ligados à mesma. Reconhece-se, inclusive, que algumas dessas tarefas exigem um grande esforço físico, como, por exemplo, cortar e transportar lenha; no entanto, elas só são possíveis com o desenvolvimento do *trabalho* prévio no *roçado*.

A oposição *casa-roçado* delimita a área do *trabalho* e do *não trabalho*, assinalando os lugares feminino-masculino relativos a essa divisão.

O pequeno produtor, como pai de família, é o chefe da família tanto no *roçado* quanto na *casa*; apesar disso, a família se organiza de forma diferente nas duas esferas de atividade. Embora o produto do *roçado* seja resultado do esforço de grande parte dos membros do grupo doméstico, é o pai de família, como responsável por ele, quem assume o controle do *trabalho* no *roçado*. O *trabalho* no *roçado* é o *trabalho* do pai, definindo-se assim este âmbito como masculino. No entanto, embora os filhos desenvolvam no *roçado* as mesmas tarefas que o pai, diz-se que os filhos *ajudam* o pai de família, indicando-se assim que eles estão sob sua autoridade, na medida em que o controle das tarefas ali realizadas é exercido por ele.

Por outro lado, as atividades da *casa*, por estarem ligadas ao consumo, não são consideradas como *trabalho* e correspondem à esfera de domínio feminino. O campo de ação da mulher é a *casa* e, por consequência, considera-se que esta *não trabalha*. Sem dúvida, muitas vezes, como já pudemos observar, as mulheres desenvolvem tarefas no *roçado*; além do mais, dentro das atividades próprias ao *roçado*, a sementeira é uma atividade considerada feminina e é realizada exclusivamente por mulheres. Além disso, cabe a elas outro tipo de tarefas como, por exemplo, as limpezas periódicas

que os cultivos requerem depois de serem plantados, embora homens e crianças também participem desta atividade.

Se as atividades do *roçado*, em oposição às atividades da *casa*, são consideradas *trabalho*, dentro do âmbito específico das tarefas agrícolas nem todas são lidas como tal. Desta forma, o que a mulher faz no *roçado* não é caracterizado como *trabalho*, este se limita às tarefas realizadas especificamente pelos elementos masculinos, tanto o processo anterior ao plantio dos produtos, como também a ação de cavar os buracos nos quais se efetua a sementeira².

Considera-se assim que a mulher não *trabalha*, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões, realiza tarefas no *roçado*. As tarefas que pertencem ao *roçado*, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de *trabalho*. É exatamente por essa razão que, ao se descrever o *trabalho* no *roçado*, a mulher nunca é incluída.

Mesmo quando as mulheres realizam tarefas no *roçado*, sempre que as condições do grupo doméstico o permitem, elas cumprem apenas as tarefas que mencionamos acima.

A participação da mulher nas atividades agrícolas é assim definida por um produtor:

A mulher não estando doente, se interessando em ajudar ao marido dela, ela tudo que o marido faz, ela também faz para ajudar a ele. Agora, tem serviços que são ruim para mulher fazer e que o homem não vai deixar ela fazer.

P: Que serviços a mulher não pode fazer?

I: É moer mandioca, mexer farinha, cortar pau de foice, cavar roça, roçar mato, esse é o serviço pesado para mulher. (Seu João)

Entretanto, por diversas circunstâncias – geralmente por doença do pai, por haver um número maior de mulheres que de homens na unidade

² Nesse contexto, é necessário levar em consideração a própria concepção que os pequenos produtores têm com relação ao trabalho na terra. A terra é a verdadeira produtora visto que é quem fornece os produtos; o agricultor, através do seu trabalho, reforça a condição própria da terra. Essa atividade é reconhecida como especificamente masculina (Cl. Garcia Jr, 1975).

doméstica, ou por sua ausência momentânea – observamos que as mulheres realizam todas as tarefas do *roçado*. Como exemplo, podemos citar o caso de uma família cujo chefe estava impossibilitado fisicamente de trabalhar. Não havia, nesta família, filhos homens em condições de realizar essas tarefas, pois todos eram crianças; conseqüentemente as filhas mulheres se encarregavam, juntamente com a mãe de família, de todas elas. Apesar de serem as mulheres que efetivamente realizavam todas as atividades, as instruções sobre o que e como seria feito continuavam sendo decisão do pai de família. Este, mesmo quando não desenvolvia nenhuma atividade material, mantinha o controle de todo o processo³.

Neste caso, não se considerava que as mulheres estivessem assumindo tarefas propriamente masculinas mas sim que, de forma diferente, essas mesmas tarefas, que em outras circunstâncias seriam vistas como *trabalho*, passavam a ser consideradas como *ajuda*. Desta forma, indicava-se que as mulheres, mesmo realizando as tarefas, estavam subordinadas às decisões e, em suma, à autoridade paterna⁴.

Embora, como já dissemos, o lugar da mulher seja na *casa*, uma atitude sua muito valorizada se dá quando, como esposa ou como filha, se mostra disposta, sempre que for necessário, a colaborar nas tarefas que o *roçado* exige. As mulheres que não agem dessa forma são julgadas negativamente. A mulher, como qualquer outro membro do grupo doméstico, deve contribuir para a obtenção dos meios necessários ao consumo coletivo, considerado prioritário. Deste modo, deve realizar qualquer tarefa que o *roçado* imponha, conforme declaração de um pai de família:

³ O pai de família, através do trabalho no *roçado*, detém o controle do processo em sua totalidade. No caso de se encontrar doente, como o que estamos analisando, e não poder desenvolver tarefas no *roçado*, ainda mantém controle das atividades nele realizadas, dando todas as instruções necessárias. Paralelamente, como uma forma de compensar essa falta de atividade, aumenta o controle sobre os aspectos ligados à *casa*, que, em outras circunstâncias, pertencem à esfera de ação da mãe de família.

⁴ Pode contribuir para uma melhor compreensão do papel da mulher o fato de que, em alguns grupos camponeses, a mulher é considerada como de natureza diferente do homem. Afrânio Garcia Jr., ao analisar o problema a partir do *Mito da Cachaça*, oferece elementos nesse sentido. (Cf. Garcia Jr., 1974).

As mulheres usam todas as ferramentas que o homem usa, mas não é todas não, é aquelas que têm a disposição de trabalhar com as ferramentas que o homem trabalha. Mas tem mulher por ai, preguiçosa, que não gostam de ver nem a enxada como trabalha, não querem trabalhar com ela. Roçar mato não é todas que roçam não, é alguma mulher que pega a foice que o homem trabalha com ela, e ela trabalha com a foice também... Só querem viver em casa, em repouso, na cozinha, e às vezes não têm nada também, mas têm preguiça de trabalhar, é pobrezinha não pega na enxada para nada no mundo, não tem disposição, viu. (Seu João)

Cabe ao pai de família atender ao consumo familiar, isto é, é ele quem deve “botar os produtos dentro de *casa*”. Isto implica no cumprimento de um circuito que inclui sua responsabilidade na esfera da produção, como também na venda dos produtos e finalmente, na compra dos bens necessários para o consumo familiar. Somente a partir de então os produtos passam a fazer parte do âmbito da *casa*.

Se o *trabalho* no *roçado* é reconhecido como do domínio da esfera masculina, representada pelo pai de família, a venda dos produtos também corresponde à sua esfera do controle. Dessa forma, ele hegemoniza esse processo, decidindo como, em que circunstâncias e condições se realizará a venda dos diferentes produtos. Por diversas razões, dentre elas doença, velhice, ou ausência momentânea, o pai de família vê-se obrigado, às vezes, a delegar a tarefa de venda a algum filho homem⁵. No entanto, essa é uma decisão do pai, que não apenas escolhe o filho que vai realizá-la, como também decide qual o tipo de produtos e a quantidade que vai ser vendida. Acima de tudo, ele mantém o controle da transação ao estabelecer as condições de venda, especificamente os preços, às vezes aproximados dos preços cobrados durante a operação.

A venda dos produtos implica em uma relação com o mundo exterior à unidade doméstica, quer ela se estabeleça com membros do próprio grupo ao qual pertence o pequeno produtor, quer com membros de outros grupos sociais; qualquer que seja o caso, é o pequeno produtor o indivíduo que

⁵ O lugar dos filhos na venda dos produtos será analisado no capítulo IV.

estabelece essa relação. O pai é o responsável pela família e por consequência é quem a representa.

Se por um lado, dentro da unidade familiar a mulher deve estar disposta a *ajudar* ao esposo ou ao pai realizando, quando necessário, todas as tarefas do *roçado*, o mesmo não acontece com a venda dos produtos. Cabe ao pequeno produtor, por sustentar a família, realizar a venda dos produtos. A imagem de que o pai é a figura hegemônica dentro do grupo familiar, na medida em que é o responsável por sua subsistência, deve ser apresentada ao mundo exterior à própria unidade.

É precisamente no contato com o mundo exterior à unidade doméstica onde transcendem e se tornam evidentes as relações existentes dentro da unidade familiar, refletindo por consequência as esferas de autoridade internas.

Os locais em que geralmente se realizam as transações comerciais, a praça do mercado (feira) ou ainda o comércio fixo, são espaços exteriores à unidade doméstica; trata-se de espaços públicos, e conseqüentemente masculinos⁶. Sim, o pequeno produtor não pode ser excluído da feira e dentro desse domínio não há nenhuma atividade que ele não possa realizar; o mesmo não acontece com as mulheres, essa esfera não é reconhecida como feminina:

A mulher não vende farinha, quem vende é o homem; não vende banana, quem vende é o homem. A mulher não vende fruta, quem vende é o homem. Porque esse já foi projetado desde o princípio. O uso é esse, é dos homens que têm que tomar conta, a mulher sempre deixa, está lá, fica em casa; só algumas que moram na rua tomam seus balcãozinhos (Seu José).

Em determinadas circunstâncias, entretanto, podemos observar que as mulheres também vendem na feira; isto acontece excepcionalmente, quando há necessidade de vender num mesmo dia produtos diferentes e dentro do grupo doméstico não há filhos homens em condições de realizar essa tarefa.

⁶ A análise da feira como espaço masculino já foi destacada por Moacir Palmeira (Cf. Palmeira, 1971).

No caso de ser necessário que as mulheres vendam, elas não vendem qualquer produto, pois o homem, pai de família, reserva para si a venda dos produtos considerados fundamentais dentro do *roçado*, como por exemplo a farinha de mandioca, o milho e o feijão. Por outro lado, a mulher *ajuda* ao marido vendendo os produtos secundários, isto é, as *verduras* e/ou frutas⁷.

As mulheres vendem as frutas no sentido estrito, mas não vendem o milho *verde* ou os tubérculos que são oferecidos na feira como frutas no setor correspondente às mesmas (*feira da fruta*). Acontece o mesmo com as *verduras*. As mulheres vendem os condimentos e as *verduras* que, quando semeadas, ocupam área próxima à *casa* e são cuidadas por elas. Por outro lado, vendem exatamente as *verduras* que, por problemas de conservação, são levadas para a feira apenas no dia da venda, o que não obriga a mulher a pernoitar na cidade (*rua*)⁸. Uma vez na feira, essas *verduras* devem ser permanentemente regadas como uma forma de mantê-las frescas e muito bem arrumadas para ter melhor aspecto. É interessante destacar que todas essas circunstâncias reproduzem muitos dos cuidados que a mulher realiza enquanto as *verduras* estão no *roçado*.

É exatamente através da venda dos produtos considerados fundamentais que se identifica o produtor. A venda implica no

⁷ Diante da pergunta sobre as razões pelas quais se excluía a mulher da venda dos produtos principais do *roçado*, frequentemente davam-se explicações que enfatizavam o esforço físico que as mesmas exigiam, como carregar os sacos com diferentes produtos. No entanto, observamos repetidas vezes que as mulheres carregavam pesos ainda maiores que estes, como por exemplo, lenha ou água para a *casa*, tarefas que, sem dúvida, são consideradas especificamente femininas. Um exemplo do que enunciamos está refletido numa parte da entrevista seguinte:

P: Por que as mulheres não vendem farinha, e sim fruta?

I: Eu considero porque é mais pesado: já pensou se a mulher pegar e carregar sacos de farinha? Mulher pode fazer tudo isso, mas é trabalho para homem. É realmente uma coisa pesada, e o homem não vai entregar aquilo para a mulher. Então ele fica no lugar que pode topar com as coisas mais pesadas. Mas se ele tiver uma verdura para vender, e só está ele e a mulher, (não há filhos homens para efetuar essa venda) e ele tem que vender uma coisa e outra, ele vai botar a mulher para vender a verdura, ele acha que aquilo é mais leve para a mulher fazer. (Seu José).

⁸ Este fato foi assinalado por Marie France Garcia no seu estudo realizado em uma feira da Zona da Mata Sul de Pernambuco. (Cf. Garcia, 1977).

conhecimento das propriedades do produto que se vende e o produtor é o único que pode garantir a qualidade do mesmo porque, acredita-se que foi ele quem controlou o processo, e nisto a mulher é excluída⁹.

A presença da mulher como vendedora desses produtos, implicaria de alguma maneira em demonstrar este conhecimento, o que a colocaria como a responsável por todo o processo de produção. Desta forma, a figura do chefe de família e, por conseguinte, do grupo doméstico como um todo, ficaria totalmente desvirtuada.

É por esse motivo que, diante da impossibilidade do chefe de família ou de seus filhos homens venderem os produtos considerados fundamentais, prefere-se recorrer a outros mecanismos, como o da venda a domicílio, isto é, dentro dos limites da propriedade do pequeno produtor.

Neste caso, mesmo quando a venda se realiza no espaço que corresponde à *casa*, também está implícita a relação com indivíduos fora dela. A *casa* é a unidade de residência do grupo doméstico do qual o pai é o chefe indiscutível; em consequência, na medida em que é lugar de transações comerciais, a *casa* é a área de domínio do pai de família.

Sendo assim, qualquer que seja o produto objeto da venda, a mulher, quando está presente na transação, não deve participar da mesma. Ela opina apenas quando consultada, o que nem sempre acontece; e no caso de ser solicitada sua opinião, sempre se faz de forma privada, sem a presença de terceiros¹⁰.

⁹ O consumidor, ao comprar o produto escolhe o vendedor que reconhece como produtor. Os vendedores que não são produtores, esforçam-se para demonstrar conhecimento do produto que vendem, pois devem convencer o comprador de que conhecem as qualidades do produto como se eles mesmos o tivessem produzido. Esta informação nos foi transmitida por Moacir Palmeira e registrada por ele durante a sua investigação nas feiras da Zona da Mata de Pernambuco.

¹⁰ Tivemos oportunidade de observar alguns casos de venda de produtos realizadas na *casa* do pequeno produtor. Nessas ocasiões, era o pai de família quem decidia a venda do produto, e no momento da transação a esposa podia estar presente, mas nunca intervia. Depois de finalizada a operação e uma vez que o comprador já havia se retirado, a mulher só fazia comentários sobre a venda se o marido a ela se referia, mas em todos os casos a opinião dela referendava o que o homem já havia decidido.

O lugar da mulher no *negócio* é assim assinalado por um produtor:

Eu conheço uma mulher aqui que é ruim de negócio. O marido dela sente no negócio por ela. Eu sou doente por isso. O homem é o homem e a mulher é a mulher. Quando fala no homem, já falou na mulher. Se eu der fica dado, minha mulher dá opinião no meu negócio depois que eu fizer? Não. Antes de eu fazer negócio pode, mas depois de eu ter feito, não. Eu perco tudo, mas minha palavra fica. Mas eu fazer um negócio e quem vende é minha mulher? Não, a não ser que o homem seja bicha, ela não. A Sra. X (vizinha a que está-se referindo) eu não gosto nem de comprar bichos dela, quando eu avaliar ela se aperreia, Virgem Maria!... Mulher dessa não presta não, descontrola o seu marido, de forma que o Sr. (marido) nem se importa, nos bichos dela nem manda, nem opina. Para mim não é homem, não é assim Dona Beatriz? Sabe que é a cumeeira o que vale. Me diga uma coisa, se seu marido diz: Beatriz, eu estou com um negócio aí, você fala que tem que estar de acordo com aquilo, assim você diz: se você vir que está bom, faça. E se chegar ao ponto de você ver o negócio ruim, se a natureza disser a ele (esposo) que ele não faça, ele não tem que dizer não. Mas depois que eu fizer não tem que falar não senhora, tenha paciência, eu já fiz. Agora, se você falasse antes, é outra coisa.(Seu Manoel)

Como já mencionamos, o pai de família é o sustentáculo da família, o que é expresso na citação anterior através da figura da cumeeira, viga central que sustenta a *casa*, que neste contexto significa a família. O dever da esposa, mãe de família e de todos os membros é contribuir para que esta imagem do homem, pai de família, seja a que retrate frente ao mundo exterior a própria unidade.

A responsabilidade ao pai de família não acaba com a venda dos produtos, cabendo também a ele adquirir os bens necessários para o consumo familiar. Justamente por isso é que decide também o que será consumido na *casa*; se isso não ocorresse, seu prestígio em termos de autoridade seria ameaçado, pois a mulher estaria intervindo em uma esfera de decisão masculina.

Somente depois de serem depositados na *casa* é que os produtos passam a pertencer à esfera da mulher, especificamente à mãe de família.

Dentro dos limites impostos pela quantidade e variedade de produtos que o pai de família introduzir, a mãe efetua a distribuição dos mesmos para toda a semana, decidindo sobre a quantidade e o momento em que estes produtos serão consumidos¹¹.

Quando indagávamos sobre o porquê destes fatos, invariavelmente a resposta era que isto sempre havia ocorrido, que era o que seus pais faziam e o que seus filhos, sem dúvida, continuariam fazendo no futuro. Trata-se, pois, de uma espécie de modelo “natural” que é transmitido de pais para filhos. O homem é quem *trabalha* no *roçado* e deposita os produtos na *casa*, seja trazendo-os diretamente do *roçado* ou através da compra. A distribuição, por outro lado, é “*obrigação*” feminina.

Eu quando nasci, pai era quem fazia o negócio, então eu cresci e a mesma coisa com os meus filhos. Minhas filhas vão ver que quem faz o negócio sou eu. A minha esposa quando nasceu via que o pai dela era quem fazia o negócio, era ele que fazia a feira, quem trazia, a missão dela era chegar em casa ele entregar, e ela distribuir. O negócio da casa é com mulher, eu entrego a feira, não sei mais nada da cozinha,, isso é com a mulher, negócio da comida, essas coisas isso é com a mulher, eu não quero saber mais nada. (Seu José).

* * *

O *trabalho* no *roçado* é que possibilita o consumo familiar que se realiza na *casa*, adquirindo o *roçado* um caráter dominante sobre a *casa*. Esse predomínio reflete-se na *casa* sob a forma da oposição feminino-masculino. Se o *roçado* é uma área de ação indiscutivelmente masculina, cada aspecto ligado à *casa*, por outro lado, é a expressão dessa oposição.

¹¹ O prazo de consumo dos produtos é calculado em termos de uma semana. O pai é o responsável por esse cálculo e é quem efetua a compra dos produtos, operação denominada *fazer feira*, independente do lugar onde sejam efetivamente obtidos. O pai é, pois, o responsável pela *feira semanal*, isto é, pelo abastecimento de produtos para o consumo familiar, seja de produtos provenientes diretamente do *roçado* e/ou através de sua venda. Esse problema é motivo de análise no capítulo V.

Isso se reflete em termos espaciais, bem como nas atividades que nela têm lugar e finalmente também com relação aos animais que se possui.

Analisaremos, por conseguinte, a planta da casa e as atividades que nela se desenvolvem, considerando que ali estão expressas as relações sociais entre os indivíduos que nela habitam¹².

As *casas* de Boa Vista têm paredes de taipa e teto de palha como duas águas. As paredes são de altura inferior ao começo do teto de forma que haja uma separação entre ambos, o que favorece a ventilação dos diferentes compartimentos. O chão das habitações é construído com terra batida¹³.

O acesso à sala dá-se através da frente da *casa*. A porta de entrada é de madeira, com uma divisão horizontal, permitindo assim o uso da parte superior como janela. Além dessa porta, há outra abertura situada em posição oblíqua à primeira e que comunica a sala com os outros compartimentos da *casa*. Ao contrário da primeira, esta abertura é apenas um vão de porta, isto é, uma abertura na parede. A sala possui também uma ou duas janelas com postigos de madeira, localizadas nos lados da porta de entrada.

A sala é o ambiente que comunica o interior com o exterior e por isso é o lugar menos privado da *casa*. Por outro lado, dentro da *casa*, a sala é também o espaço do pai de família: nela, ou no terreiro situado em frente, ele descansa ou se reúne com os vizinhos e parentes para conversar.

Nas *casas* em que não se dispõe de um lugar exclusivo para guardar as ferramentas, a sala também serve como depósito. As ferramentas

¹² A leitura de Bourdieu (1972) nos forneceu elementos para uma análise da planta da *casa* como expressão das relações sociais entre os indivíduos que moram nela. Afrânio Garcia Jr. analisa a planta da *casa* de pequenos produtores da Zona da Mata ao sul de Pernambuco, que demonstra semelhanças com a que descrevemos.

¹³ Há pouco tempo começaram a construir algumas *casas* (duas) que fogem ao padrão que estamos descrevendo. Elas se distinguem não apenas pelo tipo de materiais utilizados, como tijolo, telhas e chão de cimento, como também por algumas variações no que se refere à localização das aberturas, o que contribui para modificar a conexão existente entre os diferentes cômodos. No entanto, consideramos válido limitar-nos à descrição do tipo de *casas* que predomina de modo absoluto em Boa Vista.

utilizadas no *roçado* constituem mais um elemento que contribui para assinalar esse espaço como o mais masculino dentro da *casa*.

A cozinha, situada no extremo oposto da habitação, é o lugar específico da mãe de família, onde se preparam os alimentos e, em consequência, a mulher permanece ali a maior parte do dia. Ao contrário do que acontece com a sala, as pessoas estranhas não têm acesso à cozinha, pois só entram na *casa* pela cozinha as mulheres vizinhas e parentes.

Normalmente, nas horas do dia em que o pai de família se encontra fora de *casa*, as mulheres e as crianças frequentam a sala para escutar o rádio, conversar ou realizar alguma tarefa, como a costura.

A sala, por ser o local destinado às visitas, é a parte mais cuidada da *casa*. Dependendo da condição econômica da família, os móveis que fazem parte dela podem ser poltronas, cadeiras ou simplesmente bancos. Geralmente, há um pequeno armário, em cima do qual se encontra habitualmente o rádio que toda *casa* possui. Na falta de armário, há uma pequena mesa em seu lugar.

É na sala onde se colocam todos os enfeites que a família possui. Esses enfeites estão localizados em lugares bem visíveis, e os que necessitam ser pendurados encontram-se geralmente na parede oposta à porta de entrada, de modo que estejam à vista de quem entra na *casa*.

Exatamente por ser o lugar menos privado da *casa*, este espaço, como já dissemos, é o único onde se permite a entrada de pessoas estranhas. Quando estas pessoas são convidadas a sentar, a cadeira que lhes é oferecida geralmente está localizada de forma que o visitante fique de frente para o exterior da *casa*, de costas para o interior.

Através da sala chega-se à sala de jantar, parte da *casa* que pode ou não dispor de janelas. Além da porta que a comunica com a sala, há outra porta que dá acesso à cozinha. Esta porta está situada em posição oposta, mas na mesma linha da primeira. Na parede lateral interior da sala de jantar há uma ou duas portas que dão acesso aos quartos. A sala de jantar é, assim,

uma área de circulação obrigatória. Nela há sempre uma mesa, e se o espaço permite, algumas cadeiras ou bancos largos; às vezes há também um pequeno armário ou prateleiras onde se guardam utensílios domésticos.

O nível do chão da sala de jantar é mais baixo que o da sala, detalhe que contribui para indicar caráter privado, em contraposição ao mais público da sala.

Permanece-se na sala de jantar durante as horas das refeições. Nesse sentido, torna-se um lugar mais ou menos privado de acordo com os convidados. Se por um lado, têm acesso à sala todas as pessoas que entram na *casa*, nem todas são convidadas para comer e conseqüentemente nem todos entram na sala de jantar.

Quando os convidados são recebidos pela primeira vez, ou seja, quando não são pessoas consideradas próximas à família, geralmente é o pai de família o único que come com os convidados. Em algumas ocasiões, no entanto, pode ser acompanhado pelos filhos homens maiores. Quando se trata de uma visita que já tenha ido outras vezes à *casa*, o que faz com que seja considerada próxima, a mãe de família geralmente está presente na sala. Ela come junto com os demais comensais e participa da conversa, embora permaneça sempre de pé. As filhas e os filhos menores de ambos os sexos nunca estão presentes na sala de jantar e comem na cozinha.

Quando não há visitas, geralmente é mantido o princípio de que a sala de jantar é o lugar onde os homens da *casa* comem¹⁴.

O pai de família senta-se à mesa acompanhado pelos filhos homens mais velhos. A mãe serve os alimentos em pratos que já foram preparados na cozinha e acompanha os convidados. Porém, embora coma ao mesmo tempo, permanece de pé ou sentada em um banco afastado da mesa. Na ausência da mãe, alguma das filhas maiores é encarregada de servir e trazer

¹⁴ Em várias oportunidades, chegamos à *casa* de diferentes informantes em momentos em que se encontravam comendo e pudemos observar que se mantinha o mesmo tipo de comportamento que o adotado quando éramos especialmente convidados.

os pratos para a mesa, embora, ao contrário da mãe, regressasse à cozinha para comer junto com as outras mulheres e as crianças.

O que acabamos de descrever é o que frequentemente observamos e o que nos contaram os informantes. Mas, sem dúvida, há variações.

Na *casa* onde vivíamos, o acesso à mesa apresentava algumas características aparentemente diferentes das que acabamos de descrever, embora respeitassem o princípio vigente nos demais casos.

Na *casa* em questão havia um casal com quatro filhos de idades que variavam entre 6 e 13 anos. Todos os membros da família, inclusive a pesquisadora, comiam sentados à mesa e ao mesmo tempo¹⁵. Nem sempre os alimentos eram trazidos para a mesa nos pratos, vindo, algumas vezes, na panela em que haviam sido preparados; de qualquer forma, a pessoa encarregada da distribuição era sempre a mãe. O pai era servido em primeiro lugar, em seguida a pesquisadora e depois a mãe; finalmente eram servidos os filhos, que só tinham direito a um segundo prato depois que o pai e a mãe haviam se servido pela segunda vez e se sobrasse comida. Nas ocasiões em que se servia alguma comida fora do comum, como por exemplo, um tipo de carne mais apreciada, o pai de família era quem comia a maior parte ou às vezes toda ela. Desta forma, mesmo quando aparentemente estávamos diante de uma situação diferente, na realidade o princípio era mantido, e a ordem em que as pessoas eram servidas continuava sendo a mesma.

Além disso, outro elemento indicador nesse sentido era configurado pelo momento em que se sentavam à mesa. Nessa hora, as crianças eram chamadas, embora nunca se esperasse por elas para começar a comer e, se demorassem por qualquer motivo, só comiam depois que os pais o tivessem feito.

Da mesma forma, a ordem em que é realizada a distribuição dos alimentos expressa também o predomínio do *roçado* sobre a *casa*. Por ser o

¹⁵ É necessário destacar que, durante a nossa estadia, observamos que na ocasião em que recebiam visitas, o casal comia com a pesquisadora e os convidados, enquanto as crianças comiam na cozinha.

pai de família quem abastece a *casa com* os bens de consumo alimentício, através das tarefas que executa no *roçado*, é ele que deve ser servido em primeiro lugar. A isto se soma também a concepção de que os alimentos são um reforço para o *trabalho*, daí quem *trabalha* deve ser melhor alimentado.

É também na sala de jantar que se realiza a distribuição dos produtos que foram adquiridos para o consumo semanal (*feira semanal*). O pai de família, encarregado de efetuar essa compra, ao chegar em *casa*, coloca o que comprou na mesa da sala de jantar e ali a mãe distribui os diferentes produtos pelos lugares costumeiros. Assim, como é a mãe quem distribui os alimentos aos membros do grupo doméstico, também cabe a ela a distribuição dos produtos que são levados para *casa*. Por outro lado, na mesa situada na sala de jantar realizam-se algumas tarefas relacionadas com a preparação de certas comidas que exigem um espaço maior.

Num canto da sala de jantar, apoiado na parede, há geralmente um barril onde se guardam as sementes que serão utilizadas na próxima semeadura. Todos estes elementos nos permitem sugerir que, da mesma forma que o quarto dos pais é o lugar em que se materializa a reprodução física do grupo doméstico, a sala de jantar representa o local em que se efetiva a reprodução alimentícia (cf. Bourdieu, 1972).

Ao mesmo tempo, todos os elementos que fazem parte da sala de jantar indicam a flexibilidade que esse cômodo possui. É o lugar onde se guardam e às vezes até se preparam certos alimentos, e nessas circunstâncias aparece quase como um prolongamento da cozinha.

Em outras situações, como quando há convidados para comer na sala de jantar, esta é utilizada como prolongação da sala, tornando-se assim um espaço mais público.

Ao contrário dos aposentos descritos, os quartos não são lugares onde circulam os indivíduos que moram na *casa*. Os filhos, com exceção dos menores, não entram no quarto dos pais.

A separação sexual entre os filhos manifesta-se claramente com relação aos lugares que ambos ocupam para dormir.

Nas *casas* em que se dispõe de um segundo quarto, este é destinado às mulheres, enquanto os filhos dormem em redes estendidas na sala¹⁶. No entanto, existem variações desta norma relacionadas com o número de quartos de dormir que se dispõe, com a composição familiar ou com a idade dos membros da família.

A família em cuja *casa* residimos era composta, segundo já dissemos, pelo casal, dois filhos de 11 e 6 anos e duas filhas de 13 e 8 anos. A casa tinha apenas um quarto, onde dormiam os pais; o filho menor dormia numa rede colocada de tal forma, que ocupava uma parte do quarto e uma parte da sala de jantar. O filho de 11 anos dormia numa rede na sala de jantar, enquanto as filhas ficavam na sala, a maior num sofá-cama e a menor numa rede; a pesquisadora dormia nesse mesmo cômodo.

A mãe contou-nos que o filho menor, quando era mais novo, dormia no mesmo quarto que eles, ocupando assim uma posição mais próxima à cama dos pais. No período da nossa pesquisa, quando essa criança já tinha seis anos, continuava dormindo com eles porque ainda despertava durante a noite. No entanto, como pudemos observar, a própria localização da rede confirmava a ideia de um afastamento progressivo do filho com relação ao quarto dos pais. Mas tal localização não era só para beneficiar os pais com uma maior privacidade, como também significava muito em termos do ciclo de vida do filho. O filho, quando bebê, dorme com os pais, mas, na medida em que vai crescendo, e esse crescimento é reconhecido, ocorre um paulatino e progressivo afastamento até vir a ocupar um quarto diferente ao dos pais, como é o caso do filho mais velho da família que analisamos.

O caso que acabamos de descrever apresenta variações com relação ao que ocorre em outras casas. Já dissemos que são os filhos homens que dormem na sala. A variação existente neste caso é consequência da

¹⁶ As mulheres, salvo quando são pequenas, não dormem em redes. O mesmo ocorre com o casal. O pai, durante os descansos diurnos, pode usar a rede, mas à noite ocupa uma cama.

composição familiar e da idade dos seus membros; a presença de um filho homem menor determina a troca, embora o que deva manter-se vigente seja o princípio de separação sexual. De qualquer forma, esta situação era considerada pela mãe de família como transitória, visto que quando o filho menor deixasse de dormir no quarto dos pais, os filhos passariam a dormir na sala, enquanto as filhas ocupariam a sala de jantar¹⁷.

Da sala de jantar chega-se à cozinha. Trata-se de um aposento sem janelas, que se comunica com o *terreiro* através de uma porta de madeira semelhante à localizada na frente da *casa*. Embora toda a *casa* seja um espaço feminino, dentro dela, como já vimos, existem espaços mais masculinos ou mais femininos que outros. A cozinha é o espaço feminino por excelência, assim como a sala é o mais masculino dentro da *casa*. Na cozinha materializa-se a preparação de alimentos que definem a *casa* como lugar de consumo.

A cozinha é composta por uma bancada feita de tijolo, que ocupa toda extensão de uma das paredes, numa altura de cerca de 70 cm. O fogão faz parte desta bancada, embora o resto do espaço seja destinado à preparação dos alimentos. Geralmente, nos cantos da bancada há vasilhas com água e também latas onde se guarda a farinha que se está consumindo.

Normalmente, há também na cozinha um armário onde são guardados todos os objetos nela utilizados: panelas, pratos etc. É também nesse aposento que se armazena o alimento balanceado (farelo) que constitui a comida dos porcos; é ainda na cozinha onde dormem as galinhas quando a *casa* não possui galinheiros.

A abertura que comunica a cozinha com a sala de jantar em algumas *casas* não tem porta; em outras há uma porta de madeira. Pudemos observar a esse respeito que essas variações estão relacionadas com o lugar que as

¹⁷ Este princípio de separação sexual torna-se mais evidente quando há visitas na *casa*. A família que nos hospedava recebeu a visita de um padre, o que ocasionou certa preocupação quanto ao lugar que lhe seria destinado para dormir. Finalmente e como não foi possível conseguir uma distribuição satisfatória das pessoas, resolveu-se que o padre dormiria fora da casa, em uma construção reservada à escola.

aves domésticas ocupam para dormir. Quando estas não dispõem de um lugar específico, dormem na cozinha e então há uma porta que separa esse recinto da sala de jantar. Esta porta assinala a fronteira entre o lugar dos animais e o das pessoas durante a noite. De dia, as aves permanecem no *terreiro* dos fundos, visto que a *casa* inclui o *terreiro*.

O *terreiro* atrás da *casa* também é um espaço nela incluído, já que aí as mulheres desenvolvem grande parte de suas atividades, constituindo durante o dia uma esfera feminina. De noite, por outro lado, o *terreiro* dos fundos passa a ser um espaço masculino, pois ali permanecem o gado bovino e os animais em geral. De noite, a extensão da *casa* e o espaço de que dispõem as pessoas que a habitam, diminui. A partir da hora que escurece, esse *terreiro* transforma-se num lugar onde se escutam ruídos que provocam temores; é também o lugar onde se acredita que possa ser encontrado algum ladrão¹⁸.

No *terreiro* evidencia-se mais uma vez a oposição *casa-roçado* e as esferas masculinas e femininas. Assim, para o homem, o *roçado* que circunda a *casa* é mais importante que a própria *casa*. Os elementos femininos, representados pela mãe de família, que têm como âmbito próprio a *casa*, pretendem ampliar os limites do *terreiro*, pois, desse modo, será ampliada também a extensão da *casa*. E claro que o *terreiro* é restringido pela expansão do *roçado*, e é o pai quem, em última instância, assinala seus limites, muito embora, como parte integrante da *casa* e por oposição ao *roçado*, seja um espaço reconhecidamente feminino.

Assim diz um pai de família:

A dona do *terreiro* é Luiza, ela tem que varrer, a vontade dela é fazer um *terreiro* de cá até lá na beira do riacho. Eu por mim a lavoura vinha até a porta... eu gostaria de quebrar uma espiga de milho,

¹⁸ A possível presença de ladrões é um temor constante. Uma noite, durante a nossa estadia, saímos com o casal com quem vivíamos para fazer uma visita. Quando regressamos, escutamos alguns ruídos que levaram o dono da *casa* a pensar que havia algum ladrão por perto. Armado com um pau, aproximou-se cuidadosamente do *terreiro* e comprovou que o temor era infundado.

quebrar desde a porta mesmo, se fosse por mim o milho estava entrando pela parede, elas foram fazendo terreiro.(Seu Pedro)

Se, por oposição ao *roçado*, as atividades da *casa* não são consideradas como *trabalho*, dentro do âmbito específico da *casa*, as diversas tarefas que ela exige constituem-se em *trabalho* suficiente que requer *ajuda*. A mãe de família representa a *casa*, mas não é apenas ela que realiza todas as tarefas necessárias, visto que é *ajudada* pelas filhas e as crianças. A mãe impõe sua autoridade nesse âmbito através do controle que exerce sobre essas atividades.

* * *

São os produtos do *roçado* que fornecem os meios necessários para o consumo realizado na *casa*. No entanto, além dos produtos alimentícios, há necessidade de outros tipos de bens, alguns dos quais possibilitam o consumo efetivo dos alimentos. Entretanto, estes bens não resultam do esforço conjunto dos membros da unidade familiar no *roçado*. Entre esses produtos, encontram-se os utensílios de cozinha, a roupa de cama, as toalhas etc., que, junto com todos os demais elementos que compõem o essencial para o funcionamento de uma *casa*, são abastecidos e controlados pela mãe. Da mesma forma que o pai de família é o responsável pelo consumo familiar, a mulher, como mãe de família, é a encarregada de providenciar os elementos que fazem parte da *casa*.

Os produtos do *roçado* abastecem o consumo coletivo, mas não fornecem os bens de consumo individual como, por exemplo, roupas, calçados etc. Estes bens de consumo individual são providenciados por cada um dos membros, com exceção do pai de família. É o pai quem representa esse trabalho coletivo no *roçado* e, em consequência, os bens de seu consumo individual lhe são fornecidos pelo conjunto dos membros do grupo através do *roçado*. É preciso destacar que é a esposa quem efetua a compra dos artigos necessários ao asseio pessoal do pai, com o dinheiro dado por ele.

Cabe, pois, à mulher, providenciar os artigos de seu próprio consumo individual como também dos destinados às crianças, que estão ligadas à *casa* e que se encontram sob a sua autoridade¹⁹.

Eu planto roça, eu trato, quando está boa de farinha ele (marido) faz, leva para a feira, vende e me dá o dinheiro. Agora já viu, ele não gasta nada do que é meu. Aí eu compro roupas, sapatos, chinelos, tudo sou eu que compro, mesmo coisas para *dentro da casa* também.

P: Que coisas?

I: Todas essas coisas assim: copos, buffet, fui eu... e daí por diante: perfume, pó pra mim, sabonete, tudo sou eu que compro. (Dona Terezinha)

Para abastecer tanto esse “dentro da casa” como aqueles bens do seu consumo individual ou das crianças, a mãe precisa dispor de meios, ou seja, de produtos que, uma vez vendidos, proporcionem dinheiro para sua aquisição. Um desses meios é conseguido através do seu *roçado* individual. A mãe possui um *roçado* individual para o qual o esposo lhe destinou um pedaço de terra. No entanto, esta situação não é permanente, já que ela só obterá produtos no seu *roçado* individual se o cultivar. Acontece que, durante a maior parte de seu ciclo de vida, a mulher, como esposa e mãe, frequentemente interrompe essa atividade. Primeiro pela gravidez; a seguir, depois de terem nascido seus filhos e enquanto são pequenos, dedica a maior parte do tempo ao cuidado deles, juntando-se a estas tarefas as próprias da *casa*. Posteriormente, enquanto seus filhos vão crescendo ela vai envelhecendo, o que implica sempre em doenças, de modo que seu trabalho no *roçado* individual, na verdade, se vê muito restringido e não se desenvolve de forma contínua nem permanente.

Toda mãe de família precisa dispor de outros meios, e um deles é possuir animais. Geralmente a mãe possui *criação*, cabras e/ou porcos.

Por *criação* entende-se, em termos gerais, todo animal que se cria. No entanto, num contexto mais específico, denominam-se como *criação* as aves

¹⁹ Os filhos maiores considerados grandes custeiam com seus próprios meios os bens que consomem individualmente. Isto é motivo de análise no capítulo IV.

de curral, isto é, galinhas e perus. Todos estes animais permanecem no *terreiro da casa e é por isso que também são chamados de bichos de terreiro*, em oposição ao gado bovino e cavalos que passam a maior parte do dia no campo. Desta forma, *bichos de terreiro é sinônimo de bichos da casa*.

O cuidado com os *bichos de terreiro* resume-se quase que exclusivamente em alimentá-los, atividade que se denomina *criar*, e que é realizada pelas mulheres. Da mesma forma que a distribuição dos alimentos aos membros do grupo doméstico é uma tarefa feminina, cabe também à mulher a alimentação daqueles animais.

Estes animais, além de serem cuidados pelas mulheres, são também de propriedade da mãe de família.

Com o produto da venda de cabras e porcos, a mãe obtém tanto os bens de “dentro da casa” como os de consumo individual. As aves (*criação*) que ela possui, por outro lado, não são criadas com finalidade de venda, e sim para serem destinadas ao consumo direto em situações consideradas de *precisão*. Considera-se como de *precisão* situações que fogem ao cotidiano. Aí incluem-se algumas ocasiões de caráter festivo que poderíamos denominar de tipo “cerimonial”, como certas festas, ou ainda algumas situações imprevistas, como a chegada de visitas a quem se quer homenagear. Um exemplo disso é a chegada de parentes que residem em outros lugares ou a vinda de indivíduos estranhos ao grupo²⁰.

Outras situações consideradas de *precisão*, embora de caráter muito diferente das que acabamos de mencionar, são aquelas em que os produtos do *roçado* não são suficientes para suprir o consumo familiar. Nessas circunstâncias, recorre-se também ao autoconsumo ou à venda da *criação*. No entanto, e para não mediar essa situação, poderíamos afirmar que a

²⁰ Em todas as ocasiões em que fomos convidados para almoçar em uma casa pela primeira vez, a carne de galinha fazia parte da refeição. Pudemos também observar que, em outros casos, como por exemplo na chegada de um padre, ou de um técnico agrícola, acontecia o mesmo, consumindo-se galinha ou peru.

criação não é cuidada com o objetivo de venda, mas pelo contrário, aparece ligada a um circuito de troca não mercantil.

Esse caráter especial da *criação*, ao contrário das cabras e dos porcos, evidencia-se inclusive na própria forma da *criação* ser obtida. As aves nunca são adquiridas através da compra, mas são oferecidas como presente entre vizinhos e parentes. Uma menina, por exemplo, começa geralmente a criar galinhas ou perus porque a mãe, a avó, uma parente qualquer, ou uma vizinha lhe deu de presente para que se inicie nessa atividade. O mesmo não acontece com as cabras e os porcos e ainda menos com o gado bovino ou equino. Estes são comprados, ou obtidos através de contratos de meia.

Os porcos e as cabras normalmente não são autoconsumidos, mas sim destinados à venda, obtendo-se, através dela, os produtos para os quais já estavam destinados.

No entanto, os animais que pertencem à mãe de família são destinados a suprir um tipo de bens considerados secundários em relação àqueles que abastecem o consumo alimentício. É precisamente em razão do caráter prioritário que caracteriza esse consumo coletivo que, quando os produtos do *roçado* – que são os responsáveis por ele – não são suficientes para atingir seu objetivo, ou seja, em situações de *precisão*, os animais de propriedade da mãe de família contribuem para esse consumo ser obtido. Neste sentido, os *bichos de terreiro* são complementares ao *roçado* e, ao mesmo tempo, estão subordinados a ele, na medida em que suprem as necessidades reconhecidas como secundárias quando os produtos do *roçado* são suficientes para abastecer o consumo coletivo considerado prioritário.

No entanto, nem todos os animais que a mãe possui contribuem da mesma forma para o consumo familiar. A *criação*, como já dissemos, pode ser autoconsumida ou vendida, permitindo assim a compra dos bens necessários para o consumo alimentar. As galinhas, além disso, fornecem ovos que geralmente são consumidos pelo grupo doméstico, embora em certas situações de emergência também possam ser vendidos. Apenas quando a distribuição de bens exigida é grande, ou quando a situação de

emergência estende-se por um período maior, é que se recorre à venda de cabras ou porcos.

A venda dos animais que pertencem à esfera feminina é, da mesma forma que os produtos do *roçado*, tarefa que cabe ao pai de família.

Referenciamos os *bichos de terreiro* à esfera feminina não apenas por serem as mulheres que cuidam deles, como também por serem elas quem os possuem. A mãe, bem como as filhas, podem possuir, de fato possuem, *criação* e às vezes cabras ou alguns porcos. No caso das filhas serem proprietárias de algum desses animais, a *criação* tem por objetivo a sua venda para aquisição de bens de consumo individual. Entretanto, nos momentos de precisão, e quando a *criação* da mãe não é suficiente, a *criação* das filhas também se submete ao consumo coletivo. A respeito disso, disse uma mãe de família:

Maria (filha) tinha nove frangos e uma galinha. Eu vendi a galinha dela para comprar roupa para ela. Ela precisava de um vestido, comprei. Aí ficou nove frangos, de vez em quando eu como um.
(Dona Terezinha)

Nos casos de precisão, os primeiros animais atingidos são os das meninas. Quando a dona das aves é a filha pequena, a sua venda, assim como o tipo de bens de que ela necessita, sujeitam-se à decisão da mãe. Não acontece o mesmo com a criação das filhas consideradas grandes. Se bem que elas também possam abastecer o consumo nessas situações de precisão, a venda dos seus animais sempre implica uma posterior restituição, quer através de outra ave, quer do bem para o qual essa criação estava originariamente destinada, quer ainda de algum bem equivalente. No caso da criação das meninas, o fato de serem consideradas pequenas não as reconhece como possuidoras de uma esfera de individualidade própria. A posse de criação encerra, por outro lado, o caráter de socialização e preparação como uma forma de introduzir os filhos em uma área de responsabilidade.

Além dos *bichos de terreiro*, algumas unidades domésticas possuem *animais*, isto é, animais de carga como o burro ou o cavalo, e às vezes também alguma cabeça de gado bovino, denominado *gado*. *Os animais* e o

gado são criados presos e, durante o dia, permanecem pastando dentro dos limites da propriedade. Ao entardecer, são conduzidos para as proximidades da *casa*.

Como os *bichos de terreiro*, os *animais* e o *gado* são alimentados através das atividades do grupo doméstico. Esta comida provém, às vezes, diretamente do *roçado*, como por exemplo, o milho para a *criação*, ou é comprada (alimento balanceado) para os porcos, ou encontra-se no capim sob a forma de pasto natural ou plantado para esse fim. Em todos estes casos, a distribuição de bens que podem implicar, é produto do *roçado* familiar, sendo sempre o *trabalho* desenvolvido nele que supre o consumo dos animais.

Da mesma forma como a distribuição e preparação de alimentos para o consumo dos membros do grupo doméstico não são consideradas *trabalho*, dar alimentos para os animais também não o é. Nesse sentido, *criar* não é considerado *trabalho*.

Embora os *bichos de terreiro* estejam ligados à esfera feminina, não acontece o mesmo com os *animais*. Estes pertencem à esfera masculina, na medida em que auxiliam o pequeno produtor no desempenho de suas responsabilidades. O *gado*, por outro lado, mesmo quando seu leite serve de alimento às crianças, assemelhando-se nesse ponto à cabra, e pelo fato de estar, nesse aspecto, ligado à esfera feminina, servindo de alimento aos membros do grupo doméstico, pertence, entretanto, à esfera masculina, por possuir um alto valor no mercado, o que permite melhorar as condições em que se desenvolve o *roçado*.

Sendo assim, os animais são classificados de acordo com as funções sociais que estão destinados a cumprir e, de acordo com elas, pertencem à esfera masculina ou à feminina²¹.

²¹ Essa hierarquia entre os animais assim é expressa por um pequeno produtor.

“A galinha é negócio para mulher. O homem não vai dominar aquela criação que não dá dinheiro não. O homem cria só o positivo, a mulher pode criar ali o que quiser, a senhora acha que ligo pra isso?”

O *gado* é um elemento central em termos de acumulação, já que possibilita aumentar a renda da unidade produtora, seja através da compra da terra ou assegurando a renda da mesma e a reprodução dos futuros ciclos agrícolas. É, por isso que está sob a responsabilidade do pai de família e é propriedade do grupo doméstico no seu conjunto. O pai de família é quem controla as tarefas que os filhos realizam. Os cuidados que o *gado* requer são realizados pelos filhos homens menores. Já que o cuidado dos animais não é *trabalho*, essa tarefa deve ser realizada pelos elementos masculinos que, por não *trabalharem*, tem um caráter sexual mais ambíguo: os filhos homens *pequenos*. (Cf. Garcia Jr., 1975.)

Quando a unidade doméstica não possui *gado*, o animal que passa a cumprir esse papel é o porco. Nestas circunstâncias, o porco passa a pertencer à esfera masculina, na medida em que se torna propriedade da unidade doméstica.

Os animais destinados a manter ou melhorar as condições de vida do grupo doméstico são de propriedade coletiva de seus membros, representados pela figura do pai de família. No entanto, alguns filhos podem possuir uma cabeça de *gado* bovino ou um porco, porém, para isso se dar é condição prévia e necessária que o grupo já os possuía.

Geralmente, a posse por parte dos filhos está associada à necessidade de enfrentar um gasto de maior envergadura, como o seu casamento. Dessa forma, estes animais, que normalmente pertencem a um

P: Por que o senhor não liga?

I: Porque é obrigação dela...

P: O homem não cria galinhas?

I: A galinha é criação da gente? (risadas) Para homem não.

P: Por que não?

I: A galinha é pra comer. A mulher cria é pra comer. Aqui na minha casa eu ter galinha? Não, eu crio minha vaca, crio meu garrote. Se tiver um porco eu dou pra mulher, para que se ajude com ele. O homem não merece criar galinhas, eu não acho que seja um bom produto para o homem, e é uma coisa boa para mulher. A galinha para homem não tem valor. Minha filha pode criar ali (terreiro) o que quiser que quando vender é dela. Eu não crio não, porque a galinha não é para homem, a galinha é só da casa, aí do terreiro. Porque o trabalho da mulher é criar galinha, porco, cabra... (Seu Manoel)

circuito de troca mercantil, passam a fazer parte de um circuito que poderíamos denominar de “reciprocidade”. Nestas circunstâncias, se situação o permite, o pai de família oferece esse animal de presente para o filho, para que este o crie; caso contrário, o pai o adquire através de um contrato de meia²². Nestes casos, o alimento necessário a esses animais provém também do *roçado* familiar.

²² Diz-se que se possui um animal de meia, quando este é recebido do seu proprietário para a criação. O produto da venda, como também as crias que eventualmente nasçam, são divididas geralmente em partes iguais entre o proprietário e o criador. Dá-se de meia o *gado* bovino, cabras e porcos. Os primeiros são geralmente de propriedade dos granjeiros vizinhos e excepcionalmente de algum pequeno produtor, que o dá a outro por não dispor de espaço ou possibilidades físicas para criá-lo. As cabras são de propriedade de pequenos produtores; os porcos, por sua vez, são obtidos de meia com a Cooperativa local.

CAPITULO IV

ROÇADO – ROÇADINHO

No *roçado* familiar, trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido por executarem essa tarefa; o que é obtido no *roçado* é destinado ao consumo da própria família. Este produto é, pois, o resultado do esforço conjunto dos seus integrantes e é dividido entre seus membros somente no momento do consumo, sendo excluído do produto bruto, ou da renda equivalente, o necessário para repor os meios de produção. É o pai, como chefe de família, quem realiza tanto o cálculo do esforço necessário por parte dos membros da unidade de trabalho familiar, como o do produto a ser consumido por cada um deles.

Além do *roçado* já mencionado existem outros *roçados* individuais e que pertencem aos filhos e à esposa¹.

Pudemos observar que este sistema é mantido no caso dos filhos, mesmo quando estes são solteiros e vivem com os pais, fazendo parte, portanto, da força de trabalho familiar. Não observamos casos de filhos solteiros que trabalhem fora da unidade familiar em caráter permanente e que, ao mesmo tempo, continuem trabalhando e vivendo com seus pais. Os filhos solteiros que abandonam de forma definitiva a casa paterna, o fazem porque deixaram de trabalhar no *roçado* familiar e, por conseguinte, também no próprio *roçado* individual. Enquanto os filhos permanecem no grupo doméstico, possuem *roçadinhos* e realizam tarefas no *roçado*

¹ A existência desses *roçados* individuais poderia passar despercebida por uma pessoa estranha ao grupo. A observação, favorecida pela convivência prolongada, nos permitiu o acesso a todos os membros da família, o que nos levou a descobrir sua existência. Depois de algum tempo de conversa com as mulheres e seus filhos, logramos algumas verbalizações sobre o tema. Somente então o pai de família começou a referir-se a esses *roçadinhos*, fornecendo-nos valiosíssimas informações.

familiar. A perda do mesmo se dá no momento do casamento. Quando casam, os filhos passam a constituir uma unidade de produção e de residência separada, o que, em outras palavras, significa que possuem *casa* e *roçado* independentes. Na verdade, como consequência da escassez de terras que impera na região, constatamos alguns casos de filhos casados que construíram suas *casas* nas terras do pai. Nestas circunstâncias, passaram a ter uma produção independente através do trabalho em outras unidades produtivas e, conseqüentemente, um consumo separado.

Essa separação dos filhos da unidade familiar, que ocorre com o casamento, marca a sua maioridade.

O filho estando dentro de casa, ele está obrigado ao pai. Agora ele casou-se, ele pode se casar até com 15 anos, ele casado não está mais obrigado ao pai, está por conta dele. Mas pode ter 30 anos, estando em casa está obrigado ao pai, ele tem que obedecer ao pai dele, até a vida que estiver em casa. Agora ele casou-se, está por conta dele.
(Seu João)

Enquanto o filho faz parte da unidade familiar está sob a dependência do pai e, por conseguinte, considera-se que não alcançou sua maioridade. Esta é obtida com o casamento ou com sua saída definitiva. Uma prova de que esse caráter de maioridade não foi alcançado consiste na própria existência dos *roçadinhos*. A expressão *roçadinho* opõe-se à do *roçado*, sempre relacionada ao familiar, e se refere não apenas ao reduzido tamanho da parcela como também se constitui em mais um indicador da relação social que os envolve. Mas, por outro lado, os *roçadinhos* assinalam um caráter de autonomia relativa para quem o usufrui, visto que sua existência implica no reconhecimento de uma capacidade suficiente para desenvolver tarefas nele.

Uma abordagem superficial do problema poderia deduzir que os componentes do grupo doméstico possuem *roçados* individuais pelo simples fato de fazer parte do mesmo. Pelo contrário, a existência desses *roçados* faz supor que cada um dos membros desenvolve um trabalho prévio e paralelo no *roçado* familiar. Em síntese, os filhos e a esposa

possuem *roçados* individuais porque trabalham no *roçado* familiar. A existência daqueles é, desse modo, consequência de um trabalho anterior².

Disse um pai com relação aos seus filhos:

Aqui cada um tem sua bola de roça. Todos eles têm aqui, só quem não tem é Maria (filha), porque não trabalhou. Não trabalhou para eu nem trabalhou para ela. (Seu João)

Quando o informante faz referência aos filhos que têm *roçado* está se referindo ao fato de que eles chegaram a ter um *roçado* porque trabalham no *roçado* familiar. A própria expressão *trabalhar* relaciona-se especificamente às tarefas que têm lugar no *roçado* familiar.

Os *roçados* individuais têm uma importância significativa no processo de socialização dos membros da unidade. Essa socialização refere-se tanto à aprendizagem e adestramento das técnicas, como à formação de comportamentos adequados ao trabalho agrícola. Constitui também uma forma de internalização das normas do grupo, preparando-os fundamentalmente para a unidade que cada um deles constituirá no futuro.

A ênfase concedida aos diferentes aspectos da socialização varia segundo a idade dos membros. Objetivando realizar uma análise que nos permita uma maior compreensão da relação existente entre a posse dos *roçadinhos* e o ciclo de vida, podem ser estabelecidas etapas diferentes, de acordo com as próprias informações que os membros do grupo nos forneceram.

Como já mencionamos no capítulo I, apenas por volta dos 10 anos de idade as crianças começam a desenvolver tarefas no *roçado*. Desde seu nascimento e até esse momento, as crianças de ambos os sexos se mantêm ligadas à esfera da *casa*, embora que somente a partir dos 6 ou 7 anos cumpram tarefas ligadas à mesma, realizadas sob o controle da mãe de família. Com o início das tarefas já aparecem algumas diferenciações por sexo. As meninas contribuem com o tipo de atividades definidas como

² Um exemplo em que este fato fica bem evidente é o caso dos filhos que estudam. Estes passam parte do dia fora e, ainda que, em algumas ocasiões, trabalhem no *roçado* familiar, não possuem seu próprio *roçado*. Outro caso é o dos filhos doentes.

femininas, enquanto os meninos realizam tarefas que, embora ligadas à *casa*, possuem um caráter mais ambíguo e se encontram mais próximas das consideradas masculinas. Desta forma, são os meninos que cuidam do gado e fazem compras no armazém local (*venda*). São também os meninos que recolhem as frutas das árvores que cercam a *casa* e estão destinadas ao consumo direto, como uma primeira forma de preparação na venda dos produtos, enquanto paralelamente, as meninas são iniciadas no cuidado com a *criação*; é nesse momento que recebem aves de presente. São estas as atividades que marcam a passagem gradual das crianças da esfera da *casa* à esfera própria do seu sexo (cf. Garcia Jr., 1975).

Em termos gerais, os filhos começam a possuir *roçados* individuais entre os 10 e 12 anos de idade. A partir desse momento e até que ocorra o abandono da unidade familiar, com a conseqüente perda dos mesmos, podemos assinalar a existência de períodos diferentes. Desta forma, há um primeiro período, que começa no momento em que o filho obtém o *roçado* individual, e que se estende até 13 anos aproximadamente. Nesse período, os filhos são ainda considerados *pequenos*. A partir de cerca de 13 anos em diante, os pais começam a considerar seus filhos *grandes*, *sabidos* e já são reconhecidos como *rapaz e moça* respectivamente. Este corte varia segundo a composição de cada grupo doméstico, mas a divisão apresentada aqui nos é útil, na verdade, para efeito da nossa análise.

Durante o primeiro período, a posse do *roçadinho* apresenta como característica dominante o adestramento no trabalho agrícola, o que é expressado por um pai de família:

I: Aí, quando eles são pequenos, eu dou uma bolinha de terra. Às vezes eu trabalho mais eles no roçado deles, e quando eles sabem trabalhar, trabalham para eles e para mim. Quando eles são pequenos não dá para eles se vestir. Eu dou a roupa a eles... até eles poder tomar conta.

P. Que quer dizer poder tomar conta?

I: Agora que são pequenos eu vou ajeitando eles. Eles não podem tomar conta porque não sabem trabalhar direito, eu preciso ensinar direito. Eles podem tomar conta daquele roçadinho com 13 anos, 14

para cima. Os grandes não, os grandes trabalham para eles, eu não dispendo para eles. (Seu João)

Esse processo de aprendizagem do trabalho agrícola é efetuado sob a orientação e com a contribuição do pai, que durante esse período cobre os gastos dos filhos, principalmente roupas. As expressões *pequeno e bolinha* enfatizam a menoridade de seus possuidores e a sua falta de responsabilidade. Considera-se que eles *não sabem trabalhar*, o que ao mesmo tempo implica uma submissão ainda maior à autoridade paterna.

Como já foi dito, o limite a partir do qual os filhos são considerados *grandes* varia segundo as circunstâncias. A presença de irmãos maiores dentro da unidade parece contribuir para uma demora em alcançar o amadurecimento por parte dos irmãos menores. Nas famílias em que o filho maior, por exemplo, tem 12 anos, este já é considerado *grande* e trabalha simultaneamente no *roçado* familiar e em seu próprio *roçado*. Por outro lado, em outra família com filhos de diferentes idades (o maior com 20 anos), o filho de 13 anos é considerado *pequeno*. O fato de frequentar a escola contribui para acentuar a característica de menoridade.

Com relação ao início do segundo período, disse o Seu Pedro:

Quando começaram a ficar sabidinhos e queriam alguma coisa melhor, então eu mandei trabalhar para eles. Cada um trabalhar para si porque se interessa. Se eu estou esperando por meu pai então eu fico meio escorado. Quando a gente quer uma coisa melhor que é que faz? Tem que trabalhar. Eu já trabalhei para dar de comer a eles,

Ou como disse outro pai de família:

Quando eles estão chegando à idade deles, estão chegando aos 13 anos, então vão *trabalhar para se vestir*, para ajudar eu. Eu não posso dar roupa a vocês, e vocês precisam. Assim, quando eles sabem trabalhar aos 13 anos, trabalham para eles e para mim.” (Seu João)

É socialmente reconhecido que as necessidades de consumo aumentam segundo a idade e por isso, a partir de certo momento, os filhos começam a *trabalhar* para suprir esse tipo de necessidades.

É neste período que os pais consideram seus filhos *grandes*, isto é, que “*sabem trabalhar*”. Em termos formais, os filhos estariam em condições de se tornarem independentes, mesmo quando continuam mantendo relações de dependência em relação ao pai. A partir desse momento, o filho *trabalha* para si e para o pai. No entanto, nas tarefas que desenvolve no *roçado* familiar o filho continua sob a autoridade paterna.

A principal característica que a socialização do filho apresenta nesta fase, manifesta-se através de uma acentuação de sua individualidade e de um aumento da própria responsabilidade. As expressões “*trabalhar para si*”, “*porque se interessa*” são indicadoras disso. Por outro lado e simultaneamente, produz-se uma ratificação da figura do pai como autoridade familiar. É constante a identificação do *roçado* familiar como pertencente a ele. Ao referir-se ao trabalho dos filhos nesse *roçado*, diz-se “*trabalham para mim*” o que, por sua vez, é reconhecido pelo filho que afirma: “*trabalho para pai*”.

Observa-se, nesse segundo período que a autoridade do pai se reveste de novas formas, como por exemplo, ao emprestar dinheiro aos filhos. Geralmente, o filho não devolve o dinheiro emprestado, convertendo-se essa situação de dívida em mais um elemento que contribui para reafirmar a autoridade paterna. Esse empréstimo não é efetuado para ser devolvido; pelo contrário, o objetivo é conseguir com isso uma situação de dívida que reafirme o caráter de subordinação do filho com relação ao pai.

Também neste período o pai deixa de contribuir no *roçado* dos filhos com trabalho e, ao mesmo tempo, de sustentar seus gastos individuais, como acontecia no primeiro período, quando ainda eram considerados *pequenos*. Naquele momento, o caráter individual do trabalho não aparecia claramente configurado e o pai realizava tarefas com os filhos no *roçadinho* deles.

Como já dissemos, os filhos trabalham no *roçado* familiar e, em consequência, de forma paralela nos seus próprios *roçados*. Desse modo, trabalham de forma conjunta no *roçado* familiar durante determinados dias da semana e os restantes trabalham para si nos seus *roçados* individuais, quando os possuem.

A semana tem seis dias, então elas (filhas) trabalham quatro dias para o consumo da casa e dois dias para elas. Porque para trabalhar todo mundo no meu roçado, então para eu vestir a elas é mais sacrificoso. Porque ao fim das contas uma quer uma coisa melhor, outra quer. E eu para vestir a todas essas pessoas eu não posso.

Então elas se interessam para elas. Porque elas têm dois dias e então elas vão lutar até de noite porque é para elas, é melhor para elas. E então quatro dias que elas trabalham no roçado mesmo que é também delas, porque é para o consumo da casa, tudo que se lucrar fica para elas mesmo. (Seu Pedro)

Os produtos que se cultivam nos *roçados* individuais são os mesmos que os plantados no *roçado* familiar. A diferença consiste em que estes últimos estão destinados ao consumo da família, enquanto o que é produzido nos *roçados* individuais é vendido para se adquirir produtos de consumo individual, que não são fornecidos pelo *roçado* familiar aos membros do grupo.

Surge assim, de forma clara, uma separação nítida entre o trabalho coletivo desenvolvido no *roçado* familiar e o trabalho individual destinado a um tipo de consumo diferente, individual. Assim disse Maria, possuidora de um *roçado* individual:

I: Quando eu lucro, vendo e compro sabonete, pó, vestidos, chinelos.

P: Nunca deixa farinha para consumo da casa?

I: Não.

Pai: Não deixa não, porque é pouco, é só para ela. A da casa é minha.”

Ou em palavras de outra filha:

I: Quando a gente era pequena, pai às vezes dava roupa, mas quando cresci e fiquei moça, não dava mais não.

P: E se falta sabonete, não pede dinheiro a seu pai?

I: Não, cada um tem que se arrumar sozinho.

Pai: Eu não dou sabonete pra ninguém não. Quando a gente quer cheirar tem que botar força.

I: Quando a gente fica sem sabonete, tira axuá, usa sabão do agreste..”³ (Rosa)

Considerando hipoteticamente o caso dos *roçadinhos* não existirem e de todos os membros do grupo doméstico desenvolverem tarefas apenas no *roçado* familiar, poderiam surgir situações conflitivas. Isto poderia se dar mais claramente no caso de alguns dos filhos trabalharem mais que o pai. Nessas circunstâncias, a própria figura do pai de família poderia ser destituída da sua autoridade. Desta forma, a existência dos *roçadinhos* evita esses prováveis conflitos, pois os filhos não apenas dividem seu esforço entre os dois tipos de *roçado* como também quando a produção nos *roçadinhos* aumenta, os produtos fornecidos por estes são reconhecidos como de importância secundária com relação aos que são fornecidos pelo *roçado* familiar. Isso nos leva a pensar que sempre que houver filhos grandes desenvolvendo tarefas no *roçado* familiar, existirão também *roçados* individuais.

Por outro lado, os *roçadinhos* também constituem-se em uma forma de evitar conflitos no momento da redistribuição de certos produtos, especificamente os que são de consumo individual⁴. Assim se expressa Seu Pedro continuando sua declaração da página anterior:

... porque para trabalhar todo mundo no meu *roçado*, então para eu vestir a elas é mais sacrificoso. Por que ao fim das contas uma quer uma coisa melhor, outra quer, e eu para vestir a todas essas pessoas eu não posso. O *roçadinho* delas é para elas mesmo, e quanto mais lucrar será melhor para elas. (Seu Pedro)

Podemos afirmar que, na citação anterior, o “sacrificoso” seria ter que resolver um conflito que poderia surgir diante dos pedidos de cada filho. A possibilidade de existência de conflitos está estreitamente ligada ao

³ Denomina-se “sabão do agreste” à casca de uma árvore chamada de axuá, que quando é colocada na água produz uma espuma, cumprindo a função de sabão.

⁴ Utilizamos aqui o conceito de redistribuição sistematizado por Sahlins (1969).

ciclo de vida, de forma que esse problema não é colocado no caso dos filhos pequenos. Por outro lado, reconhece-se que os filhos grandes possuem gostos próprios e é então que poderiam surgir situações conflitivas. É exatamente a redistribuição que o pai poderia realizar que eventualmente, se converteria numa fonte de conflitos. O problema não são os conflitos em si, mas a possibilidade de que esses conflitos possam constituir-se numa ameaça para o esquema de autoridade, na medida em que poderia ser envolvido nos mesmos. Para que isso não aconteça, o pai não participa da redistribuição dos produtos dos *roçados* individuais, o que de nenhum modo implica numa diminuição de sua autoridade, já que reserva para si o controle da redistribuição dos próprios fatores de produção, como é o caso da terra destinada a esses *roçados* e, fundamentalmente, mantendo-se como árbitro dos conflitos que possam surgir.

Mediante a divisão interna, estabelecida com a existência dos *roçados* individuais, evitam-se disputas e sobretudo mantém-se a unidade familiar.

A necessidade de manter a unidade familiar por parte do pai, evitando possíveis conflitos, manifesta-se no trabalho que cada um dos filhos e a esposa realizam por sua conta própria nos *roçados* individuais. Nestes *roçados*, os limites estabelecidos pelo pai relacionam-se com o tamanho da terra ocupada por esses cultivos e os dias fixados por ele para o trabalho no *roçado* familiar. Dentro desses limites, os possuidores assumem a responsabilidade das decisões a serem adotadas. Essa “liberdade” converte-se também numa forma de incentivar a responsabilidade e reforçar o caráter de individualidade, como também numa preparação para os novos grupos domésticos que cada um deles constituirá no futuro. Além disso, a maior ou menor disposição de cada um dos filhos tem muito a ver com sua identificação com as tarefas agrícolas.

Referindo-se ao problema, assim se expressa um pai de família:

Cada um trabalha um pedaço. Às vezes um trabalha em um maior, outro trabalha num mais pequeno. A disposição deles é quem diz. Cada um bota o roçado que quer botar, eu não vou medir o roçado deles para botar não. Eu digo: trata desse pedaço ali. (Seu Antônio)

É o pai quem dá as sementes que os filhos e a esposa utilizam nos *roçados* individuais, o que também indica o caráter de submissão dos mesmos em relação à autoridade paterna.

Apesar do pai não interferir no trabalho realizado nos *roçadinhos*, em certas circunstâncias apropria-se dos produtos obtidos nos mesmos ou, como variante, do anterior, do dinheiro obtido com eles. Estes fatos são situações categorizadas como de precisão.

O *roçado* familiar é o responsável pelo abastecimento dos bens de consumo alimentar. Não obstante, em certas situações, é insuficiente para cumprir esse objetivo. Isto pode levar o pai de família, como responsável pela provisão daquele tipo de consumo, a se apropriar dos produtos dos *roçados* individuais que, como já vimos, estão destinados a fornecer outro tipo de bens. Nessas circunstâncias, evidencia-se uma hierarquia entre *roçado* e *roçadinho*, que é decorrência do tipo de bens que cada um está destinado a fornecer. Os bens fornecidos pelo *roçado* familiar, reconhecidos como prioritários, devem ser repostos periodicamente cada semana, enquanto os produtos provenientes dos *roçados* individuais têm um prazo de renovação mais flexível, cuja flexibilidade é estabelecida socialmente. Em consequência, a aquisição destes bens pode ser postergada, o que não acontece com os produtos de consumo coletivo, cuja provisão, geralmente, não pode ser prorrogada. No entanto, um tipo de consumo não elimina necessariamente o outro; apenas o que provém do *roçado* individual é prorrogado para permitir o abastecimento do que se reconhece como prioritário.

O fato de que os produtos plantados no *roçadinho* sejam os mesmos que os do *roçado* é que dá aos primeiros um caráter alternativo que possibilita sua apropriação. Ao mesmo tempo, embora em outro nível, com a apropriação, o pai contrai uma “dívida” com o filho em questão, fato que contribui para reafirmar o reconhecimento da existência do *roçadinho*. Por outro lado, a “dívida” contraída pelo pai não elimina a “dívida” permanente do filho com relação a ele, e assim o filho estaria sendo preparado para estabelecer um tipo de relação semelhante com seus filhos no futuro.

Quando há necessidade de apropriação, esta se dá, em primeiro lugar, com os *roçados* da esposa e o dos filhos ou filhas *pequenos*. Isto tem explicação, pois trata-se exatamente dos membros que possuem símbolos mais claros de dependência. Entretanto, segundo as circunstâncias, também apropria-se dos *roçados* dos outros membros. Essa prioridade na apropriação implica, ao mesmo tempo, em um reconhecimento de que as necessidades aumentam de acordo com a idade dos indivíduos.

Sempre que ocorre uma apropriação contrai-se uma “dívida” que, conseqüentemente, deve ser paga. Quando a restituição é efetuada em dinheiro, como acontece frequentemente, este não está evidenciando a existência de uma relação monetária. A restituição não corresponde necessariamente ao montante apropriado, visto que o que se devolve geralmente é de menor valor. Nestas circunstâncias, o dinheiro está apenas assinalando o caráter de “dívida” que acarretou a apropriação.

Outra forma de apropriação, embora diferente da anterior, é a transferência temporária do filho do trabalho que realiza no *roçado* individual para outro tipo de serviços. Isso acontece especialmente nos casos de doença dos pais. Nestas oportunidades, o filho passa a substituí-los em certas tarefas. Assim disse um pai com relação a uma filha:

Agora Maria não tem roçado porque não botou. A mãe foi operada e ela tomou conta da casa e não trabalhou mais, não trabalhou para eu, nem trabalhou para ela (Seu João)

Seu Luiz disse, a respeito de um filho de 12 anos:

João não tem roçado porque ele não tem tempo de botar um roçadinho pra ele. Ele ó quem luta mais com os bichos, ele é quem tira a ração, ele é quem vende o leite, e quando chega do serviço, da rua, vai tirar ração. Ele não tem tempo. Para eu botar ele a trabalhar no roçado dele, atrapalha a vida dos bichos. Então eu facilito para ele qualquer coisa, enquanto ele fica maior. Esse ano vou facilitar um terrenozinho, um pedacinho de roça, vou mandar um pedacinho de feijão pra ele. Então eu sempre dou a ele, e quando ele quer uma brincadeira que não tem, dou um dinheirinho. Eu facilito pra ele, compro a roupinha pra ele quando ele precisa, é assim. Também ele é

menor, e um filho menor não pode ter direito a quase nada por sua conta própria, tem que fazer o que os pais querem.

No momento em que o filho passa a desempenhar essas tarefas, deixa de trabalhar no *roçadinho*, como se mencionou na primeira citação, ou atrasa o começo do cultivo no mesmo, como no segundo caso. A “falta de tempo” a que se faz referência enfatiza o fato de que essas tarefas, consideradas próprias do pai ou da mãe segundo o caso, são assumidas pelo filho de forma momentânea. No caso analisado, o mecanismo de controle utilizado pelo pai para manter vigente sua autoridade e sua responsabilidade sobre o *roçado* familiar é o de atrasar a maioridade do filho, destacando, para isso, sua menoridade. Esse caráter de menoridade expressa-se claramente no momento da redistribuição, visto que, no caso citado, é o pai quem providencia a roupa e soluciona outras necessidades pessoais do filho em questão. No caso da filha, esta perde seu próprio *roçado* individual.

Desse modo, a mudança de lugar de trabalho, com a consequente perda momentânea do *roçadinho*, afeta principalmente as filhas, quando se trata de assumir as tarefas próprias da casa, e aos filhos considerados pequenos, quando estes são mobilizados para cumprir tarefas que, em situações normais, não acumulariam.

Em termos do esquema de autoridade, as filhas são equiparadas aos filhos homens pequenos, visto que ambos são os membros mais dependentes da autoridade familiar.

À margem das atividades que têm lugar no *roçado*, e de forma paralela a elas, as filhas são preparadas para as atividades ligadas à *casa*, enquanto os filhos são adestrados na compra e venda de produtos. Como já analisamos em outra parte (cf. capítulo III), as transações mercantis implicam na relação do grupo doméstico com o mundo exterior, e esta é uma esfera reconhecida como exclusivamente masculina, de modo que nela apenas serão preparados os filhos homens. É por esta razão que os produtos obtidos no *roçadinho* das filhas são vendidos pelo pai ou irmãos.

De forma paralela à existência dos *roçadinhos*, os filhos começam a ser levados pelo pai à feira. Em geral, quando ainda são *pequenos*, vão na qualidade de acompanhantes, e apenas quando são considerados *grandes* é que se reconhece que podem começar a *negociar*, isto é, a vender produtos tanto do *roçado* familiar como dos seus próprios *roçadinhos* e dos das irmãs.

A idade com que os filhos se iniciam no negócio varia, mas em geral, começa entre 14 e 16 anos aproximadamente. As variações dependem de muitos fatores, entre os quais se inclui a impossibilidade física do pai (por exemplo, doença), em cujo caso se deve recorrer a algum filho, ou a características próprias da composição familiar. Assim, o atraso na participação na venda é frequente nos casos de famílias que contam com vários filhos considerados *grandes*, residentes no grupo doméstico, ou também quando os filhos vão à escola. No entanto, é o pai que determina, em todos os casos, o momento em que os filhos devem iniciar-se nessa atividade, bem como qual deles será o escolhido. Em geral, embora todos os filhos homens sejam socializados na venda dos produtos, o pai escolhe aquele que demonstra ter mais aptidão. É comum que um pai de família afirme que determinado filho será o encarregado de *ajudá-lo* na venda alegando que é o “*mais sabido*”, querendo expressar com isso que possui um maior conhecimento e manejo do *negócio*.

Tem meninos que logo desde pequeninos se interessam e os pais se interessam em levar eles à feira, né. E outros que só com a idade de rapaz fazem negócio. Os meus depois dos 15 anos foi que começaram a vender; ele (filho) dormia na pedra, que para mim era ruim; de manhã eu ia e com ele fazia negócio, o que lucrava era pra mim. (Seu Manoel)

Os filhos *pequenos*, ao acompanhar o pai, observam como este realiza a venda de produtos e assim aprendem a fazê-lo. Às vezes, a observação alia-se à experiência que em alguma ocasião, antes e/ou simultaneamente, realizam vendendo fruta. A participação dos filhos na feira começa exatamente com a venda deste tipo de produto. A ênfase neste primeiro período de participação na feira como uma forma de preparação, é

observada no fato de que os pequenos começam vendendo as frutas que não são comercializadas pelo pai, mas que servem para o autoconsumo familiar.

I: ... para aclimatar-se os meninos vendem fruta.

P: Sempre os meninos começam vendendo fruta?

I: O pequeno, ele vende aquelas coisas de menor importância. Se a pessoa tem coisas que dão mais dinheiro, mesmo fruta, ele confia mais nele vender. Quando a coisa é de pouca importância, de pouco dinheiro, dá para os meninos. Aquelas coisas de menor importância o filho vende, e ele (o pai) se ocupa daquelas coisas de mais valor. Agora, vender fruta é uma maneira dele ensinar a negociar. (Seu Luiz)

Quando os filhos já estão *grandes*, começam a *negociar*. Entretanto, mesmo assim, os produtos fundamentais do *roçado* só são confiados a algum deles quando o pai encontra-se impossibilitado de realizar a venda. Do contrário, o pai reserva para si a venda desses produtos e entrega ao filho aqueles considerados de menor importância. Neste período, os filhos vendem também os produtos do seu *roçado* individual e eventualmente os provenientes dos *roçadinhos* das irmãs.

Como situação atípica, observou-se um caso em que, por fugir às regras, confirma o que estamos dizendo. Trata-se de uma família na qual o pai é doente e tem várias filhas; a menor, de 14 anos, é a encarregada de vender na feira. A menina vai à feira acompanhada de um irmão menor (12 anos).

P: Por que vai Joana vender, e não as filhas maiores?

I: Porque no tempo das mais velhas eu podia lutar, então todo negócio quem fazia era eu. Eu comprava, eu vendia, eu fazia farinha, eu levava para a rua. Então no tempo que comecei a adoecer da vista, fiquei atrapalhado. Então ela era pequenininha, se era para mandar uma moça para a feira, é melhor mandar menina, então eu mandava ela vender umas besterinhas junto com José (filho) também pequeno. Agora, quando ele se formar como homem mesmo, ele é quem pode tomar conta de tudo, comprar, vender, trocar, fazer qualquer negócio. Agora, a farinha, o milho, eu vendo em *casa*, não presta para eles vender. (Seu Pedro)

No caso citado, observa-se que o pai, embora impossibilitado de ir à feira para vender milho, farinha, continua mantendo em suas mãos a venda

dos mesmos. A razão fundamental é que estes são os produtos principais do *roçado*, daí a importância que tem o fato de ser ele quem realiza a transação.

A escolha da filha menor para *negociar* reafirma o caráter masculino do *negócio*, pois, embora a filha em questão possa teoricamente ser considerada como *moça*, pela sua idade atribui-se-lhe um caráter sexual mais ambíguo. Por outro lado, sua participação no *negócio* é temporária, pois deixará de fazê-lo antes de ser considerada *moça*, já que nesse momento seu irmão poderá encarregar-se dessa atividade.

CAPITULO V

PRODUÇÃO – CONSUMO A FEIRA SEMANAL

O cálculo econômico do pequeno produtor está orientado para obter, através do *roçado*, uma quantidade de produtos suficientes para abastecer o consumo da *casa*, bem como garantir a reprodução das condições de produção. Estas, por sua vez, devem assegurar aquele consumo nos anos agrícolas seguintes.

Faremos referência aqui, especificamente, ao cálculo que o pequeno produtor realiza para suprir o consumo de alimentos, representado na *feira semanal*. No entanto, há outro tipo de bens que também são fornecidos pelo *roçado* e cuja provisão implica um cálculo. Estes bens são variados e incluem a reposição dos instrumentos de trabalho, a manutenção da *casa*, no seu aspecto edfílico¹, o pagamento do *foro* (para o *foreiro*), e finalmente os bens de consumo individual (roupa e tabaco) do chefe da família.

Levados pelas próprias formulações dos pequenos produtores, privilegiamos aqui a análise minuciosa do cálculo realizado para abastecer o consumo alimentar, sem considerar detalhadamente os mecanismos através dos quais são fornecidos os outros itens. A partir dos dados recolhidos, não pudemos constatar a existência de um determinado tipo de produto cuja venda estivesse especialmente ligada à aquisição destes bens. Pareceu-nos que os mesmos são abastecidos com os produtos do *roçado* de que se dispõe no momento em que for necessário.

¹ A manutenção legal da *casa* atualmente também se coloca para o produtor *foreiro*. A *casa* em que este mora pertence ao proprietário da terra. No passado, sua manutenção era de responsabilidade deste último (Palmeira, 1976); no entanto, atualmente, depois de quebradas as *regras da morada* o proprietário nega-se a fazê-lo; em consequência é o *foreiro* que a mantém com seus próprios meios.

Este raciocínio se aplica também para o caso do *foro*². A falta de algum produto destinado especificamente ao pagamento do *foro* deve-se possivelmente ao fato de que o *foro* que se pagava em Boa Vista era baixo. Desta forma, não chegava a se constituir numa dificuldade maior no cálculo do pequeno produtor *foreiro*.

Os bens necessários ao consumo alimentar devem ser renovados semanalmente, e é por isso que, no dia-a-dia da vida do pequeno produtor, este consumo torna-se prioritário. Apenas quando este tipo de consumo está assegurado é que se poderão abastecer os outros itens considerados também parte do consumo socialmente necessário. Justamente por causa desta necessidade de reposição quase permanente é que o consumo alimentar é considerado como o consumo por excelência.

É o *roçado* que fornece a *comida da casa*, adquirindo a expressão *comida* um significado especial. O contrário de *ter comida* é expresso como *passar fome*. No entanto, *passar fome* não implica necessariamente na ausência total de alimentos; com esse termo se está indicando a ausência de determinados produtos considerados como base da dieta alimentar. Ou, em outras palavras, *passar fome* significa sofrer a carência dos produtos socialmente reconhecidos como *comida*.

Além dos produtos integrantes do *roçado*, que são os que fornecem o necessário para o consumo alimentar, todo grupo doméstico possui árvores frutíferas.

² Remetemo-nos à resposta de um *foreiro* a quem perguntamos se destinava um determinado tipo de produto ao pagamento do *foro*:

P: Com que paga o foro?

I: Pago com diversas coisas, com roça, com cará e outras lavouras.

P: Com gado não paga?

I: O gado é difícil, porque às vezes o bicho não tem peso. Às vezes vende o bicho e estraga o dinheiro com roupa e essas coisas. Com a lavoura é mais fácil, tem várias para lutar com elas. Às vezes vende farinha e sobrou, vende cará e sobrou, assim reúne tudo e dá o foro.

P: Mas se não tiver nenhuma dessas coisas?

I: Se não tiver vendo o gado, mas é difícil de chegar a isso para quem trabalha, só se adoecer. Aí vende a vaca e paga o foro. Aí chegando a esgotar-se, que pode acontecer isso de ir esgotando e secar de uma vez. (Seu João)

Estas árvores frutíferas proporcionam *frutas* que, apesar de serem consumidas, não são consideradas prioritárias na dieta alimentar, razão pela qual sua ausência não é vivida como *passar fome*.

Deste modo, ao contrário dos produtos que o *roçado* proporciona, as árvores frutíferas não oferecem ao pequeno produtor a possibilidade do seu consumo como forma alternativa à venda.

O cultivo de árvores frutíferas, ao contrário dos produtos que integram o *roçado*, não é sistemático. As árvores frutíferas concentram-se no espaço livre que cerca a *casa*, embora às vezes também possam ser encontradas algumas dispersas no *roçado*. Em ambos os casos, as árvores frutíferas são consideradas parte integrante do *sítio*, estabelecendo num caso a área ocupada pela *casa* e, no outro, demarcando os limites da terra ocupada pelo grupo doméstico.

Depois de plantadas, as árvores frutíferas não são objeto de cuidados especiais e seu crescimento é visto, de alguma forma, como independente do cuidado que possam receber, de modo que as poucas tarefas que exigem não são consideradas *trabalho*. É frequente, inclusive, que algumas das árvores nasçam de forma acidental, simplesmente com a queda casual de alguma semente.

Os produtos do *roçado* são, pois, os responsáveis pelo abastecimento do consumo familiar, e é por isso que sua ausência num ano agrícola implicaria não apenas na impossibilidade do seu consumo, como também na ameaça da não reprodução no ano agrícola seguinte.

A maior parte do *roçado* é dedicada ao cultivo dos produtos considerados fundamentais na dieta alimentar. O predomínio deste tipo de cultivos poderia levar a caracterizar estas unidades econômicas como “economia de subsistência”, significando com isso que os produtos passam diretamente do *roçado* para a *casa*, sem a mediação de sua venda³.

³ Uma variante do que acabamos de mencionar é considerar as unidades econômicas camponesas como autárquicas, destacando-se assim uma ligação esporádica e circunstancial com o “mercado”.

Na realidade, os produtos do *roçado* não cobrem todo o conjunto de bens reconhecidos socialmente como necessários ao consumo alimentar. Existem bens que se consomem, mas que não são produzidos pelo pequeno produtor, como o café, a carne, o açúcar, o sal, o querosene etc.; todos estes produtos devem ser adquiridos de forma periódica e para sua aquisição é necessária a venda prévia dos produtos do *roçado*. Em consequência, os produtos do *roçado* são aqueles que, através de sua venda, permitem a compra desse tipo de bens.

Desse modo, embora seja verdade que parte dos produtos que saem do *roçado* são consumidos de forma direta, este também atende, necessariamente, ao consumo através da venda do que nele é produzido.

O pequeno produtor, ao escolher os tipos de cultivos que vai realizar, assim como a quantidade e as proporções em que serão cultivados, leva em conta que estes produtos deverão, em termos ideais, ser suficientes para abastecer o consumo alimentar ao longo de todo o ano, em parte através do consumo direto e em parte através da sua venda.

O predomínio no *roçado* de cultivos que podem ser autoconsumidos e/ou vendidos possibilita ao pequeno produtor enfrentar as flutuações de preços, situação que escapa ao seu controle. É exatamente o caráter alternativo que estes produtos possuem que determina sua escolha para o plantio, embora possam coexistir com cultivos destinados exclusivamente à venda.

Embora, mesmo no caso dos cultivos que possuem esse caráter de alternância, apresentar-se o problema das flutuações de preços, existe, na verdade, a possibilidade de optar pelo seu consumo, ao invés de serem vendidos por um preço não compensatório. Nesse sentido, eles opõem-se a outros produtos, como, por exemplo, o algodão. Quando se faz referência ao algodão, o pequeno produtor destaca que não pode ser aproveitado internamente, já que não dispõe de técnicas adequadas para esse fim.

O que confere a característica de especificidade à pequena produção é, precisamente, o fato de que o produtor lida com um conjunto de produtos que

possuem um caráter de alternância que os cultivos “dos ricos” não têm, como o pequeno produtor estudado caracteriza os grandes proprietários da região.

O algodão dá dinheiro se fosse muito. Mas se plantar pouco, o dinheiro é pouco também. E hoje 1 quilo de algodão por um cruzeiro não é dinheiro não, não dá nada. O governo faz propaganda que o algodão é uma solução e lá vai, então o banco está aberto para quem quisesse plantar algodão. Mas a senhora não acha que para o agricultor tirar dinheiro do banco para lavrar a terra, comer, para vender 1 quilo de algodão a um cruzeiro, não está vendo que não compensa? A indústria do algodão é muita indústria, viu, todo mundo que compra algodão é o bichão de lá de cima, os grandões donos de indústrias, é mundo muito rico. Então depois que eles pegam aquele algodão, então ninguém sabe quanto está custando um quilo de óleo... e o pobre trabalhou, trabalhou, no fim do ano arrumou cem contos, comprou alguma coisa, faz uma feirinha e acabou logo. É melhor plantar roça porque ela está ali, olha, está ali. Se estiver ruim faço dez cuias de farinha, eu deixo cinco em casa levo cinco pra rua, quando vem é café, açúcar, um pedacinho de salgado. Algodão, ninguém vai comer, está aí adoçado na parede, e então quando leva para o armazém é para dar aos outros. (Seu Pedro)

Se a presença de produtos como o milho e o feijão configura o *roçado*, o cultivo da mandioca define sua existência⁴.

Entre todos os cultivos que compõem o *roçado*, a mandioca ocupa a maior parte do mesmo. Isso se deve ao fato de que ela, como nenhum outro cultivo, encarna precisamente esse caráter de alternância. Por um lado, a mandioca pode ser armazenada na terra durante um período que ultrapassa o de seu ciclo agrícola e, por outro, pode ser colhida em pequenas quantidades, o que possibilita sua transformação em farinha sempre que for necessário. O total da colheita será determinado pelas necessidades do consumo. Dessa forma, a mandioca é considerada um produto positivo porque é a que mais se adapta às exigências do consumo familiar⁵.

⁴ Sua própria denominação como *roça*, quase sinônimo de *roçado*, é indicadora do caráter dominante da mandioca.

⁵ Em situações diferentes, outros produtos podem assumir as propriedades que a mandioca possui no caso que estamos analisando, como, por exemplo, o feijão no Sertão. O feijão,

A roça é uma lavoura que espera pelo tempo. Ela é a única que espera pelas necessidades da gente. Por exemplo, a gente pode ter um ano ruim, então esse ano o povo só planta roça, porque se esse ano for ruim, mas assim a gente tem para comer esse ano ruim que está em frente. É uma lavoura que tem muito trabalho, mas é a única lavoura que pode combater a crise no mundo, porque essas outras lavouras mais fáceis também acabam logo. Colhe o algodão, vende e acaba logo o dinheiro. Colhe o cará, vende e acaba logo o dinheiro. Mas a roça fica enterrada, quando ela está barata e não dá para ninguém fazer nada, a gente limpa ela, deixa ela lá, então quem não precisa vai dar outro ano pra ela. Então quem pode, espera quando ela dá muito preço e arruma muito dinheiro. Logo a roça é uma lavoura positiva, não é negativa, é positiva, e essas outras, todas elas negativas.

P: Negativas, por quê?

I: Negativas porque pode dar e pode não dar.

Porque a roça a gente pega a plantar ela em janeiro até o fim de setembro, se tiver a terra molhada. E o milho a gente só planta ele em março; março, abril, pronto, quem pegou, e quem não pegou pode descansar que não vai pegar mais não. O feijão também só dá se pegar o princípio da água, quem plantar para o fim pode plantar o que quiser que não dá nada.

E a roça não, se chover doze meses a senhora pode fazer doze plantas. A roça pode ser muito pequena, a gente dá enxada, dá enxada, e ela dá safra. (Seu Pedro)

Quando se considera a mandioca como positiva, leva-se em conta também o seu aproveitamento integral. Não é necessário comprar semente, pois o que serve como tal é o próprio tronco da planta (*maniva*). Com a goma extraída no momento da elaboração da farinha, preparam-se *comidas*. A casca é considerada um alimento altamente nutritivo para o *gado* bovino, em especial o *gado* leiteiro. Finalmente, os galhos e a própria *maniva*, quando secos, são utilizados como lenha nas cozinhas familiares.

Se a falta de qualquer um dos produtos considerados *comida* é encarada como situação de privação, a não existência de mandioca no *roçado* é uma situação de extrema privação.

embora seja armazenado fora do *roçado*, é guardado para ser aproveitado em diferentes momentos do ano agrícola.

O cultivo da mandioca define o *roçado*, daí o fato de não se dispor dela e ter que recorrer a sua compra para o consumo ser considerado uma situação vergonhosa, visto que, nessas circunstâncias, desapareceria o caráter de alternância que a mesma possui. A falta de mandioca para o consumo familiar significa, para o pequeno produtor, ficar totalmente submetido às conjunturas externas a ele e, conseqüentemente, correr o risco de não ter possibilidades de manter-se na sua condição de pequeno produtor independente.

Nesse sentido, disse um produtor:

A gente planta aqui, mais roça, pra comer, pra comer e pra vender. Mas no caso que o agricultor, sendo fraco, não pode plantar para vender, então fica com ela pra comer e não comprar, porque para a gente ter que comprar farinha é uma vergonha. Ele trabalhando no roçado não pode comprar farinha, porque se ele tem a terra para plantar a roça e ele compra farinha, é vergonha para os outros. Os outros falam; fulano... chamam ele de preguiçoso, está comprando farinha coitado, está morto. Enquanto compra farinha está morto; não pode comprar farinha. (Seu Luiz)

Como pai de família, é de responsabilidade do pequeno produtor suprir a *casa* com os bens de consumo alimentar durante todo o ano e esses produtos são repostos semanalmente⁶. O conjunto de produtos consumidos nesse prazo é denominado de *feira semanal*, sendo que parte dos produtos que a compõem são fornecidos diretamente pelo *roçado*; nesse caso se diz que essa produção é destinada *ao gasto*.

Na verdade, como já assinalamos, outra parte dos produtos que são considerados essenciais e que, conseqüentemente, fazem parte da *feira semanal* não é produzida pelo *roçado familiar* e, portanto, deve ser adquirida a partir da venda dos produtos do *roçado*. Em resumo, a *feira semanal* é provida uma parte pelo consumo direto dos produtos de que se dispõe no *roçado* e, outra parte, através da compra.

Essa situação é expressa assim:

⁶ Aqui está incluído também o alimento destinado aos animais que o grupo doméstico possui.

A gente tem o que comer, mas é obrigado a fazer feira, porque de tudo a gente não tem. A gente tem farinha, feijão, milho, jerimum, macaxeira, está certo, falta fumo, café, açúcar, falta o salgado para a gente comer. Então é obrigado a gente vender o que tem. (Seu Zé)

A compra dos produtos é denominada *fazer feira*, assinalando, desta forma, que sua compra é semanal, independente do lugar onde a mesma se realiza. Os produtos do *roçado* possibilitam, com sua venda, a realização da compra. Geralmente em um dia determinado da semana o pequeno produtor vende algum produto para comprar outros.

A situação ideal é a de que os produtos do *roçado* sejam suficientes para suprir a *feira semanal* durante todo o ano agrícola. No entanto, o ciclo agrícola dos diferentes cultivos nem sempre corresponde ao período em que os produtos são consumidos. Por isso, é necessário que o pequeno produtor distribua o conjunto dos produtos obtidos, de forma que estes sejam suficientes para abastecer a *feira semanal* ao longo de todo o ano agrícola.

À defasagem existente entre cada um dos ciclos agrícolas e o prazo em que os produtos são consumidos, deve-se acrescentar a superposição de colheitas em determinados períodos do ano, especialmente durante o inverno. Nessa época, quando se realizam as colheitas, o conjunto de produtos obtidos supera o consumo possível nesse momento; esses produtos são então considerados *mais do que o gasto*.

Os produtos considerados *mais do que o gasto* não podem ser vistos como uma produção que “excede” o consumo necessário. Dependendo do tipo de produto, uma parte é considerada *mais do que o gasto*, podendo ser armazenada para suprir o *gasto* em outro momento posterior. Por outro lado, parte desses produtos considerados *mais do que o gasto* são vendidos para se obter outros bens considerados também prioritários⁷. Com efeito, esses produtos, que num momento determinado foram vendidos como *mais do que o gasto*, podem ser comprados em outro momento posterior do mesmo ano agrícola, para integrar a *feira semanal*, como é o caso, por

⁷ Incluem-se aqui não apenas os produtos que compõem a feira semanal, como também os bens que fazem parte do consumo socialmente necessário e que têm um prazo de reposição diferente.

exemplo, dos produtos que não podem ser conservados. Nesse caso, trata-se do consumo posterior do mesmo bem, que antes foi vendido como *mais do que o gasto*. Nestas circunstâncias, a feira (praça do mercado) desempenha o papel de mediador entre o ciclo de produção e o prazo em que os bens são necessários para o consumo.

Com relação a isso, disse um produtor:

P: O senhor vende feijão?

I: Vendo, feijão pardo vendo. Quando dá feijão preto às vezes vendo, vendo um saco, vendo dois. Feijão verde, pardo vendo. Às vezes lucro muito feijão que ninguém pode comer todo, sou obrigado a vender. Porque o feijão pardo não se guarda, é um feijão que dá bicho logo. O povo tem que apanhar no roçado e vender logo, porque ninguém tem depósito para guardar ele e dá bicho. Então vende logo e depois vai-se comprar. E então fica o feijão preto que lucra, a fava também. Aqueles que são mais seguros guarda, e aqueles que vende logo mais tarde vai comprar também. Porque às vezes precisa vender e vende, e depois quando chega a ocasião vai comprar. (Seu Pedro)

O consumo posterior, através da venda dos produtos considerados *mais do que o gasto*, não evita que uma parte do valor produzido pelo pequeno produtor seja absorvido por outros grupos sociais. Pelo contrário, esta forma pode até facilitá-lo, aliando-se às outras modalidades de transferências relacionadas, por exemplo, com as diferenças de preço. Diante disso, o caráter de alternância dos produtos que possibilitam a opção do seu aproveitamento para consumo e/ou venda converte-se num mecanismo de defesa que, nesses casos, pode ser acionado pelo pequeno produtor.

O *mais do que o gasto* dos produtos do *roçado* tende a cobrir a *feira semanal* em qualquer momento do ano agrícola, porém encontra-se fundamentalmente orientado para ser acionado no período compreendido entre o fim de um ano agrícola e o início das colheitas do ano seguinte. Esse período é o mais crítico, no que se refere ao abastecimento da *feira semanal*. É quando se tornam escassos os produtos que foram guardados da colheita anterior e, por outro lado, é neste período que os membros do grupo doméstico devem estar dedicados ao plantio dos produtos que

assegurarão as colheitas futuras. Por isso, o pequeno produtor, além do cálculo que pratica toda semana, realiza outro cálculo que poderíamos chamar de “cíclico”. Essa “previsão cíclica” que realiza é diferente da previsão acumulativa capitalista (Bourdieu, 1962). No caso do pequeno produtor, a “previsão” está voltada para abastecer a *casa* dos bens que compõem a *feira semanal*, assim como também dos bens considerados parte do consumo socialmente necessário.

Como já mencionamos, parte dos produtos colhidos e considerados *mais do que o gasto* são vendidos para se adquirir outros bens de que não se dispõe, e uma parte é armazenada para abastecer a *feira semanal* em outros momentos do ano agrícola. Entretanto, esse armazenamento nem sempre é possível, ou porque não se dispõe de depósitos adequados ou porque os próprios produtos têm um período mais curto de conservação. Este é o caso dos cultivos classificados como *verdura*, que são vendidos na sua maior parte, para abastecer a *feira semanal* durante o período da sua colheita.

A existência de *verduras* no *roçado* é calculada pelo pequeno produtor porque se trata, precisamente, de “*lavouras ligeiras*”, isto é, de ciclo muito curto e que são as primeiras a serem colhidas no ano agrícola. Através da sua venda, possibilitam a obtenção de outros produtos de que não se dispõe no período considerado mais crítico do ano agrícola. Durante o período de sua colheita, as *verduras* constituem-se nos cultivos “comerciais” do *roçado*.

Em oposição às *verduras*, existem no *roçado* outros cultivos que têm como objetivo fundamental suprir a *feira semanal*, através do seu consumo direto, isto é, através do *gasto*. Os produtos destinados ao *gasto* são exatamente aqueles considerados os principais integrantes da dieta alimentar, e que, com sua presença no *roçado*, asseguram a maior parte da *feira semanal* durante grande parte do ano.

A situação ideal é que, uma vez assegurado o *gasto*, o *mais do que o gasto* desses produtos seja vendido para se adquirir outros.

Eu aqui quase não vendo nada. Eu se for dizer que vendo as coisas aqui, não vendo, porque se eu vender o que trabalho a família vai passar fome. Se vou lucrar cinco, seis sacos de milho e botar na rua pra vender, pra ver a família passar fome... do que serve lucrar dois, três sacos de feijão e botar pra feira e ver a família passar fome. Agora, as sobras é que eu vendo, as sobras que eu vejo que não faz falta aí eu vendo, as sobras da farinha, a sobra do feijão. Então o que eu vendo é maxixe e pimentão, milho verde, feijão verde eu gosto de vender porque não dá para guardar. (Seu Pedro)

A forma como se articula a venda dos diferentes produtos para a obtenção dos bens necessários à *feira semanal* varia durante o ano agrícola. Esta variação é determinada pelo ciclo agrícola de cada produto e pelas necessidades de consumo. Tentaremos descrever, em resumo, como se obtém a *feira semanal* ao longo do ano agrícola.

Como já mencionamos, os primeiros produtos a serem colhidos no ano agrícola são as *verduras*. Elas abastecem parcialmente a *feira semanal* através do seu consumo direto; no entanto, sua atribuição, fundamentalmente, é possibilitar, mediante sua venda, a aquisição dos produtos necessários ao consumo, mas que não são produzidos, e também dos que se produzem, mas dos quais não se dispõe em determinado momento.

O ciclo agrícola não é uniforme para todos os cultivos classificados como *verduras*, variando segundo o tipo de cultura. Assim, durante o tempo transcorrido entre as primeiras colheitas mais rápidas e as últimas de ciclo mais prolongado, as *verduras* se fazem presentes à *feira semanal* aproximadamente durante três ou quatro meses do ano.

Quando as *verduras* estão quase na metade do seu período de colheita, começa a colheita dos outros produtos do *roçado*, de forma que o total de compras de bens que integram a *feira semanal* limita-se praticamente à aquisição dos que não são produzidos no *roçado*.

No inverno é melhor porque tem pimentão, maxixe, feijão verde e então dá para fazer a feira. Agora a casa tem milho, feijão, maxixe, quer dizer que a feira está feita nessas coisas. Agora, o cabra deve fazer força quando não tem nada, não tem feijão, não tem milho, não

tem farinha, então agora é a pulso. Vende o que tem pra fazer a feira.
(Seu Zé)

Durante o período de auge das colheitas, ocorrem variações em termos de consumo. As refeições principais baseiam-se no feijão *verde*, milho *verde* e farinha, com *verduras* como complemento, além daqueles produtos que não são produzidos internamente.

Em termos ideais, apenas quando acaba a colheita das *verduras* é que os produtos responsáveis pela *feira semanal* variam; simultaneamente ocorrem variações no tipo de refeições. Os produtos fundamentais, isto é, farinha, feijão e milho, continuam sendo consumidos, mas no caso do último, já não é consumido *verde* e sim *seco*, bem como se reduz a quantidade de *verduras* porque estas já desapareceram, devendo então ser compradas.

Coincidindo mais ou menos com o fim da colheita das *verduras*, tem lugar a colheita do *cará*, que contribuirá para atender à *feira semanal* através de sua venda.

Por outro lado, aproximadamente na mesma época, a mandioca de que se dispõe no *roçado* também deve estar em condições de ser colhida⁸. Nesse momento, a mandioca já transformada em farinha, juntamente com o feijão e o milho seco, serão os encarregados de abastecer a *feira semanal* no início do verão, até que se realizem as primeiras colheitas do inverno do ano agrícola seguinte. Neste período, aumenta consideravelmente o número de *farinhadas*. O ideal é que esses produtos sejam suficientes para abastecer o *gasto*, e que ainda sobre o *mais do que o gasto* para ser vendido e que se adquira os bens de que não se dispõem. Na realidade, nem sempre existe um *mais do que o gasto* destes produtos, especialmente quando se aproxima do final do ano agrícola e do início do seguinte; em consequência, a venda de algum dos produtos destinados ao *gasto* implicará numa restrição do seu consumo.

⁸ A mandioca, plantada no ano agrícola anterior estará em condições de ser colhida aproximadamente no momento que corresponde ao fim da colheita das *verduras*. Acontece o mesmo com a mandioca que foi esgotada. A operação de esgotamento, como já dissemos, realiza-se no começo do inverno e consequentemente estará em condições de ser colhida após 5 ou 6 meses, o que coincidirá com esse período. Cf. capítulo II.

Nestas circunstâncias, opta-se, em primeiro lugar, por vender algum dos produtos que tenha um preço maior de venda e, com o dinheiro obtido, compra-se um substituto de preço mais baixo. Frequentemente, vende-se um tipo de feijão para comprar outro, e às vezes, com a diferença resultante da transação compram-se os outros bens necessários.

Agora eu ainda tenho feijão guardado, então compro fava. Porque a fava é trinta contos e o feijão preto é sessenta contos; então eu vendo um saco de feijão preto e compro dois de fava, dá para a família comer até chegar o feijão, porque ninguém plantou ainda... está longe de colher... não está longe de plantar, mas está longe de colher, porque o feijão pardo ao menos é sessenta dias. (Seu Pedro)

A substituição de um produto por outro não se dá no caso da farinha, cuja venda, à expensas do consumo, é vista, como já dissemos, como uma situação limite. Se, por um lado, a mandioca é cultivada em maior quantidade e é a principal responsável por atender à *feira semanal*, por outro, a compra de farinha é vista como situação de extrema *precisão*. Única exceção do que estamos analisando é o caso de pequenos produtores velhos que não dispõem, dentro do grupo doméstico, de membros em condições de realizar a *farinhada*, não estando a compra, nestes casos, ligada a uma situação de *precisão*. O produtor jovem, mesmo quando não conta com filhos em idade de ajudá-lo, realizará a *farinhada* com a ajuda da esposa.

Nesses momentos de *precisão*, e para evitar a venda dos produtos fundamentais que estão destinados ao *gasto*, recorre-se à *criação* disponível. Através do consumo direto e/ou de sua venda, esta *criação* abastecerá a *feira semanal*, juntamente com os produtos destinados ao *gasto*. Desse modo, a *criação* é um complemento do *roçado*. Além disso, também se criam porcos de meia com a cooperativa local, como uma forma de ter uma reserva para essas circunstâncias consideradas críticas.

É exatamente nestas situações de *precisão*, em que o produto do *roçado* não é suficiente para abastecer a *feira semanal*, que o pequeno produtor, como pai de família, pode recorrer à apropriação dos produtos provenientes dos *roçadinhos*. Neste sentido, os produtos provenientes dos

mesmos passam a ser complementares aos outros bens no abastecimento da *feira semanal*.

Durante o verão a *feira semanal* pode ser feita, finalmente, através do trabalho alugado, isto é, fora do próprio *roçado*⁹. Entretanto, no caso dos produtores que não contam com membros dentro do grupo doméstico em condições de substituí-los, como é o caso dos pequenos produtores com filhos pequenos, esta alternativa pode converter-se numa ameaça para sua condição de pequeno produtor independente. Trabalhando fora do *roçado* nessa época, ele corre o risco de não poder realizar, no seu *roçado*, as atividades necessárias que possibilitem obter colheitas com as quais abastecerá a *feira semanal* da *casa* no ano agrícola seguinte.

Os *bichos de terreiro* podem contribuir para a *feira semanal* como complemento do *roçado*, evitando assim que se recorra ao trabalho fora. No entanto, isso não se coloca para o caso do *gado* que se possui.

O *gado* é um bem escasso e está destinado para outros fins; conseqüentemente, se recorrerá a ele para abastecer a *feira semanal* apenas em última instância. Não obstante, nestas ocasiões de *precisão*, pode ocorrer a coincidência de que algum novilho esteja em condições de ser vendido e então a venda é feita, conservando-se, porém, o *gado* reprodutor para assegurar a reprodução dos mesmos. Desta forma, o novilho constituirá, em certas ocasiões, um animal intermediário entre as vacas e os *bichos de terreiro*.

De qualquer modo, este tipo de situação será sempre considerado como de precisão.

⁹ O trabalho *alugado* é caracterizado pelos pequenos produtores como qualquer trabalho efetuado em outras unidades produtivas. O pagamento pode ser efetuado por dia de trabalho ou por tarefas realizadas. O trabalho *alugado* adquire uma maior relevância entre pequenos produtores da Zona da Mata sul. Uma análise detalhada desse problema foi feita por Afranio Garcia Jr. (cf. Garcia Jr., 1975).

CAPITULO VI

A TERRA

A escassez de terra onde o trabalho dos membros do grupo doméstico possa se materializar representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelo pequeno produtor. Isso se expressa na dificuldade que ele enfrenta para assegurar a subsistência do grupo doméstico ou, em outros termos, a reprodução do esquema *casa-roçado*.

A terra de que se dispõe é insuficiente e, por isso, faz-se um uso intensivo da mesma, ao mesmo tempo que a possibilidade de sua aquisição constitui-se numa aspiração constante.

Se falava aqui desses terrenos que se vendiam, era meu sonho comprar uma área de terra para aumentar a minha né, trabalhar. Agora eu não posso trabalhar, e além de tudo eu me preocupo com gado. Se eu tivesse um terreno mais, eu trabalhava mais, cercava, ai soltava o gado e também trabalhava mais, mas sem terra não posso. (Seu Roberto)

1 – O gado como meio de se ter acesso a terra

Apesar das reduzidas probabilidades com as quais o pequeno produtor de Boa Vista conta para ter acesso a novas terras, a existência de *gado* dentro do grupo doméstico torna-se um elemento de importância fundamental, constituindo uma reserva que pode ser acionada em determinadas conjunturas quando a possibilidade de compra se apresenta.

Nem todas as unidades produtoras possuem *gado* e, quando isso é possível, seu número é sempre pequeno, não ultrapassando uma ou duas cabeças, pois seu elevado preço representa uma limitação fundamental à sua aquisição. O *gado* pode ser adquirido de diferentes formas. Uma delas é através da venda dos produtos do *roçado*, quando se conseguem boas colheitas. Entretanto, a forma mais frequente é através da obtenção de *gado*

por meia, ou através da venda de outros animais, como os porcos. Estas formas não são excludentes entre si, sendo, às vezes, complementares.

O *gado* exige para seu crescimento um espaço considerável da terra. Por isso, e mesmo quando conjunturas favoráveis a possibilitam, a ampliação do número de cabeças de *gado* tem limites, limites estes impostos pelo tamanho da parcela que se possui¹. A maior parte da terra é ocupada pelo *roçado*, que tem prioridade sobre o *gado*, já que o primeiro é responsável pela provisão de bens reconhecidos socialmente como mais importantes. Neste sentido, expressa-se um pequeno produtor:

P: O senhor tem gado?

I: Já criamos bichos aqui, agora está muito apertado, temos pouca terra e não dá para criar mais não. Já criei... agora só dá para trabalhar; para morrer de fome não crio mais não.” (Seu Antenor)

Em termos do uso da terra, o *gado* está subordinado ao *roçado*. Entretanto, a existência de *gado* é uma fonte de reserva de considerável importância, representando uma forma de garantir a reprodução de novos ciclos agrícolas através da possibilidade de acesso a novas terras. Em consequência disso, o *gado* é o animal mais valorizado pelo pequeno produtor.

Esse caráter do *gado* como reserva, é expresso assim por um pequeno produtor:

O homem não pode guardar dinheiro. Mas o interesse do gado a gente faz como uma reserva, né. Nada tem, mas quando apura alguma coisa do sítio, do roçado, qualquer coisa, duzentos cruzeiros compra um bezerrinho, ele vai crescendo. Se ele não compra o bezerro, o dinheiro ele come logo, em poucas semanas ele acaba com o dinheiro e não tem mais nada, ele compra aquele bezerrinho e fica na reserva.

De qualquer maneira ele *vai* passando, *vai* passando, vai sofrendo aquelas privações mas tem o bezerro, e quando aparece a

¹ Disse um informante:

“O problema do gado, é que às vezes não dá para criar por ser a terra fraca, pode ser que a pessoa lucre muito e possa até comprar o gado, mas não tem onde criar, porque geralmente não tem terra.” (Seu Antônio)

oportunidade de comprar terra vende e compra terra. Tendo gado tem terra, porque é vender e comprar terra. (Seu Severino)

Além do *gado*, existem outros mecanismos que permitiriam também uma melhoria das condições de existência da unidade familiar, como seria o caso da obtenção de créditos. No entanto, o pequeno produtor resiste a essa alternativa porque seu pagamento exige um cálculo a longo prazo, o que implica na possibilidade de previsão de colheitas futuras, o que, por sua vez, se opõe ao cálculo econômico deste tipo de unidades. O crédito cria obrigações que são vistas como situações incontroláveis e cerceadoras da liberdade de ação cotidiana do pequeno produtor.

Alguns dos pequenos produtores que, em determinadas conjunturas, tiveram acesso a créditos, frequentemente utilizaram o mesmo para um destino diferente do estabelecido, o que provocou conflitos no momento da restituição. Temos como exemplo a utilização do dinheiro obtido para suprir a *feira semanal* em situações de *precisão*. Neste tipo de uso, está em jogo o caráter prioritário que, para o pequeno produtor, tem o abastecimento da *casa* com os bens de consumo alimentar.

Nestas circunstâncias, a existência do *gado* passa a suplantiar o crédito, constituindo-se no instrumento fundamental de acumulação que, neste caso, é controlado pelo pequeno produtor.

2 – O acesso a terra

A dificuldade do acesso a terra é vivida pelos pequenos produtores como uma situação que se agravou no presente, daí os próprios informantes contraporem-na à situação do passado².

² Referindo-se ao problema, disse um produtor:

“Antes era mais fácil arranjar terra, antigamente era até bom, não faltava *sítio* para o povo, mas agora não querem dar mais, a gente arrendava a um (*arrendamento* aqui é igual ao *foro*), arrendava a outro, mas depois eles não querem arrendar mais. Quando sai alguém botam a casa abaixo. Tem fazendeiros ali que têm vinte, trinta moradores, já teve, agora não, que fizeram questão para botar o morador para fora, quando o morador sai bota a casa abaixo, lá na rua estão todos os que foram botados para fora”. (Seu João)

O passado a que se faz referência é o período anterior aos *direitos*, que se materializou com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (cf. Sigaud, 1971). Essa possibilidade maior de acesso a terra no passado, no caso do *foreiro*, implicava em obrigações vividas como *sujeição*. Entretanto, os *direitos*, principalmente no caso dos *foreiros*, convertem-se numa categoria ambivalente. Isso porque, se por um lado este fato implicou na sua “liberdade”, pois com a imposição do Estatuto do Trabalhador Rural o *cambão* foi eliminado, restringindo-se a obrigação para com o proprietário ao pagamento do *foro* ou renda anual, significou, ao mesmo tempo, o fim da possibilidade de se ter acesso a terra, pois esta não foi mais concedida em aforamento, razão pela qual os *foreiros* passaram a ser, atualmente, uma categoria social remanescente que, em algumas regiões da Zona da Mata de Pernambuco, já pertence ao passado.

Atualmente, essas dificuldades referem-se tanto à possibilidade de compra de terras, como à do seu arrendamento. No caso de compra, fazem-se referências constantes às grandes propriedades que não se fragmentam e, quando excepcionalmente o fazem, os preços estabelecidos nem sempre são acessíveis ao pequeno produtor.

Hoje, a forma mais viável de conseguir o acesso a terras para *roçado* é através de arrendamento. Os arrendamentos são feitos mediante contrato e, ao contrário dos antigos *aforamentos*, realizam-se por períodos de tempo previamente estabelecidos. Na área que estudamos, esses períodos são geralmente de dois anos, limitação à qual se acrescenta outra, que é a de se arrendar parcelas de terras que normalmente precisam ser desmatadas, já muito escassas na região.

Nestes casos, o pequeno produtor recebe a terra e, depois de efetuar o desmatamento, tem direito ao seu uso com cultivos próprios do *roçado* apenas por um ano. Para assegurar a restituição da terra, os proprietários chegam, em alguns casos, a proibir o cultivo de mandioca porque seu ciclo agrícola abrange um período maior do que o normal.

Em períodos recentes, as terras das grandes propriedades também são arrendadas como uma forma de prepará-las para o gado. O pequeno produtor, após a colheita dos produtos por ele cultivados, deve deixar os pastos plantados³.

Apesar desta situação vivida como de privação com relação à terra, a ligação com ela, através do trabalho ali efetuado, significa a permanência do pequeno produtor enquanto grupo social. Conseguir manter-se na terra, tanto para o pequeno produtor quanto para o *foreiro*, significa conservar sua condição de livres em contraposição ao *morador* e ao trabalhador *assalariado*, que são considerados como *sujeitos*.

A coisa melhor do mundo é trabalhar para a gente. Agora eu estava trabalhando no meu roçadinho, você chegou e nós com você viemos aqui e estamos conversando, né? Se eu estivesse ganhando meu salário, você nem lá ia... quer dizer que tudo o que a gente tem por compromisso tem que fazer... O bom é a gente ser liberto mesmo né, hoje a terra está molhada mas eu só trabalho se quiser, se não quiser ninguém faz eu trabalhar; mas se eu estivesse ganhando era obrigado a ganhar, senão não como. Tem melhor coisa que a gente viver por conta da gente? Mas não é? É mesmo.

P: É muito bom.

I: Você sabe, o emprego é bom né, eu sei que tem empregos bons, mas se a gente morasse numa terra que desse todos os confortos que a gente precisa, então não há no mundo coisa melhor. Mas hoje pega a chover está ruim (para trabalhar), mas o empregado o jeito que tem é ganhar, se ele não ganhar ele não come, então tem que botar mãos nas ferramentas e enfrentar a chuva o dia todinho, amanhã novamente, é assim que ele tem que ir porque no domingo ele vai chegar ao patrão e que é que ele vai buscar lá? Não ganhou né? Então, quem vive do roçado não, a semana de chuva ele não vai ali arrancar um pau de macaxeira, vai fazer uma prensinha de massa, a mulher mata um pintinho ali e enquanto está chovendo ninguém vai pra chuva não, fica em casa com sua roupinha enxuta, então vai sempre se virando em casa; (o assalariado) embora tendo um bom salário mas... o cabra tem que sofrer mais, leva chuva, às vezes não pode se manter em pé,

³ Este tipo de arrendamento não tinha relevância entre os pequenos produtores entrevistados por nós, no momento em que realizamos nossa pesquisa. No entanto, parece que essa forma está estendendo-se na área. Comunicação pessoal de Lygia Sigaud e Moacir Palmeira.

adoentado, mas tem que ir né, porque se não arranjou, domingo não tem nenhuma coisa pra comer... melhor a gente trabalhar na terra, se a terra der todos os confortos que o homem precisa, a gente tem uma vida melhor do que o empregado. A vida do empregado, eles ganham, mas estão muito sujeitos porque o cabra tem que ir mesmo... No ganho é obrigado que a gente enfrente tudo. (Seu Pedro)

Há, sem dúvida, diferenças entre o *foreiro* e o pequeno proprietário no que concerne à relação que ambos mantêm com a terra, devendo o *foreiro* pagar uma renda por uma terra que não lhe pertence; no entanto, dada à situação de precariedade em que se encontram os pequenos produtores analisados, não se apresentam, ao nível dos fatos, diferenças entre eles, chegando alguns proprietários a afirmarem que os *foreiros* que trabalham numa parcela maior encontram-se numa situação melhor⁴.

Por outro lado, a ameaça da falta de terra converte-se para ambos em algo incontrollável e, embora no caso do proprietário a propriedade da terra possa constituir uma garantia, no caso analisado, em que o *foreiro* está protegido pela ação do Sindicato, o problema que enfrentam é comum, ou seja, o da possibilidade de ter ou não terra suficiente para realizar o *roçado* e obter assim o necessário para a subsistência do grupo doméstico.

Assim declarou um pequeno proprietário:

Eu penso que meu pai morreu deixou dois filhos, isso pra dois filhos já não dá pra nada, eu tenho oito filhos, quando eu morrer que é que fazem oito meninos com dois hectares de terra? O jeito que têm é quando forem grandes arranjar qualquer trabalho, porque para viver disso não dá não. É muito difícil, eu acho que o povo pode falar de qualquer coisa mas o problema da gente é terra, porque o sujeito tendo terra de tudo planta, planta milho, planta feijão, planta mandioca, planta inhame, planta essa coisa todinha... Embora sendo barato o sujeito tem de tudo, ele não tem necessidade de comprar, mas se o sujeito mora no mato e não dá para plantar a roça, nem milho, nem

⁴ Assim se expressa um pequeno proprietário:

“Às vezes o proprietário está mais ruim que o foreiro, porque numa terra de um hectare ou dois não dá para viverem e esse está muito ruim. Tem foreiro ali que está bem tem terra boa e esse está bem. O proprietário com terra ruim está em situação pior que o foreiro” (Seu Luiz).

feijão, como ele vai comprar? Ele nem tem na terra porque não plantou, nem pode comprar porque não tem dinheiro, como vai viver? É por isso que eu digo: o problema nosso é a terra para o povo, porque, um exemplo: o ano passado aqui, arrendou terra o Seu Fulano (grande proprietário) deu terra... campina para explorar: planto milho, feijão, gente que nunca lucrou nada, lucrou e esta com a barriga cheia, está vendo? O problema não é terra? Eu conheço um cabra aqui que desde que eu moro aqui nunca lucrou tanto feijão. Esse ano lucrou muito, já é muita coisa uma pessoa lucrar nadinha, morando no sítio dele. O sítio dele é um hectare e ele tem que plantar todo e tem sete filhos, então quando ele planta um hectare de roça, ele vai plantar milho aonde? Ele tem um hectare só, sabe como é? Naquele hectare enche de roça aonde vai plantar feijão, milho... (Seu Roberto)

3 – Transmissão da terra

O problema de escassez de terra coloca-se durante todo o ciclo de vida da unidade produtora e está presente na vida cotidiana. No entanto, torna-se mais evidente, adquirindo uma dimensão especial, em dois momentos específicos da vida do grupo doméstico. Um deles é o do casamento de algum dos seus membros, e o outro é o da morte do chefe da unidade familiar. Nas duas circunstâncias, apresenta-se a alternativa da virtual fragmentação da terra, sendo então acionados certos mecanismos para evitá-la. Em termos legais, a morte do chefe de família implica na fragmentação da propriedade; nesse sentido, a transmissão aos seus descendentes apresenta-se em termos de herança. Na realidade, devemos destacar que quando nos referimos à herança, o fazemos levando em consideração que as formas de distribuição da terra, no que se refere à transferência de uma geração para outra, põem em jogo relações mais complexas que as assinaladas pelo aparato legal (Shanin, 1972), considerando, inclusive, as transações com relação à terra que ocorrem entre os membros de uma mesma geração⁵.

⁵ Para uma análise do problema de transmissão do patrimônio em outras áreas do Brasil rural cf. Moura, 1976.

E necessário assinalar que, embora os dois momentos afetem de forma diferente a unidade familiar no que se refere à distribuição do patrimônio, ambos constituem, como tentaremos mostrar, duas faces do mesmo problema.

No capítulo IV analisamos a existência dos *roçadinhos*. Vimos ali que eles não provocam a fragmentação da terra, tratando-se simplesmente de uma divisão temporária do uso da mesma. A própria existência dos *roçadinhos* depende do fato de que quem usufrui deles constitui parte integrante da unidade de trabalho familiar representada no *roçado*. Em consequência, ao deixar de trabalhar no *roçado*, o seu abandono, implica na perda do uso da parcela (*roçadinho*) que lhe havia sido designada. Entretanto, quando essa saída é motivada pelo casamento, considera-se responsabilidade do chefe da família contribuir para a constituição do novo grupo doméstico. Existem diversas formas de fazê-lo. O casamento implica na constituição de uma nova unidade de produção, isto é, em uma parcela de terra para realizar o *roçado* e na formação de uma nova *casa*. No passado, na medida em que o acesso à terra era possível, o pai de família era quem conseguia terra para o filho ou filha em questão, e a forma mais frequente de se obtê-la era através do *foro*.

Atualmente, torna-se cada vez mais difícil o acesso à terra para os filhos dos pequenos produtores. O sistema de *aforamento* já não está mais em vigor, o arrendamento é difícil e muito mais ainda a possibilidade de compra. Como consequência destes fatos, começa a se manifestar um fenômeno que viola o “modelo tradicional”. Algumas unidades familiares, quando um dos seus membros casa, veem-se obrigadas a dar um pedaço de terra da parcela familiar, para que os noivos construam sua *casa*, muito embora continue sendo evitada a concessão, ao mesmo tempo, de uma parcela da terra na qual se estabeleça um novo *roçado*. Isso se deve ao reduzido tamanho da parcela de terra, razão pela qual sua fragmentação a tornaria improdutiva. O filho a quem se dá lugar para fazer sua *casa* deverá trabalhar fora da propriedade paterna.

P: Quando os filhos se casam, os pais dão a eles casa pra morar?

I: Não, quando o filho casar, se ficar morando na mesma terra, em vez de quatro, cinco pessoas vai ser seis ou sete, e a terra é a mesma, não dá não, piora a situação.

Essa terra não dá para eu viver. Eu tenho esse filho, se ele ajustasse um casamento e casasse e fosse morar aqui no meu terreiro ia piorar minha situação. Agora, se ele não tem condição, dá um jeitinho e faz uma casa num canto, e eles trabalham fora, porque a terra só dá para mim.

Eu quero dizer que de qualquer maneira a situação aqui piora, o pessoal não tem para comer um e chegam dois, três para comer daquele prato, nenhum está com barriga cheia. E com uma terra que não dá para eu viver, e vai chegar mais um outro de fora e depois vai ser mais pessoas e cada vez a terra está mais fraca. Cada ano que se passa a situação vai piorando. (Seu André)

O caso dos *foreiros* requer uma explicação mais ampla. Embora o contrato do *foreiro* mantenha sua vigência durante a vida do próprio *foreiro* a quem foi designada a terra, na verdade essa posse tem sido transmitida de pais para filhos. Atualmente, quando o acesso à terra torna-se cada dia mais difícil, os *foreiros* também se vêm forçados a fazer *casas* nas terras *aforadas* para os filhos que vão se casando. Construir *casa* para filhos implica, no caso dos *foreiros*, na ruptura das regras da *morada*, na medida em que a *casa* do *foreiro* é sempre do proprietário e a cessão da mesma, nos mesmos moldes em que se fazia no passado, supõe a cessão de terra para o *roçado* (cf. Palmeira, 1976). Por outro lado, e embora transgredindo as regras, no caso que estamos descrevendo, a construção de novas *casas* por conta do *foreiro* estaria assinalando a reafirmação deste na sua condição de pequeno produtor “independente”⁶.

Outra forma de contribuir para a formação de um novo grupo doméstico é dar ao filho em questão algum animal, que pode ser uma cabeça de *gado* bovino ou um porco, de acordo com a situação da unidade doméstica originária. Estes animais estão destinados tanto para abastecer os gastos que a ocasião pressupõe, como para constituir uma possível reserva do novo grupo doméstico, para adquirir terras no futuro. Esses animais

⁶ É necessário assinalar que esta situação só é possível em Boa Vista como consequência da força que o Sindicato possui na área. O mesmo não acontece nas outras áreas da Zona da Mata de Pernambuco.

constituem uma espécie de “dote” que, de alguma forma, atuam como substitutos da cessão da terra que não pode ser efetuada⁷.

O caráter do “dote” destes animais assim é expresso por um pai de família:

Eu tenho gado, tenho dois garrotes e uma vaca. ã minha filha eu dei um porco e ela cria. Agora, minha filha tem o porco para se arrumar para o casamento. (Seu Manoel)

A transferência efetiva de uma geração para outra da terra, da *casa* e dos animais que se possui concretiza-se no momento da morte do chefe de família. Quando isto ocorre em circunstâncias em que todos os filhos ainda fazem parte da unidade doméstica, o filho maior é quem assume a direção do grupo, relação que se mantém até o seu casamento e conseqüentemente sua saída, sendo substituído então por outro herdeiro. Com efeito, o que acontece mais frequentemente é que quando o pai de família morre, a maioria dos filhos já não faz parte do grupo doméstico uns casaram-se e constituíram uma nova unidade de trabalho e *casa*, separados da original, enquanto outros migraram.

Teoricamente, no momento da realização da transferência do patrimônio, este deve ser dividido em partes iguais ao número de herdeiros. Embora isto seja assim verbalizado, segundo observamos, na verdade nem sempre as coisas se dão dessa forma, nem no que se refere à terra, nem em relação à *casa*. A respeito da *casa* diz-se que esta corresponde ao filho menor (*caçula*), independente do sexo. As explicações oferecidas a esse fato é que o *caçula* é o último a abandonar o grupo doméstico e é também quem ajuda aos pais durante o período de declínio produtivo dos mesmos.

Nesse sentido, disse um pai de família:

P: Quando os pais morrem, quem fica com a casa?

I: O caçula tem mais um direito... O direito da morada né? O caçula tem prioridade na casa em caso de herança, seja homem ou mulher.

⁷ No passado, quando era possível, não apenas dava-se terra, como também algum animal, sendo ambos complementares e não substitutos um do outro como ocorre atualmente.

P: E se o caçula tem casa?

I: Se ele tem e o outro não tem, fica para o outro. Agora, se todos dois não têm casa, a prioridade é para o caçula. O caçula tem o direito, pode deixar ao outro por meio de acordo. A parte do caçula é encostada à morada. (Seu Antônio)

Entretanto, ficar com a *casa* implica dispor, ao mesmo tempo, de terra para trabalhar. É necessário lembrar uma vez mais que o tamanho das parcelas de terra em questão não resiste a uma fragmentação igual ao número de herdeiros. Conseqüentemente, os próprios interessados reconhecem, de fato, mais direitos sobre a terra e também sobre a *casa* e os animais àqueles membros que se encontram, no momento da transmissão, trabalhando nela. Isto é válido tanto para o caso dos membros que saíram da *casa*, os filhos maiores, como para o filho menor. Os membros do grupo que migraram, respeitando esse princípio, geralmente deixam a parcela que lhes corresponderia no usufruto aos herdeiros que permaneceram na região e ligados ao trabalho agrícola. Desta forma, a migração constitui-se numa forma de evitar a fragmentação, ou pelo menos, de não aumentá-la.

Pudemos observar que, quando são vários os herdeiros que se encontram trabalhando na região no momento em que se coloca a divisão da terra, há uma tendência a deixá-la para usufruto daquele membro que se considera estar em piores condições econômicas. Nestes casos, o mais frequente é a simples cessão em usufruto⁸. No entanto, quando a situação econômica torna isso possível, existem transações de compra e venda entre os herdeiros. Nesses casos, o indivíduo que quiser vender a parte recebida de herança, prefere fazê-lo a outro herdeiro, e se isso não é possível, procura para comprador um parente, inclusive estabelecendo um preço menor para favorecer esse tipo de transação. Esse comportamento é assim expressado por um pequeno produtor que recebeu terra de herança:

⁸ Esta cessão, por outro lado, deixa aberta a possibilidade de retorno à terra, em algum momento, por parte de quem a cedeu. Foi Afrânio Garcia ir. quem nos fez esta observação, constatada na região por ele estudada (Cf. Garcia Jr., 1975).

A gente só vende à gente da família mesmo, porque há mais de cinquenta anos que a família trabalha aqui, há cinquenta anos que tomaram conta do terreno. (Seu Luiz)

Nestas transações, tanto de venda como de simples concessão do uso, expressa-se a preocupação de manter indivisível o patrimônio. Desta forma, pelo menos um dos membros do grupo doméstico originário mantém sua condição de camponês. O que define o pequeno produtor como tal é o trabalho efetuado na terra e, em consequência, a perda da mesma implicaria no seu desaparecimento como categoria social. Ele nasceu ligado à terra e, por conseguinte, ela deve ser transmitida aos seus filhos. É por esse motivo que se diz que a terra é “a *morada da vida*”. Nestas circunstâncias, manifesta-se a própria concepção da família e da necessidade da sua continuidade ligada ao trabalho na terra.

A terra é a morada da vida, tudo se acaba, mas a terra não. Toda a herança que o pai deixa no fim da vida, a viúva fica aflita mas eles sabem que a terra não se acaba, passa para os netos, para os bisnetos. Toda a riqueza sai da terra. Ninguém deve nunca usar a sua terrinha pequena por medo de fazer outras coisas, ele deve fazer, mas assegurando a sua terrinha, porque quando ele se vê desmantelado, então ele vai para a terra, sem a terra ele perde tudo; a terra pode-se dizer que é o maior tesouro do mundo, ninguém deve sair dela para fazer outras coisas, porque todas essas coisas é que nem a gente que vive até morrer. Do mesmo jeito é um negócio né? A senhora entra num negócio de dois, três milhões, e depois a senhora está sem nada né, a terra não é assim.

A terra luta, luta, mas tem que estar em cima dela, ali a gente tira para comer, tira para vestir, então é da terra mesmo. Não pode haver fortuna sem haver terra. A maldição do mundo é o problema da terra... porque, sabe, a terra não foi ninguém que fez, a terra foi Deus quem criou, e então deixou para todos nós... mas tomaram conta da terra, fazem o que querem. Os homens aqui, quando têm uma terrinha, pronto, nem vendem mais ao pobre, e o pobre só não tem nada porque não tem onde trabalhar, e a terra quem tem não dá...

Os homens têm muito, um mundo de terra, e se obrigam a criar boi boi e plantar cana, e o pobre sofrendo que só é pra sofrer, é assim, o sofrimento da gente aqui é parada.

A terra é de muito valor, da terra o homem arruma o pão de cada dia, e todo mundo tem que viver dela. (Seu Pedro)

CONCLUSÃO

Como já assinalamos na introdução do nosso trabalho, a literatura dedicada ao estudo da organização econômica camponesa insiste firmemente em destacar a impossibilidade de separar, em termos de análise, unidade de produção e unidade de consumo. Evidencia-se, desse modo, que essa não dissociação ocorre em consequência da importância que assumem as relações de parentesco, sob a forma de unidades domésticas, na constituição deste tipo de unidades econômicas (Cf. Shanin, 1971; Thorner, 1971; Kerblay, 1971).

A análise dos dados recolhidos nos forneceu elementos que nos permitem destacar que os conceitos unidade de produção e unidade de consumo não são neutros e que, conseqüentemente, nem sempre são adequados. Observa-se essa inadequação especialmente quando se tenta aplicá-los no estudo de organizações econômicas que são regidos por princípios diferentes dos da organização econômica capitalista, a partir da qual aqueles conceitos foram elaborados.

Nosso trabalho procurou mostrar, a partir da discussão do material etnográfico que dispomos, que mesmo quando o grupo doméstico configura uma única unidade de residência, não apenas é possível estabelecer uma dissociação entre unidade de produção e unidade de consumo, como também é exatamente a distância existente entre ambas que constitui o marco fundamental e necessário para a compreensão da própria vida econômica camponesa.

Embora seja verdade que a oposição *casa-roçado*, da qual partimos para a nossa elaboração, possua um caráter singular e seja específica do grupo que estudamos, consideramos que uma análise do tipo realizado por nós possibilita a colocação de problemas que ultrapassam os limites do estudo de caso aqui apresentado.

A análise da relação de oposição *casa-roçado* permite compreender que a posição que cada um dos membros do grupo doméstico ocupa dentro do mesmo está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do *roçado* ou da *casa*, inclusive o cuidado com os animais. Em resumo, cada um dos membros do grupo ocupa um lugar — reconhecido por todos — relacionado à provisão dos bens considerados necessários para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto.

A oposição *casa-roçado* atualiza e reforça, ao mesmo tempo, as esferas masculina e feminina, delimitando também a área de atividades reconhecidas como *trabalho* daquelas que não o são. Esta categoria *trabalho* não apenas classifica as tarefas como também os próprios membros do grupo doméstico, tanto em termos sexuais como de ciclo de vida.

O *roçado* é, por excelência, o lugar masculino. O homem trabalha e como pai de família e chefe do grupo doméstico encarna as atividades nesse âmbito. O *trabalho* no *roçado* é o que possibilita a provisão dos bens necessários ao *consumo coletivo* do grupo doméstico, reconhecido como prioritário. A importância que assume o *trabalho* no *roçado* assegura ao pai de família o controle do processo na sua totalidade.

Cabe ao pai de família suprir o *consumo coletivo*, embora a mãe de família também contribua, a partir do âmbito da *casa* e conseqüentemente do não *trabalho*, nesse mesmo sentido. A sua contribuição é organizar as atividades do consumo também através dos *bichos de terreiro*, os quais, como já vimos, são acionados como complementos dos produtos do *roçado*.

No entanto, o *trabalho* no *roçado* é que possibilita o consumo considerado prioritário e por isso tem um caráter dominante sobre a *casa* enquanto lugar de consumo, o que se reflete nas relações existentes entre os membros do grupo doméstico.

Se o *roçado*, em oposição à *casa*, é o lugar masculino por excelência, o mesmo não acontece naquela — de acordo com as circunstâncias — manifestando-se assim a dominância do primeiro sobre a segunda. Cada elemento que integra a *casa* é objeto da oposição masculino-feminino. Isto

se expressa tanto no que diz respeito à *casa* em termos de espaço e dos cultivos que a cercam, como no que se refere à criação dos animais. Por outro lado, essa oposição *casa-roçado* possui ainda outras implicações. Sendo a *casa*, por oposição ao *roçado*, um espaço feminino, o mesmo não acontece quando ela é considerada parte integrante do *sítio* diante de outras unidades sociais. Nessas circunstâncias, a *casa* é a unidade de residência que expressa o grupo doméstico no seu conjunto, sendo pois personificada pelo pai de família, figura que os representa. É exatamente esse aspecto reflexivo das oposições que permite entender o caráter não feminino das transações mercantis, quer estas tenham lugar na praça do mercado, quer no espaço que corresponde materialmente à *casa*.

Além da oposição *casa-roçado*, que articula a oposição feminino-masculino, existe ainda uma outra: a de maior-menor.

Os filhos são preparados para participar das atividades do grupo doméstico e nesse aspecto adquire importância a presença do *roçadinho* do qual eles usufruem. A socialização através destes está dirigida, por um lado, para acentuar o caráter de individualidade dos membros, mas ao mesmo tempo, a própria existência do *roçadinho* assinala a sujeição dos interesses individuais ao interesse do grupo no seu conjunto. O *roçadinho* está destinado à provisão de certos bens que, não obstante, por serem de consumo individual, são reconhecidos como de caráter secundário com relação aos bens fornecidos pelo *roçado*, voltados para atender ao consumo coletivo considerado prioritário.

Em suma, é fundamentalmente através do *roçadinho* que os filhos são preparados para as futuras unidades domésticas que irão constituir.

A inadequação dos conceitos nos foi novamente demonstrada quando analisamos os diferentes momentos que integram o processo produtivo, isto é, a produção, distribuição e consumo dos produtos. A análise de como os produtos são classificados e as variações existentes segundo cada uma das instâncias assinaladas constituíram um elemento de relevância para demonstrar a impossibilidade de se detectar, no estudo dos produtos,

momentos passíveis de separação, visto que mesmo quando os critérios de classificação variam, essas variações tornam evidentes as interferências e superposições de um sobre o outro.

Finalmente, os critérios de classificação utilizados foram elementos importantes para a análise do cálculo econômico do pequeno produtor que procura atender, com eles à subsistência do grupo doméstico.

Muito já se discutiu sobre o lugar do “mercado” neste tipo de sociedades. Este tipo de análise leva à discussão sobre o que se entende por mercado, bem como sobre o que se quer dizer quando se afirma que uma unidade econômica está ligada ao mercado. Esta problemática está fora do nosso trabalho e nosso objetivo não foi fazer uma análise sistemática do problema. No entanto, ela nos foi colocada no momento em que procurávamos analisar internamente a unidade econômica. Desta forma, ao tomar como ponto de partida a própria perspectiva do pequeno produtor, e a partir da observação da sua prática, pudemos observar alguns aspectos de sua forma de relacionamento com o mercado.

Sem pretender entrar na antiga e discutível problemática sobre a dualidade subsistência-mercado, procuramos assinalar, a partir do nosso caso, que o predomínio de determinados cultivos dentro do *roçado* não implica na ausência de transações mercantis mas, pelo contrário, trata-se de um caso de economia mercantil, entendendo-se como tal uma ligação permanente com a praça do mercado. Como já vimos, para obter os bens definidos como de consumo socialmente necessários, os produtos do *roçado* devem ser – vendidos. Ao mesmo tempo, a venda de um produto é que permite o consumo posterior do mesmo produto em outros diferentes momentos. Em consequência, a relação com o mercado não foge às regras próprias da economia camponesa e sim, ao contrário, constituiu-se em um elemento de cálculo fundamental. A especificidade deste tipo de unidades econômicas, no que toca à sua relação com o mercado, baseia-se em um tipo de economia mercantil que tem como problema específico a reprodução do grupo doméstico.

Como consequência do fato de não dispor de terras suficientes para suprir a subsistência familiar e ao enfrentar uma situação de preços fora do seu controle, o pequeno produtor opta por um tipo de produtos que possuam caráter alternativo, isto é, podem ser autoconsumidos e/ou vendidos, dependendo das circunstâncias.

A situação que acabamos de descrever está estreitamente ligada ao tipo de *campesinato* com o qual estamos lidando, que é de formação recente e já nasceu ameaçado. Deste modo, diferencia-se dos outros grupos camponeses formados diferentemente e que se constituíram em outras situações históricas, como é o caso de um *campesinato* mais estabelecido como o europeu, analisado por Bourdieu (cf. Bourdieu, 1962), ou ainda o brasileiro que surgiu em determinadas conjunturas ligadas às frentes de expansão (cf. Velho, 1972).

Embora o processo de transformações sofridas pela *plantation*, como já vimos, tenha favorecido o surgimento destes pequenos produtores, sabemos que esta situação não foi mantida e que atualmente eles encontram-se num clima de instabilidade, vivendo uma ameaça constante por parte dos grandes proprietários, que procuram, através de diversos mecanismos, reapropriar-se das parcelas de terras que os camponeses ocupam. Esta situação tem, por sua vez, implicações de diversa natureza. .

Diante dessa ameaça, o pequeno produtor, como uma forma de assegurar a reprodução da relação *casa-roçado*, no cálculo do dia-a-dia, privilegia o consumo alimentar; ao mesmo tempo, como já vimos, essa situação de ameaça permeia o cálculo a um prazo mais longo, que está relacionado à distribuição e transmissão do patrimônio. Foi esta, em resumo, a análise que privilegiamos no nosso trabalho.

Finalmente, embora não seja por isso menos importante, é necessário destacar o papel fundamental que desempenham, na reprodução deste *campesinato*, em outro nível mas voltados para o mesmo objetivo, o Sindicato e a Cooperativa. A Cooperativa fornece ao pequeno produtor elementos para enfrentar a luta a nível econômico. Um exemplo, entre

outros, da ação da Cooperativa, é o fornecimento de porcos através do contrato de meia, os quais, como já vimos, são um elemento importante no cálculo do pequeno produtor.

Frente à ameaça da expropriação, a luta empreendida pelos pequenos produtores de Boa Vista, agrupados em torno do Sindicato, adquire um significado especial. A ação conjunta, organizada através do mesmo, conseguiu deter a ofensiva dos grandes proprietários. Um exemplo claro é o freio que o Sindicato impõe diante da ameaça de expulsão dos *foreiros*; uma dessas formas efetua-se através do controle exercido pela sua ação no aumento do *foro*. A ação organizada contribui para facilitar a reprodução destes pequenos produtores como tais.

Assim, através de diferentes esferas e de forma coletiva, estes pequenos produtores dão prosseguimento à luta pela sua preservação.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, A. A

- 1971 *Compadrio in Rural Brazil: Structural Analysis of a Ritual Institution*. Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeografado).

BOURDIEU, Pierre:

- 1962 Célibat et Condition Paysanne. EM: *Etudes Rurales*, nº 5-6, avr.-sep., Paris.
- 1963 La Societé Traditionnelle: L'Attitude à L'égard 'du Temps et Conduite Économique. En: *Sociologie du Travail*, nº 1.
- 1972 La Maison ou le Monde Renversé. En: *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Librairie Droz, Genève – Paris.

CALLADO, Antonio:

- 1964 *Tempo de Arraes*. Ed. José Álvaro, Rio de Janeiro.

CHAYANOV, A.V.:

- 1966 *The Theory of Peasant Economy*. Thorner, D., Kerblay, R. Smith (eds.), American Economic Association, Homewood, Irwin, Illinois.

CORREIA DE ANDRADE, Manoel:

- 1964 *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

ECHENIQUE, Vera e GATTI, Luis M.:

- 1971 *Relações Sociais na Feira*; Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeografado). Posteriormente publicado na Revista do Instituto de Antropologia. Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

FORTES, Meyer:

1958 *Introduction. Em: The Development Cycle in Domestic Groups.* ed. Goody, J., Cambridge University Press.

FURTADO, Celso:

O Processo Revolucionário no Nordeste. Em: *Dialética e Desenvolvimento.* Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

GALESKI, Boguslaw:

1972 Basic Concepts of Rural Sociology. *Manchester University Press.*

GARCIA Jr., Afrânio R.:

1974 Análise do Mito da Cachaça. *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

1975 Terra de Trabalho. *Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

GARCIA, Marie France:

O Bacurau. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Alba M. Zaluar:

1974 Os Homens de Deus. *Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

HEREDIA, Beatriz A. de e GARCIA Jr., Afrânio:

1971 *Trabalho Familiar e Campesinato.* Em: *América Latina*, ano 14, nº 1/2, jan.-jun, Rio de Janeiro.

JULIÃO, Francisco:

1962 O Que São as Ligas Camponesas? *Cadernos do Povo Brasileiro.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

KAUTZKY, Karl:

1968 A Questão Agrária. *Ed. Laemmert.* São Paulo.

KERBLAY, Basile:

- 1971 Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy. Em: *Peasants and Peasant Societies*. ed. Shanin. Penguin Books. Harmondsworth.

LEITE LOPES, José Sergio:

- 1976 O Vapor do Diabo: *O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

MARINHO DA COSTA, Yara Maria:

- 1960 O Fenômeno do “Granjismo” e dos Loteamentos em Carpina. Em: *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*. Ministério da Educação e Cultura, nº 9. Recife.

MINTZ, S. and WOLF, E.:

- 1967 An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrio). Em: *Peasant Society a Reader*, ed. Potter, Fortes, Diaz. Little Brown and Company.

MOURA, Margarida:

- 1976 A Herança numa Área de Campesinato Parcelar. *Apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Antropologia*. Salvador-Bahia. (mimeografado)

PALMEIRA, Moacir G.S.:

- 1971 a *Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat*. Thèse de Tème Cycle, Université de Paris. (mimeografado).
- 1971 b *Feira e Mudança Econômica*. Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro (mimeografado).
- 1976 *Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional*. Apresentado ao Congresso Internacional de Americanistas. Paris. A ser publicado em: *Continuidade e Mudança no Brasil Rural*, Cardoso de Oliveira, R. e Maybury-Lewis eds.

1977 The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. Em: *The Structure of Brazilian Development*. Organizado por Neuma Aguiar. Transaction Books (a ser publicado).

PIAULT, Marc:

1971 Cycles de Marchés et “Espaces” Socio-politiques. *The development of indigenous trade & markets in West Africa*. ed. Meillassoux. Oxford University Press.

PRADO JR., Caio:

1969 Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. Em: *Agricultura Subdesenvolvida*. Caminhos Brasileiros, n^o 2, ed. Vozes. Rio de Janeiro.

RIEGELHAUPT & FORMAN:

1970 Bodo was never Brazilian. Em: *Journal of Economic History*.

SAHLINS, Marshall:

1969 On the Sociology of Primitive Exchanges. Em: *The Relevance of Models for Social Anthropology*. Banton ed. A.S.A. Monographs 1, Tavistock Publications.

SCHMIT, Carlos Borges:

1958 *Lavoura Caiçara*. Documentos da Vida Rural, n^o 14. Serviço de Informação Agrícola. Ministério de Agricultura. Rio de Janeiro.

SHANIN, Theodor:

1971 Peasant as a Political Factor. Em: *Peasants and Peasant Societies*, ed. Shanin. Penguin Books, Harmondsworth.

1972 *The Awkward Class*. Political Sociology of Peasantry in a Developing Society. Russia 1910-1925. Oxford University Press. London.

SIGAUD, Lygia M.

1971 *A Nação dos Homens*. Uma análise regional de ideologia. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1972 *Os direitos e a idealização do passado*. Simpósio de Pesquisas. Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro. (mimeografado).

1973 Trabalho e Tempo Histórico entre proletários rurais. Em: *Revista de Administração de Empresas*. Fundação Getúlio Vargas, vol. 13(3). Rio de Janeiro.

1975 A Morte do Caboclo. *Museu Nacional, Comunicação nº 4*. Rio de Janeiro. (mimeografado).

1976 A percepção do salário entre trabalhadores rurais. *Apresentado* no Congresso Internacional de Americanistas. Paris.

SIGAUD, L., ESTERCI, N. e MOURÃO, L.:

1976 Expropriação camponesa e trabalho em áreas de plantation e fronteiras. Comunicação apresentada no “II Encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da U.S.P.”. Brasil.

STEWART, Julian:

1959 Perspectives in Plantations. Em: *Plantation Systems of the New World*, Washington, Pan American Union.

TEPICHT, Jerzy:

1973 *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*. Armand Colin. Paris.

THORNER, Daniel:

1971 *Peasant as Category in Economic History*. Em: *Peasants and Peasant Societies*. ed. Shanin. Penguin Books. Harmondsworth.

VELHO, Otávio Guilherme A.:

1972 *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Zahar. Rio de Janeiro.

WOLF, Eric & MINTZ, S.:

1957 *Haciendas and Plantations in Middle America and the Antilles*. Em: *Social and Economic Studies*, VI(3).

ANEXO

LISTA DE INFORMANTES CUJAS CITAÇÕES FORAM INCLUIDAS NO TEXTO

Seu Pedro: produtor foreiro com 4 hectares; 55 anos, casado.

Seu João: produtor foreiro com 3 hectares: 45 anos, casado.

Seu Luiz: proprietário de 2 hectares; 44 anos, casado.

Recebeu a terra de herança.

Seu Roberto: proprietário de 2 hectares; 43 anos, casado.

Recebeu a terra de herança.

Seu André: proprietário de 4 hectares; 49 anos, casado.

Antigo foreiro da fazenda Boa Vista.

Seu Manoel: proprietário de 4 1/2 hectares: 72 anos, casado.

Foi morador de engenho.

Seu Antônio: proprietário de 3 hectares; 65 anos, casado.

Foi foreiro da fazenda Boa Vista.

Seu José: proprietário de 2 hectares; 36 anos, casado.

Recebeu a terra de herança.

Seu Antenor: proprietário de 2 hectares; 37 anos, casado.

Recebeu a terra de herança.

Seu Severino: produtor foreiro com 4 hectares; 50 anos, casado.

Seu Zé: proprietário de 2 hectares; 35 anos, filho de foreiro, e a terra em que trabalha é herança da esposa.

D. Terezinha: esposa de pequeno proprietário com 2 hectares; 36 anos.

Rosa: filha de Seu Pedro, 20 anos, solteira.

Maria: filha de Seu João, 17 anos, solteira.